

3. 1. 57



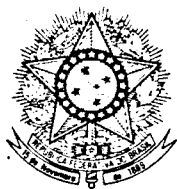
REPUBLICA DE PORTUGAL
MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
de política exterior de Lisboa

1. 1. 57

2. 1. 57

3. 1. 57

Ministério das relações exteriores



resenha

de política exterior do brasil

2a. Edição

ministério das relações exteriores

síntese

1. Na recepção que o Corpo Diplomático estrangeiro acreditado em Brasília lhe ofereceu, no Clube Naval, o Presidente Ernesto Geisel define o espírito com que o Brasil tem procurado conduzir a sua política externa: um espírito de cordialidade, de convivência ecumênica e de atenta solidariedade. O Chefe da Nação afirma que a política externa brasileira é um instrumento para a realização do objetivo máximo do País, "que é o de ver seu povo prosperar em ordem e alcançar, no mais curto prazo possível, melhor justiça social e desenvolvimento político mais perfeito". Segundo Geisel, o povo brasileiro aceita influências construtivas e estende, espontaneamente, sua cooperação a outros povos, sem motivações escusas, sem inclinações para o servilismo, sem preocupações de preponderância. "Na medida em que o País cresce e seus interesses se diversificam — acentua ele — e na medida, também, em que as nações se tornam mais interdependentes é natural que a política externa do Brasil se universalize. A esse universalismo, procuramos dar um cunho prático, fazendo com que sirva aos interesses do Brasil e aos da comunidade internacional." O Presidente da República dá ênfase à cooperação com países vizinhos e sublinha o princípio da igualdade entre os Estados a que o Brasil se aferra com a mesma dedicação com que defende os princípios de respeito mútuo e o da não-intervenção nos

assuntos internos ou externos de outros países. Chama atenção para o fato de que o Brasil tem contribuído para a solução equilibrada dos problemas globais da humanidade e lembra a paz, a ordem e o bom relacionamento do País com as demais nações do mundo. Em nome do Corpo Diplomático estrangeiro, falou o Núncio Apostólico, D. Carmine Rocco, que agradeceu a acolhida que o Brasil dá aos representantes de outros países: "Expressamos ao povo brasileiro os sentimentos de nossa íntima satisfação, seja pela amizade seja pela preciosa contribuição para o bem-estar universal." Página 9.

2. "O Brasil vem emprestando seu firme e decidido apoio ao combate às práticas de discriminação racial, resíduos de um passado que se quer esquecido, mas que, infelizmente, ainda reponta num mundo que não mais o aceita. Tem o Brasil não apenas se juntado à condenação unânime do *apartheid*, mas também contribuído para que uma das formas mais condenáveis de violação dos direitos do homem seja definitivamente banida do convívio humano." Esta é a posição brasileira na questão das práticas de discriminação racial, definida pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, Antonio F. Azeredo da Silveira, durante a solenidade de comemoração ao Dia Internacional para a Eliminação da Discriminação Racial, no Palácio Itamaraty de Brasília, que

contou com a presença do presidente do Senado Federal, Senador Petrônio Portella, como orador oficial. Este, em seu discurso, lembra o passado histórico do Brasil, onde, desde há muitos anos, convivem em perfeita harmonia três grupos étnicos. "Não defendemos a igualdade de raça como quem toma a si a defesa de direitos alheios" — diz o Senador Petrônio Portella, acrescentando: "Identificamo-nos com a causa que é nossa, pois em nós atua, vibrante, o sangue dos grupos a que devemos os caracteres físicos, a formação ética que ilustra e honra a nossa história, a fidelidade aos princípios humanísticos e cívicos que constituem patrimônios inalienáveis da Nação brasileira." Página 17.

3. A firme disposição do Brasil no sentido de colaborar para a desnuclearização do continente é ressaltada pelo Embaixador Paulo Cabral de Mello, como observador do Governo brasileiro no V Período de Sessões da Agência para a Proscrição das Armas Nucleares na América Latina (OPANAL), em Caracas, durante o mês de abril de 1977. Em seu pronunciamento, o Embaixador brasileiro destaca o fato de que o Brasil integrou o núcleo inicial de países da área que se ocupou da questão da proibição das armas nucleares na América Latina e que culminou com a assinatura do Tratado de Tlatelolco em amplas bases de confiança recíproca e estreita cooperação regional. Ele assinala ainda que o Brasil tem acompanhado os esforços "que outras áreas realizam, com imaginação e empenho, para também banir de seus limites as armas nucleares" e que, "ao reclamarmos o pleno cumprimento das condições gerais de segurança e garantia continuamos a requerer das potências militarmente nucleares uma adesão formal que, ao cumprir-se, não só fortalecerá o sistema de segurança latino-americano como contribuirá para a criação de melhores condições para

que se avance no caminho do desarmamento geral e completo, sob eficaz controle internacional". O representante brasileiro assegura também que o Brasil não se afastará de dois objetivos fundamentais para a paz e o progresso: a determinação de manter a América Latina livre das armas nucleares e construtivamente aparelhada para o aproveitamento pacífico do átomo. Página 23.

4. Na solenidade de comemoração ao Dia do Diplomata — que contou com a presença do Presidente Ernesto Geisel —, o Ministro de Estado das Relações Exteriores, Antonio F. Azeredo da Silveira, anuncia, oficialmente, a instalação do Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (CAD) e do Curso de Altos Estudos (CAE), uma antiga aspiração do Itamaraty que começará a ser implantada, em Brasília, a partir do segundo semestre de 1977. Para Azeredo da Silveira, essa iniciativa — que conforme suas palavras, será vista no futuro como uma das mais importantes realizações do Governo Geisel — "é uma dessas medidas aparentemente simples mas fundamentais, cujos frutos só se fazem visíveis ao longo dos anos, no amadurecer do tempo, que tocam os fundamentos das instituições, e permitem que elas se desenvolvam e enfrentem, com êxito, as constantes modificações da realidade". O Chanceler brasileiro ressalta que "nossa cultura, e nosso destino requerem uma política externa que os reflita. Uma ação diplomática que possibilite a afirmação nacional dirigida para a harmonia e a complementação de interesses; que valorize o respeito à independência dos Estados, à variedade das suas características, aos anseios dos seus povos; que conduza à negociação das controvérsias, na busca sempre de resultados realistas e equitativos. A política externa do Brasil é e continuará a ser uma política pela paz. A diplomacia que lhe serve de instrumento

é modelada para tal fim: manter-se fiel aos interesses do Brasil e eficiente na busca da harmonia internacional.”
Página 25.

5. O Ministro da Educação e Cultura, Ney Braga, no almoço oferecido ao Ministro da Educação de Cabo Verde, Carlos Reis, assinala que a aproximação do Brasil com esse país africano tem lastro no processo de formação das nacionalidades brasileiras e cabo-verdiana. “Reconhecemos, no Brasil — diz o Ministro brasileiro da Educação e Cultura — a influência decisiva dos africanos na constituição da civilização brasileira. Historicamente, somos também africanos. Culturalmente, temos uma herança comum a preservar, e faremos isto, certos de que é o entendimento profundo das raízes históricas que leva ao melhor e mais certo dos projetos nacionais.” O representante cabo-verdiano, por sua vez, assinala que o processo histórico de formação dos dois países “caprichou-se para albergar, num e noutro país, muitos e idênticos valores culturais”. Ele faz também uma referência a “um importante aspecto da política exterior brasileira: a coerência de sua política africana” e manifesta a convicção de que a cooperação entre Brasil e Cabo Verde virá, efetivamente, a reforçar-se cada vez mais no interesse sempre recíproco dos dois países. Na cerimônia de entrega da Grã-Cruz da Ordem de Rio-Branco ao Ministro da Educação de Cabo Verde, o Chanceler Azeredo da Silveira qualifica de histórica a missão cabo-verdiana, porque marca simbolicamente o progresso das relações entre os dois países, para as quais se abrem novas oportunidades de aperfeiçoamento. Páginas 35 e 77.

6. Por ocasião do encerramento da IV Assembléia Plenária e Forum de Debates da Federação Latino-Americana de Associações de Consultores (FELAC),

realizada no Itamaraty, o Chanceler Azeredo da Silveira assegura que a política externa brasileira, assentada em princípios éticos definidos, “procura permanentemente reavaliar seus objetivos imediatos, a fim de ajustá-los às novas realidades do País e do mundo e às legítimas conveniências nacionais. Não renuncia à liberdade de escolher as melhores alternativas; por isso, rejeita os critérios simplistas e automáticos”. O Chanceler brasileiro diz ainda aos participantes da IV Assembléia da FELAC: “Trago-lhes a segurança de que o Brasil continua disposto a oferecer seu apoio a toda iniciativa destinada a intensificar o processo regional de desenvolvimento. Está assim preparado para participar, ativamente, do aperfeiçoamento dos mecanismos de cooperação existentes. Onde necessário e sob o estímulo de avanços já concretamente comprovados, não deixará de contribuir para a busca e implantação de novos esquemas que também sejam de valia para a desejada integração continental.” Na mesma ocasião, discursa também o novo presidente da FELAC, o venezuelano Diego Ferrer Fernandez, que dá ênfase à importância da consultoria no processo de desenvolvimento. Página 43.

7. O Chanceler Azeredo da Silveira, ao recepcionar o Ministro das Relações Exteriores da Nigéria, Joseph N. Garba, que visitou o Brasil em maio de 1977, afirma serem amplas as tarefas que se descortinam para os dois países, tanto no plano bilateral quanto no plano multilateral, e se refere à abertura de caminhos para a definição de novas áreas de entendimento e colaboração — algumas delas consideradas formas inéditas de cooperação entre os países em desenvolvimento. “Creio — pondera o Chanceler — que Nigéria e Brasil, duas civilizações que prosperam nos trópicos, dão exemplo em seu relacionamento bilateral da viabilidade desta opção moldada pela ética e pelo vetor da cooperação, onde só

existe benefício real se é benefício mútuo". Ele define o sentido básico da política brasileira em relação aos países africanos — "articulada em ideais comuns de criação de nova ordem mundial" — e reitera a solidariedade do Governo brasileiro com as aspirações da comunidade africana no sentido de eliminar as situações injustas e discriminatórias na África Austral. O Chanceler nigeriano declara que o Brasil tomou a dianteira nos esforços pelo desenvolvimento que agora preocupa a Nigéria, "que tem uma excelente oportunidade para aprender das experiências do Brasil". Depois de mencionar que Brasil e Nigéria estão no rumo dos mesmos objetivos econômicos e sociais, o Chanceler nigeriano manifesta a certeza de que as conversações por ele mantidas com autoridades brasileiras abrirão novas perspectivas para ampliar a cooperação bilateral, pois "estamos no limiar de uma mutuamente benéfica intensificação de relações entre o Brasil e a Nigéria". Página 51.

8. Uma avaliação do diálogo Norte-Sul é feita, em Paris, pelo Chanceler Azeredo da Silveira, durante a Reunião Ministerial da Conferência de Cooperação Econômica Internacional (CCEI). Em seu discurso, o Chanceler brasileiro recorda que os problemas econômicos mundiais — que provocaram a realização dessa conferência — estão ainda muito presentes, especialmente a inflação mundial. Salienta que a combinação entre a inflação interna e os preços mais altos de importação levou à adoção de políticas deflacionárias e incentivou as forças protencionistas, tornando mais difícil para os países em desenvolvimento aumentar e diversificar suas exportações. Para Silveira, a combinação de tais fatores agravou a situação crônica de desequilíbrio das balanças de pagamento desses países como um grupo, freando, assim, sua taxa de crescimento

econômico, dificuldades estas que não esgotam, porém, a lista de obstáculos aos esforços dos países em desenvolvimento para atingir o progresso econômico. O Chanceler brasileiro prega a necessidade de uma cooperação internacional maior com vistas a reduzir o atual consumo de petróleo, procurar novas reservas e desenvolver fontes alternativas de energia. Essa cooperação internacional, em sua opinião, poderia ser feita visando um objetivo maior: a transferência substancial de recursos do centro para a periferia, levando em conta as responsabilidades dos países altamente industrializados e tendo em mente que no mundo de hoje, os países exportadores de petróleo dividem as responsabilidades e problemas de ambos os extremos do sistema. Página 63.

9. Uma audiência com o Presidente Ernesto Geisel, reuniões de trabalho com o Chanceler Azeredo da Silveira e com o Ministro da Fazenda, Mario Henrique Simonsen, além de visitas ao Senado Federal, Câmara dos Deputados e Supremo Tribunal Federal, foram os principais contatos com autoridades brasileiras mantidos pela Senhora Rosalynn Carter, esposa do Presidente dos Estados Unidos, que visitou o Brasil entre os dias 6 e 9 de junho de 1977. A Primeira Dama norte-americana ofereceu uma recepção na residência do Embaixador dos Estados Unidos no Brasil; foi recepcionada pelo Presidente Geisel e Senhora com um jantar no Palácio da Alvorada; e concedeu uma entrevista coletiva à imprensa. De Brasília, a esposa do Presidente norte-americano seguiu para Recife, em viagem não oficial. Página 67.

10. O Brasil é uma das alternativas mais confiáveis para a decisão de investir, observa o Chanceler Azeredo

da Silveira, ao recepcionar, no Palácio Itamaraty de Brasília, os membros do Brasilinvest S/A. Azeredo da Silveira revela ainda que a opção por um modelo integrado interna e externamente tem permitido ao Brasil acelerar o ritmo de modernização e inovação de suas estruturas econômicas, característica do processo de desenvolvimento. Em seguida, acrescenta: "E para isto, é justo reconhecermos, muito tem contribuído o investidor estrangeiro, na medida em que afluem à economia nacional recursos externos que traduzidos em capital, tecnologia avançada e, em alguns casos, capacidade empresarial, vêm complementar a poupança e esforços internos necessários à continuação do ambicioso programa de investimentos que desenvolvemos em todos os setores." Página 69.

11. Ao assinar, no Palácio Itamaraty de Brasília, o Acordo entre o Brasil e a Agência Espacial Européia (Programa Ariane), o Chanceler Azeredo da Silveira ressalta que o atual estágio de desenvolvimento do Brasil requer a absorção crescente de tecnologias avançadas em todos os campos do conhecimento, e garante que o Brasil está sempre disposto a criar mecanismos ágeis e operativos com aqueles países que, detentores de tecnologia mais aprimorada, desejam conosco participar da construção do nosso progresso. O Chanceler acentua que o Brasil dispõe de técnicos e de infra-estrutura para contribuir efetivamente com o Programa Ariane e manifesta a opinião de que a Agência Espacial Européia teve presente, ao solicitar a cooperação brasileira, a elevada qualificação dos nossos técnicos e as facilidades oferecidas pelo campo de lançamento de Natal. Páginas 71 e 78.

Discursos do
Presidente Ernesto
Geisel e do
Núncio Apostólico

no Brasil, Monsenhor Carmine Rocco, proferidos no Clube
Naval de Brasília, em 10 de maio de 1977, por ocasião
da homenagem prestada ao Chefe de Estado brasileiro
pelo Corpo Diplomático estrangeiro acreditado no Brasil.

geisel homenageado pelo corpo diplomático estrangeiro

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Senhores Chefes de Missão,

Sinto-me grato por haverem querido homenagear, na minha pessoa, o Chefe de Estado brasileiro e, nele, o Governo junto ao qual estão representados e que acolhe com especial agrado e interesse a "presença amiga" dos integrantes de tão seletto corpo diplomático.

Grato, também, estou ao Senhor Núncio Apostólico, por suas palavras, repletas sempre de sabedoria e de generosidade, e pelos votos que formula em favor da concretização das aspirações de nossa coletividade brasileira.

Meu reconhecimento, desejo estendê-lo, também em nome de minha mulher, às Senhoras Embaixatrizes aqui presentes.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

A atmosfera deste banquete é bem representativa do espírito com que o Brasil tem procurado conduzir a sua política externa

— um espírito de cordialidade, de convivência ecumênica e de atenta solidariedade.

Sinto-me feliz em poder dirigir-me a todos para reafirmar esses sentimentos que entretemos para com a comunidade internacional em seu conjunto, bem como, individualmente para com todas as nações amigas.

diplomacia tradicional não foi superada

Não sou dos que acreditam que a diplomacia tradicional tenha sido superada pela eficiência dos modernos meios de comunicação.

Ao contrário, creio que a própria eficiência desses meios pode iludir-nos, levando-nos a confundir publicidade com negociação.

As relações internacionais processam-se numa trama complexa, que não aceita simplificações, sem que se incorra em riscos à própria segurança dos países.

É claro que uma visão histórica dessas relações pode reduzir, a proporções menores,

este ou aquele problema de hoje. Mas, para os países atingidos, não será consolo admitir que a História permita subestimar os desafios de agora.

Para a geração que vive o presente, o homem de visão não é o que antecipa o juízo da História, mas o que sabe tirar o melhor proveito da realidade, para que a sociedade se encaminhe, em boa ordem, na direção de um futuro promissor.

função do diplomata é apreender a realidade do país

A diplomacia tradicional, a que se exerce através das chancelarias e dos diplomatas profissionais, sabe que são, precisamente, a diferença entre Estados que permitem valorizar as composições de interesses, a serviço de benefícios coletivos. **Função precípua do diplomata é, assim também, a de apreender corretamente a realidade do país onde exerce sua missão, pois seria desservir a seu Governo fornecer-lhe uma avaliação inadequada que certamente falsearia as condições para um entendimento frutuoso.**

A política externa do Brasil, terão apreendido os Senhores, é um instrumento para a realização do objetivo máximo do país que é o de ver seu povo prosperar em ordem e alcançar, no mais curto prazo possível, melhor justiça social e desenvolvimento político mais perfeito.

Funda-se ela em valores éticos superiores, incorporados pela História à nossa cultura e enriquecidos pela contribuição, tão nossa, de tolerância racial e cordialidade social. Povo naturalmente predisposto ao convívio, o brasileiro aceita influências construtivas e estende, espontaneamente, sua cooperação a outros povos, sem motivações escusas, sem inclinações para o servilismo, sem preocupações de preponderância. Na medida em que o país cresce e seus interesses se diversificam, e na medida, também, em que as nações se tornam mais interdependentes, é natural que a política externa do Brasil se universalize. A esse universalismo, procuramos dar um cunho prático, fazendo com que sirva aos interesses do Brasil e aos da comunidade internacional.

O Brasil se tem empenhado, continuamente, para que as relações internacionais se

encaminhem num sentido construtivo que faça da paz, da justiça e da prosperidade um patrimônio comum.

só a soma de esforços permite grandes realizações coletivas

Sabemos que nossos recursos para isso são limitados, mas sabemos, também, que só com a conjugação dos esforços de todos são possíveis as grandes realizações coletivas.

Nosso primeiro campo de ação diplomática é, obviamente, o das relações que entretemos com as nações do Continente, relações que atestam, melhor do que tudo, o espírito de solidariedade a que me venho referindo.

A cooperação com países vizinhos ressalta, de maneira muito especial, o princípio da igualdade soberana entre os Estados, a que nos aferramos com a mesma dedicação com que defendemos o do respeito mútuo e o da não-intervenção nos assuntos internos ou externos de outros países.

Com o mesmo espírito, procuramos fazer, da cooperação regional, um instrumento de progresso solidário.

Idêntica atitude estendemos aos países de fora do Continente com os quais se tornam, constantemente, mais estreitos e freqüentes os nossos contatos. Nos últimos três anos, 25 novas Embaixadas do Brasil foram criadas fora do nosso Hemisfério, o que atesta o dinamismo com que empreendemos a diversificação das nossas relações diplomáticas.

Índices expressivos do vigor emprestado à cooperação internacional encontramos no número e na qualidade dos Acordos bilaterais assinados durante o mesmo período — 240 atos com 56 países, 193 deles já se encontrando em pleno vigor.

soluções pacíficas para uma nova ordem econômica e política

A atitude cooperativa levamo-la, também, aos foros universais. Não nos agradam as conceituações dos países que estimulam dis-

senções e confrontos. Antes, tudo fazemos para que uma visão esclarecida dos fenômenos internacionais conduza os Governos, na construção de uma nova ordem política e econômica mundial, a preferirem as soluções pacíficas, às que poderiam ser tentadas com recurso à violência.

Assim, a contribuição do Brasil tem visado à solução equilibrada dos problemas globais da humanidade, daqueles que afetam o homem nos seus direitos fundamentais de viver em paz, de construir uma sociedade justa, de prosperar material e culturalmente, de se realizar na plenitude de suas faculdades e de usufruir do bem supremo da justiça e da liberdade.

Não é minha intenção fazer aqui um inventário dos grandes problemas que afligem a humanidade e ocupam as atenções dos nossos respectivos Governos.

A própria experiência que os Senhores terão retirado das respectivas missões já os terá levado a concluir que é inquestionável o desejo do Brasil de conviver com os demais países na busca de soluções justas e harmônicas para todos aqueles problemas.

Brasil é um país amante da paz

Essa é a mensagem que espero levem daqui, esta noite, a seus Governos. O Brasil — como já tive a oportunidade de dizer a todos os Senhores Chefes de Missões diplomáticas, ao agradecer-lhes os votos de boas-festas em dezembro do ano findo — “é um país amante da paz, da ordem, do bom relacionamento, da interdependência com os demais países do mundo, porque bem sabemos que ninguém pode viver isolado”. E continuaremos a “luta pela paz e pela compreensão entre os homens para que este mundo seja um mundo melhor”.

Agradeço a oportunidade que me deram de, mais uma vez, estar com cada um dos Senhores. A todos desejo que sejam felizes em suas missões no Brasil.

Ergo um brinde pela prosperidade dos povos dos países que representam e pela saúde dos respectivos Chefes de Estado e de Governo.

O NÚNCIO APOSTÓLICO

Senhor Presidente,

Para os Chefes de Missão do Corpo Diplomático acreditado em Brasília constitui particular honra, nesta noite, compartilhar a mesa convosco, com a Senhora Lucy Geisel e com os vossos mais próximos colaboradores. É este um acontecimento que almeja ser um símbolo daquela comunhão de aspirações e de propósitos que animam os povos, cujo escopo supremo é a fraternidade universal ou, pelo menos, a mútua compreensão, alicerçada no destino comum.

Perscrutando o panorama internacional, ainda se divisam fatores divergentes e, às vezes, até contrastes, ainda se alinham também ameaças, capazes de alterar a caminhada rumo à concórdia, fatigosa e parcialmente alcançada neste trintênio. Foco de atenção de todos, embora tímido ainda, é o despontar de uma mentalidade que impele o caminhar do mundo na busca de novas bases, cuja solidez ainda não se descortina, cujo substrato ainda não está definido, mas que, no entanto, se faz sentir por toda a parte. Não se pode negar que a responsabilidade das supremas autoridades das Nações abrange o dever de orientar seus cidadãos pelos caminhos de uma evolução positiva, capaz de unir passado e futuro. Esta realidade, porém, de modo algum dispensa, mas até pelo contrário, aumenta o empenho daqueles que dedicam sua existência ao bem comum. E aqui me refiro aos diplomatas. Estes, em seu trabalho, constante, discreto, freqüentemente árduo, às vezes até privado de êxitos imediatos, são a expressão na firme vontade de seus representantes, da presença amiga que se aplica precisamente em favorecer a consecução de meta a que a humanidade aspira em seu íntimo: um bem-estar moral, social e material ainda mais adiantado, mais equânime, mais humano.

Aqui, nesta cidade, animada que é de uma população radicada no passado, mas que, ao mesmo tempo, apresenta todas as características de um sólido futuro, esta reunião adquire aspecto mui significativo, Senhor Presidente. Demonstra como o Brasil, com

raízes no passado, olha decidido para seu porvir, colhendo energias de suas nobres tradições, impelido por seus múltiplos e criativos empreendimentos. Os augúrios que formulamos são para que, no transcurso de vossa Presidência, se concretizem todas e cada uma das aspirações da coletividade brasileira.

acontecimentos de um país causam reflexos sobre os outros

Por outro lado, nesta era espacial, as intercomunicações assumiram um ritmo assim acelerado e, sob alguns aspectos, incontroláveis, que o planeta que nos hospeda se tem mostrado cada vez mais estreito. A teoria dos "Estados estanques" fatalmente cede o posto à do intercâmbio universal. A individualidade deu lugar à coletividade; a coletividade, à nacionalidade; e a nacionalidade, à comunidade internacional. Em virtude disso, os acontecimentos de um país, favoravelmente ou não, causam reflexos sobre os outros, a ponto de tanger o conjunto total do mundo.

Meus colegas e eu, Senhor Presidente, chamados pela confiança de nossos Chefes Supremos para realizar nossa Missão em vosso País, sentimos a dilatada bondade e a acolhida cálida do vosso povo, em todas as latitudes do imenso Brasil.

Não somos menos sensíveis às atenções que nos reserva o Excelentíssimo Senhor Ministro das Relações Exteriores e seus colabora-

dores, tanto quanto os demais dirigentes das repartições oficiais.

Senhor Presidente, que o influxo do povo e das autoridades, responsáveis pelos setores interno e externo, seja, sob vossa direção, cada vez mais construtivo na assembléia dos povos. É a contribuição mais valiosa para o bem-estar comum e, direi, mais propício para o cumprimento da Missão Diplomática, na qual estamos empenhados com aquela disponibilidade que, na história, tem caracterizado este serviço e que, desde um passado bastante remoto, tem adquirido novos aspectos.

Em vossa pessoa, por isso, exprimimos ao povo brasileiro os sentimentos de nossa íntima satisfação seja pela amizade seja pela preciosa contribuição para o bem-estar universal.

Consenti-me, por fim, Senhor Presidente, que eu convide a meus colegas e respectivas Senhoras a elevarmos a taça para a vós reiterar, juntamente com os sentimentos de gratidão, também os augúrios de feliz sucesso em nossas atividades, intensas e delicadas, para que se tornem altamente salutares para todos os filhos deste grande País e não menos benéficas para todo o consórcio internacional.

A Senhora Lucy Geisel, e nela a todas as mães brasileiras, renovamos nossos votos de onímoda felicidade.

A vossos colaboradores nossos agradecimentos por terem aceitado participar desta reunião.

o discurso de silveira na reunião da oea em granada

Discurso do Ministro de
Estado das Relações Exteriores,
Antonio F. Azeredo
da Silveira, em 15 de junho de 1977, na
segunda sessão das conversações
informais da VII Assembléia-Geral da OEA, em Granada.

Senhor Presidente,

Ouvi com atenção tudo o que foi dito pelos Senhores Chanceleres e Chefes de Delegação sobre os temas 6 e 7 da nossa agenda para conversações informais.

O Brasil vê com satisfação que o tema dos direitos humanos esteja merecendo tanta atenção por esta Assembléia-Geral.

Considera o Brasil que o respeito aos direitos humanos é uma das preocupações mais relevantes que pode ter o Estado. É importante, pois, que seja tratado com prioridade numa assembléia de Estados soberanos que desejam pôr a cooperação internacional a serviço do desenvolvimento dos seus povos.

O tema não é novo entre nós. Novo pode estar sendo o impulso para tratá-lo de forma sensacionalista e a politização crescente de sua discussão. Essa tendência, que parece receber estímulos crescentes em épocas recentes, é, porém, de se lamentar.

Em nossas discussões sobre o tema, no seio da OEA, ao longo dos últimos anos, vínhamos acumulando, pouco a pouco, um acervo de conceitos relevantes para o tratamento desapassionado da questão, acervo esse ulti-

mamente ameaçado de ser posto de parte para dar lugar a uma abordagem alvorçada e popularizante.

Gostaria de recordar, aqui, algumas das conquistas conceituais alcançadas ao longo dos nossos inúmeros debates.

problema dos direitos humanos se situa num plano ético

A primeira dessas conquistas foi a convicção de que o problema dos direitos humanos se situa num plano eminentemente ético.

Parece óbvio o que estou dizendo, mas, no entanto, o tratamento dado ao assunto em certos foros, e mesmo neste foro, infelizmente parece confirmar que esse dado fundamental nem sempre está presente às discussões sobre o problema dos direitos humanos.

É evidente a politização da questão.

É evidente sua utilização para fins distintos do da proteção intrínseca dos direitos do homem.

pouco se fala na promoção dos direitos humanos

Não é sem razão, neste contexto, que o tema venha sendo abordado, preferentemente, de forma inquisitorial. Muito se fala das violações dos direitos humanos, sobretudo em terras estranhas. Pouco se ouve falar da promoção desses mesmos direitos, ainda quando abundem, nesse sentido, exemplos meritórios de esforços realizados em muitos de nossos países.

Também não é sem razão que o aspecto dos direitos seja tão ressaltado e pouca ou nenhuma ênfase se dê ao aspecto dos deveres que lhes são correlatos. Ainda ontem ouvimos várias formulações nesse sentido, o que, espero, possa enriquecer a discussão conceitual sobre o tema.

Uma segunda conclusão, da maior relevância e diretamente derivada da que acabamos de examinar, é a de que, em sua essência, o problema dos direitos humanos tem caráter universal. Isto significa que não é possível justificar um tratamento discriminatório entre países no que diz respeito ao julgamento de suas responsabilidades para com a proteção e a promoção dos direitos fundamentais do homem. Justificar um tratamento discriminatório, com base no interesse nacional, é destruir o próprio fundamento da defesa desses direitos, pois, como se poderia legitimar tal posição para um país sem conceder a todos os demais as possibilidades de invocar, de maneira semelhante, seus próprios interesses nacionais para agir de forma condescendente com relação a essa ou aquela violação por parte de outros países.

Se, em sua essência, porém, são universais os direitos do homem, são particulares as suas manifestações e graduais os níveis de sua realização. É cômodo tratar dos direitos humanos como uma abstração semântica. Complexa é a sua realização positiva, diante de situações concretas, que envolvem indivíduos reais e não seres de pensamento.

Quando falamos em direitos humanos, devemos entender, em primeiro lugar, aqueles direitos fundamentais, sem os quais a

própria condição de ser humano — de ser no sentido de existência e no sentido de desenvolvimento da personalidade — não se pode realizar em toda sua plenitude. Ora, tais direitos fundamentais diferem de país a país, conforme o grau de seu desenvolvimento econômico e social. Há países que já alcançaram tal grau de desenvolvimento global que se permitem ter como questões de debate nacional aspectos sofisticados do relacionamento social, as quais, para a maioria das sociedades, nem chegam a constituir problemas concebíveis.

Preferiríamos pensar que as sociedades menos avançadas do ponto de vista de certos critérios materiais, entre as quais nos situamos, não terão que percorrer necessariamente todas as etapas da problemática social que caracteriza algumas das sociedades hoje mais avançadas.

os direitos elementares que precisam ser socorridos

Mas não quero afastar-me do ponto fundamental que pretendia ressaltar neste momento e que é o de que, para a maioria das sociedades do continente, existem direitos elementares que têm que ser socorridos, tais como o direito do homem a alimentar-se, vestir-se, a crescer em boa saúde, a educar-se, a trabalhar, a viver sem o estigma de preconceitos raciais, a praticar com liberdade sua religião. Todos sabemos o quanto de esforço nacional precisam realizar os países em desenvolvimento para garantir esses direitos elementares às suas populações. Mormente quando tal esforço nem sempre se beneficia de uma adequada cooperação internacional e, frequentemente, é prejudicado por influências externas, econômicas ou políticas.

O quarto aspecto que considero uma conquista de nossas discussões é a convicção arraigada a que chegamos, muitos dos governos que, de boa-fé, participamos da discussão sobre o problema dos direitos humanos nos foros internacionais, de que esse é um problema cuja solução é eminentemente de responsabilidade do governo soberano de cada país.

brasil tem cooperado com as comissões

Com efeito, nenhum país, individualmente ou em conjunto com outros países, pode arvorar-se em juiz de outros países numa questão tão íntima da vida das nações quanto a do respeito aos direitos humanos. Fácil é desvirtuar para atitudes de pura interferência em assuntos internos de outro país qualquer pseudopreocupação investigatória ou judicativa sobre o problema.

O Brasil tem cooperado com a Comissão dos Direitos Humanos das Nações Unidas e com a Comissão Interamericana dos Direitos Humanos em suas atividades de defesa dos direitos humanos. O Brasil vê a ação das Nações Unidas e da OEA, nesse campo como essencialmente a de promover, em caráter normativo, a defesa desses direitos. Não acreditamos na eficácia de atribuir-lhes funções inquisitoriais ou judiciárias.

adesão sincera, integral e definitiva

Nossa adesão à causa dos direitos humanos é sincera, integral e definitiva. Empenhamo-nos, nacionalmente, por levar a bom termo a construção de uma sociedade que permita a plena realização do Homem brasileiro. Esta é uma causa nossa e um compromisso nosso. O que não podemos aceitar é que, invocando a nobreza da causa dos direitos humanos, se permitam outros paí-

ses violar princípios e objetivos igualmente importantes e igualmente essenciais ao correto e harmonioso convívio internacional.

Senhor Presidente,

Ao agradecer a oportunidade que me foi dada de expressar os pontos de vista do meu Governo sobre tema tão relevante, não quero deixar de manifestar a preocupação com que minha Delegação vê conduzido o diálogo entre os governos do continente sobre esta e outras questões de comum interesse para nossos povos. Estamos aqui reunidos supostamente para tratarmos de encontrar, de forma cooperativa, soluções adequadas para problemas comuns. Nosso objetivo declarado é o de harmonização de interesses e o método proposto é o diálogo franco, íntimo e privado.

Infelizmente, não parece ser esse o clima que tem prevalecido em nossas discussões. Frequentes são as recriminações, abundantes as revelações de nossos debates — teoricamente, repito, privados —, e ainda poucos, infelizmente, os esforços para encontrar terreno comum de entendimento. Minha Delegação espera que, para o benefício dos nossos povos e do futuro da nossa própria organização, saibamos, em tempo, fazer com que prevaleçam entre nós os sentimentos de solidariedade e de fraternidade que foram sempre o apanágio da organização e serão, se a organização deve continuar a servir aos propósitos para que foi criada, o esteio indispensável à realização plena desses mesmos propósitos.

Muito obrigado.

o dia internacional para a eliminação da discriminação racial

Discursos do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Antonio F. Azeredo da Silveira, e do Presidente do Senado Federal, Senador Petrônio Portella, na cerimônia comemorativa ao Dia Internacional para a Eliminação da Discriminação

Racial, realizada no Palácio Itamaraty de Brasília, em 5 de abril de 1977.

AZEREDO DA SILVEIRA

A data de 21 de março foi consagrada pelas Nações Unidas como o Dia Internacional para a Eliminação da Discriminação Racial. Nessa oportunidade, os membros da comunidade internacional se associam para expressar a convicção de que a igualdade racial e a convivência fraterna entre homens de raças diversas se incluem entre os valores mais altos e nobres de toda a humanidade.

Há vários anos vimos comemorando a passagem do Dia Internacional para a Eliminação da Discriminação Racial. Nos últimos anos, em cerimônias realizadas no Itamaraty, ouvimos as palavras do Deputado Célio Borja, então Presidente da Câmara dos Deputados e do Ministro Djaci Falcão, então Presidente do Supremo Tribunal Federal.

Este ano, o Senhor Presidente da República enviou ao Secretário-Geral das Nações Unidas mensagem em que reiterava a solidariedade do Governo e povo brasileiros com os esforços da Organização no combate à

segregação de raças. Não poderia o Brasil estar ausente das comemorações do Dia Internacional para a Eliminação da Discriminação Racial, tratando-se de País que tem um testemunho a dar no campo da igualdade e do convívio pacífico entre os homens.

brasil repudia a segregação racial

Estamos reunidos hoje para reafirmar, na voz do Presidente do Senado, o repúdio da nação brasileira a uma das mais indignas formas de violação dos direitos humanos: a segregação racial.

Nas Nações Unidas e nos Organismos Internacionais, o Brasil vem emprestando seu firme e decidido apoio ao combate às práticas de discriminação racial, resíduos de um passado que se quer esquecido, mas que infelizmente ainda reponta num mundo que não mais o aceita. Tem o Brasil não apenas juntado à condenação unânime do apartheid, mas também contribuído para que uma das formas mais condenáveis de violação dos direitos do homem seja definitivamente banida do convívio humano.

Essa linha de comportamento é a que melhor reflete a índole e a vocação da nacionalidade brasileira, que têm na integração harmoniosa e pacífica de diferentes raças um dos seus elementos definidores básicos e uma das fontes de sua vitalidade e renovação.

Ao agradecer a presença, nesta Casa, dos Senhores Chefes de Missão, dos Senhores Ministros de Estado, dos Senhores Membros das Comissões de Relações Exteriores do Senado e de Diplomacia da Câmara dos Deputados e dos demais convidados, passo a palavra a Sua Excelência o Senhor Senador Petrônio Portella, Presidente do Senado Federal.

PETRÔNIO PORTELLA

Começo proclamando-me agradecido ao Ministro Azeredo da Silveira, pela honra que me concede de falar neste dia às mais altas autoridades do País e ao Corpo Diplomático.

Esta comemoração, na solenidade de que se reveste, é muito mais que um registro do Dia Internacional para a Eliminação da Discriminação Racial que nos recomenda a Organização das Nações Unidas.

É o reconhecimento da necessidade de vigilância em face de um problema que amesquinha o homem deste século tão aureolado pela expansão de sua extraordinária grandeza, no domínio da natureza e na conquista dos espaços siderais.

De nossa parte é muito mais, é a reiteração de um compromisso nascido de nossa alma coletiva ao darmos os primeiros passos pioneiros na edificação do Estado Nacional. Antes, muito antes de a ONU convocar as Nações para o culto à unidade da raça humana, já aprendíamos no intercâmbio, no entendimento e na convivência de três grupos étnicos, a lição definitiva e integral de que o homem, qualquer que seja sua pele,

é um homem, na sua natureza, em sua origem e nos seus direitos. E desde então, o imenso território foi o berço e palco de intensa miscigenação entre o português, o indígena e o negro, de que resultou a comunhão de raças e culturas.

uma lição de joaquim nabuco

Mesmo o acidente da escravidão jamais se institucionalizou com a crueldade vigente em outros países, suavizando-se, aqui, pelo amplo e abrangente sentido doméstico com que se caracterizou.

Vale colher a lição de Joaquim Nabuco, na Câmara, muitos anos antes da Abolição, respondendo ao Deputado Lourenço de Albuquerque:

"O nobre deputado pelas Alagoas teria talvez razão se entre nós os negros fossem objeto, como em outros países, da repulsa das outras raças; como se, por exemplo, nos Estados Unidos se tivesse traçado uma raia que nada pudesse atravessar entre as duas raças, mas entre nós este sentimento não existe, os homens no nosso país não se distinguem nem pela raça nem pela cor, e a escravidão desaparece sem deixar sentimentos de vingança entre senhores e escravos. Não há razão pois para não querermos esses homens, como livres, porque são de cor preta, para os trabalhos dos campos em que foram aproveitados os escravos."

Na senzala, ao lado da Casa Grande, surpreendia-se não raro, um quadro de ternura a denunciar um vínculo e um elo entre o senhor e o escravo.

O interesse não teve força para destruir sentimentos arraigados, impeditivos da negação da presença humana dos escravos.

Nessa ambiência, se processou a miscigenação, sem traumas e choques maiores, sem seqüelas, num amplo e contínuo encontro de afinidades e amor que juntou sangue e uniu culturas, gerando um grupo étnico, um povo que, antes da liberdade política já trazia em si um rico acervo de experiências humanas imprescindíveis à sua unidade como Nação.

ausência de preconceito racial é herança lusitana

Fomos, Senhores, herdeiros da colonização lusa imunizada contra os preconceitos raciais. Na Península Ibérica sucederam-se os mais diferentes grupos étnicos, misturando-se costumes e culturas de que nasceu o português, que encontrou no berço e na história, razões para negar hegemonia de raças, e valorizar sempre, acima das prevenções, a humanidade simbolizada no homem.

O nosso colonizador já autenticava no sangue mesclado a dignidade de suas convicções isentas de falsa superioridade que hierarquiza a espécie em nome de ideologias e renega o sentimento humanístico de nossa civilização.

O nosso ascendente colonizador trouxe para a América as vetustas experiências que a Geografia ensinou à Península Ibérica e, em nossas terras, os três grupos se ajustaram em consórcio de que somos expressão e síntese.

Não defendemos a igualdade de raça como quem toma a si a defesa de direitos alheios. Identificamo-nos com a causa que é nossa, pois em nós atua, vibrante, o sangue dos grupos a que devemos os caracteres físicos, a formação ética que ilustra e honra a nossa história, a fidelidade aos princípios humanísticos e cívicos que constituem patrimônio inalienáveis da Nação brasileira.

Em que pesem as distorções políticas, nunca admitimos as discriminações odiosas entre grupos raciais minoritários e a consciência nacional mobiliza-se e o Estado atua sempre contra os que, movidos pelo interesse, tentam ferir os direitos de nossos indígenas.

E essas exceções não se inspiram no preconceito, fundam-se na ambição de domínio de alguns.

Tão entranhado no meio social é o sentimento de igualdade e o repúdio de toda forma de preconceito que o Estado tem meios legais de punir resíduos que, no plano individual, possam ocorrer. É raríssima sua incidência, mas, se configura um delito, nos

termos da Lei Afonso Arinos. Foi uma imposição da sociedade. Precedendo o Estado erguia-se a consciência coletiva na repulsa e na acusação à discriminação que olvida o nosso passado e as nossas próprias origens.

acesso na sociedade depende do trabalho dos indivíduos

No Brasil, o acesso na sociedade depende do trabalho dos indivíduos, da qualificação intelectual, dos méritos que puderem ostentar e não da orgulhosa exibição de superioridade da cor ou da origem.

Somos todos herdeiros dos atributos comuns à espécie, e o que construímos, no campo social, econômico e político, autentica a procedência do nosso repúdio aos mitos de superioridade racial.

Somos, como se costuma dizer, um “cadinho” racial, em que, de uma maneira geral e sem agressões ostensivas, convivem bem todas as etnias, todas as raças, todos os indivíduos, aqui mais separados por condições sociais, desníveis de cultura, diferenças de costumes, diria mesmo até de interesses, mas não de raças. A miscigenação, que nos trouxe um contingente de mestiços superior em número a outros grupos raciais, atesta essa realidade.

Participamos desta reunião que o Ministro Azeredo da Silveira realiza, sob as inspirações da ONU, expressando o nosso caloroso apoio. Ela demonstra, em pleno século XX, a persistência com que os homens negam os rudimentos de convivência cristã a qual deve começar pelo reconhecimento sem ressalvas ou reticências da plena igualdade entre eles. É dessa forma primeira que tudo há de construir-se, inclusive a sociedade que enseja a luta, a disputa, a concorrência como firme afirmação dos homens que, assim, se distinguem em hierarquia. Mas, desgraçadamente, nem sempre é assim.

Os grupos raciais e étnicos constituem, em muitas sociedades, importantes componentes de ordem social, e as relações entre eles criam problemas sociais significativos. As relações entre negros e brancos, por exemplo, que há muito tempo representam uma fonte crônica de dificuldades, tornaram-se

questão política de grande relevância. Poder-se-á dizer, ainda agora, que o problema jamais arrefeceu, tendo caminhado muitas vezes para desfechos de extrema dramaticidade, projetando a imagem de grandes nações, aos olhos do mundo, com tais cores e tão expressivas distorções que chegam a formar-se a respeito delas conceitos que não as elevam ou as distinguem entre os campeões dos legítimos direitos humanos. Como observa Ely Chinoy, a presença de minorias chinesas, com ou sem laços continuados com a terra natal, em nações do Sudeste da Ásia, tem engendrado angustiantes tensões. Na África, do Sul, a situação é explosiva a separar inconciliavelmente brancos e pretos, complicada ainda por outros fatores. Eis um problema político que preocupa a ONU e sensibiliza a comunidade internacional.

Saliente-se que, desgraçadamente, o fato de ser membro de grupos raciais e étnicos pode influir no status dos homens em suas relações com os outros. A cor da pele situa o homem, freqüentemente, em sua sociedade, para representar elemento de diferenças de tratamento, ou discriminação. Até traços culturais distintos servem de suporte ou pretexto para discriminações odiosas. É certo que uma reação contrária é facilmente identificável, predispondo a minoria étnica ou racial contra a maioria que a agride. A posse de traços físicos distintivos ou de valores, crenças e costumes únicos, não raro proporciona um foco de lealdades comuns, constituindo-se na base de uma ação coletiva também comum, particularmente quando o grupo é destacado por uma atenção discriminativa (Ely Chinoy).

cultura não se transmite por hereditariedade

As diferenças culturais são, muitas vezes, atribuídas a variações biológicas, embora esteja amplamente demonstrado pela História e provado cientificamente que a cultura não se transmite por hereditariedade; aprende-se, assimila-se. Não há qualquer evidência que sustente o ponto de vista segundo o qual os mecanismos biológicos que determinam as características físicas também controlam valores, crenças, costumes ou formas vitoriosas de organização social.

Os traços raciais entram na vida na medida em que os homens desenvolvem sentimentos e os julgam, ou constroem teorias acerca da cultura e da sociedade em que desempenham um papel.

“Se os homens definirem situações como reais, elas serão reais em suas conseqüências”.

Vivemos, Senhores, a tragédia da desumanização social de que é um capítulo a discriminação. Ao lado dos preconceitos, o interesse e a ambição desfiguram os homens e imprimem às nações uma política divorciada da moral e em luta contra os mandamentos da Justiça e do Direito. E a gravidade se afere à simples ilustração dos dramas que se desenrolam contra a cor de um ser humano.

A ciência e a técnica proporcionaram ao nosso século um progresso que estonteia e espanta, tão poderosas se fizeram algumas nações que vivem paradoxalmente o drama do superpoder, marcado pela preocupação com a segurança da própria humanidade.

Criemos, pois, uma consciência de que, onde haja um homem em perigo, devemos ter a coragem de um gesto para salvá-lo.

Ganhamos extraordinária grandeza nas transformações do mundo material, mas esquecemos de nós mesmos, não nos transformamos, não conseguimos ver a causa maior, o desafio transcendente que é o de modelarmos o mundo para o homem, pondo-o a seu serviço.

Constroem-se impérios que se estendem a todos os continentes; edificam-se sociedades abertas e prósperas, onde o conforto de tão requintado parece irreal, mas se desconhece no negro o homem que ele é, repudia-se-lhe a cor.

Como se fosse pouco o serviço constante das máquinas a drenarem os recursos para poucos indivíduos e algumas nações, deixando a humanidade, em sua maioria, sofrendo as angústias do pauperismo, renega-se o homem, proscrevendo-o em razão da pele, como se fora uma mácula.

enquanto houver preconceito, a paz estará ameaçada

Cremos, Senhores, que a paz estará sempre ameaçada enquanto houver qualquer preconceito a antagonizar os homens. Onde houver um negro segregado, ali estará a negação dos direitos humanos que não se podem afirmar se não se reconhecem a todos os homens as condições igualitárias para o seu exercício.

Acima dos conflitos tão grandes que têm no preconceito da cor suas raízes ou seus pretextos, uma cruzada se impõe como verdadeiramente redentora. Façamos do homem o centro e o beneficiário de todas as nossas conquistas. Só assim, por uma consciência moral dominadora e coletiva, impondo princípios que não oscilam sob impulsos de interesses particulares é que, na comunidade internacional, salvaremos a paz que não está no equilíbrio precário e artificial.

direito à vida digna

Não há valores maiores que os que se contêm nos direitos do homem, e o primeiro deles é o direito à vida digna para que possa desempenhar o papel, por mínimo que seja, no palco da vida.

E a todos nos cabe o dever de ver, atrás do gesto simples, da atuação modesta, até na

marginalização humilhante, um ser humano, paralisado e caído, menos porque não tenha tido força para andar, do que pela injustiça que obstruiu os seus caminhos.

Meus Senhores,

Em nosso recolhimento hoje, é o dia do anátema à injustiça do preconceito de cor.

Em nosso recolhimento, ou em nossas pregações, indaguemos estas verdades: Que branco, em qualquer parte do Planeta, foi maior que o negro Martin Luther King? Que ariano, em qualquer nação da Terra, foi mais sábio que o judeu Albert Einstein? Que herói europeu, em qualquer País do Velho Continente, foi mais valente que o índio Felipe Camarão?

No mais profundo de nossa consciência moral, denunciemos a ignonímia de um crime contra o homem. E devemos dizer que a luta continuará até que os direitos humanos sejam imperativos de consciência de cada indivíduo, empolgando a vontade incontrastável de todos os povos e nações.

Esta é uma causa de todos. E que encontremos em nós as determinações morais que nos façam soldados da luta pela dignidade do homem de todos os quadrantes da Terra.

Este, o caminho da Justiça; este o preço da paz. Não vacilemos, Senhores!

opanal: brasil quer a proscrição de armas nucleares na américa latina

Discurso pronunciado pelo Embaixador Paulo Cabral de Mello, como observador do Brasil, no V Período de Sessões da Agência para a Proscrição das Armas Nucleares na América Latina (OPANAL), em Caracas, no dia 20 de abril de 1977.

Senhor Presidente,

É com sentimento de ampla e fraterna solidariedade com os países que integram a OPANAL que, em nome do Governo brasileiro, me dirijo aos participantes deste V Período de Sessões da Organização para a Desnuclearização da América Latina.

É, também, com especial agrado que nos encontramos em Caracas, cidade que acolhe com sua tradicional fidalguia e hospitalidade esta importante Conferência.

brasil respeita objetivos do tratado de tlatelolco

O Brasil tem comparecido às sessões da OPANAL e comparece hoje a esta importante reunião na qualidade de país observador. Esta palavra não denota, contudo, de maneira precisa, a natureza dos vínculos que ligam o Brasil à obra que vimos realizando para livrar a América Latina da ameaça das armas nucleares. Sabem os Senhores que o Brasil não só assinou como ratificou o Tratado de Tlatelolco e que por

não estarem cumpridas todas as exigências previstas nos seus Protocolos Adicionais I e II não temos a condição formal de país para o qual o Tratado esteja em vigor. Todavia, se, de um lado, o texto do Tratado não constitui ainda uma obrigação para o Brasil, por outro lado assumimos, de acordo com as normas de Direito Internacional, o compromisso de não praticar atos que frustrem os objetivos do Tratado, compromisso ao qual corresponde a garantia de que os demais signatários procederão da mesma forma.

Senhor Presidente,

O Brasil integrou o núcleo inicial de países da área que se ocupou da questão da proibição das armas nucleares na América Latina. Não cabe fazer aqui o histórico dos primeiros esforços nem descrever o grave quadro internacional que levou esse grupo de países, com extraordinário sentido histórico, a lançar-se em empreitada que ainda hoje permanece única. Só o fecundo acervo de tradições jurídicas da América Latina, a confiança recíproca que nos une e as amplas bases já firmadas de estreita

cooperação regional permitiram que se construísse o Tratado de Tlatelolco.

desnuclearização é resultado da vontade soberana das nações

Temos observado, nos últimos anos, os esforços que outras áreas realizam, com imaginação e empenho, para também banir de seus limites as armas nucleares. Os nossos melhores votos acompanham tais esforços, convictos de que a criação de novas zonas desnuclearizadas será o resultado da vontade soberana das Nações que integram as correspondentes áreas geográficas, livres de pressões e ingerências externas e estabeleçam condições de segurança que satisfaçam inteiramente as preocupações dos países interessados.

Senhor Presidente,

Não cabe aqui reiterar os motivos que levam o Governo brasileiro a não proceder à dispensa dos requisitos referentes aos Protocolos Adicionais I e II do Tratado. Respeitamos as razões daqueles países irmãos que abriram mão dessas exigências e que, dessa forma, permitiram que a OPANAL começasse a funcionar. Não é menos construtiva a posição dos Estados que, como o Brasil, se mantêm na posição de princípio que defendem desde os tempos das Conferências negociadoras. Acredito que os dois grupos de países contribuem, de forma complementar, para a causa da não-prolifera-

ção das armas nucleares na América Latina. Acreditamos que a posição brasileira tem sido fator importante no esforço comum para emprestar a máxima credibilidade ao Tratado de Tlatelolco. Ao reclamarmos o pleno cumprimento das condições gerais de segurança e garantia continuamos a requerer das potências militarmente nucleares uma adesão formal que, ao cumprir-se, não só fortalecerá o sistema de segurança latino-americano como contribuirá para a criação de melhores condições para que se avance no caminho do desarmamento geral e completo, sob eficaz controle internacional.

Na verdade, a zona desnuclearizada se caracterizará efetivamente como tal, quando todos os países que possuam territórios na área definida no Tratado a houverem aceito e as potências militarmente nucleares se houverem comprometido a respeitá-la.

Senhor Presidente,

Além das diferentes ênfases e das considerações processualísticas, o que une os países latino-americanos aqui presentes é a firme e invariável determinação de manter a América Latina livre das armas nucleares e construtivamente aparelhada para o aproveitamento pacífico do átomo. O Brasil não se afastará desses dois objetivos fundamentais para a nossa paz e nosso progresso.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

Itamaraty instala cursos de aperfeiçoamento de diplomatas e de altos estudos

Discurso do Chanceler
Azeredo da Silveira,
na formatura da turma de 1976
do Instituto Rio-Branco, no

Palácio Itamaraty de Brasília, em meio às
solenidades do Dia do Diplomata (21 de abril),
comemorado desta vez em 20 de abril de 1977,
com a presença do Presidente Ernesto Geisel.

Excelentíssimo Senhor Presidente Ernesto Geisel;

Meus colegas diplomatas formados pelo Instituto Rio-Branco em 1976;

Minhas Senhoras e meus Senhores;

Senhor Presidente da República,

Uma vez mais temos a honra de receber Vossa Excelência no Itamaraty, para comemorar o Dia do Diplomata. Como em anos anteriores, com sua visita festejamos o ingresso na Carreira dos concluintes de mais uma turma do curso de formação do Instituto Rio-Branco. Trata-se, hoje, da última formada no Rio de Janeiro, em 1976 — antes da transferência do Instituto para a Capital Federal.

Há doze meses, o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata começou a funcionar em Brasília, integrado no Itamaraty. Hoje, ele aqui está plenamente instalado, e já em 1978, no dia 20 de abril, será comemorada a nomeação dos primeiros Diplomatas formados na Capital da República.

Os jovens colegas, que hoje se juntam a nós, encontram uma Carreira que dinamicamente se aperfeiçoa e se adapta ao progresso do País e às circunstâncias novas do mundo contemporâneo. Responde, assim, o Itamaraty, ao desafio que a trama, cada dia mais complexa, das relações internacionais oferece à diplomacia de um país que se afirma na comunidade das nações.

diplomata precisa estar preparado para o desafio constante

Vossa Excelência sabe — e tem dito: o diplomata está na linha de frente da defesa dos interesses nacionais. Precisa, por isso, estar preparado para esse desafio constante.

A diplomacia brasileira tem tido a felicidade de contar, nos últimos trinta anos, com um sistema de recrutamento e de formação profissional que é respeitado em todo o mundo pela sua qualidade. Com o apoio de Vossa Excelência, que tanta compreensão tem demonstrado pela nossa Instituição, estamos procurando tornar esse sistema ainda mais adequado, mediante uma série de reformas encetadas no limiar de 1976.

Uma dessas reformas — motivo de orgulho para o Itamaraty — permitiu que pudéssemos compartilhar os benefícios daquele sistema, ainda que limitadamente, com alguns países em desenvolvimento, deste Continente e da África, que nos têm enviado estudantes de diplomacia.

uma das mais importantes realizações do atual governo

Poderemos agora embarcar em outro esforço, ao qual atribuo grande importância: o aperfeiçoamento profissional sistemático, na Carreira de Diplomata. Agradeço a Vossa Excelência haver atendido a essa aspiração antiga do Itamaraty, que estava formulada em lei desde 1961. Com a assinatura do Decreto que determina a instalação do Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas, para Segundos-Secretários, e do Curso de Altos Estudos, para Conselheiros — cuja publicação no Diário Oficial de hoje, tenho o privilégio de anunciar — tomamos uma iniciativa que será vista nos anos futuros como uma das importantes realizações do Governo de Vossa Excelência, no Itamaraty. É uma dessas medidas aparentemente simples mas fundamentais, cujos frutos só se fazem visíveis ao longo dos anos, no amadurecer do tempo, que tocam os fundamentos das instituições, e permitem que elas se desenvolvam e enfrentem, com êxito, as constantes modificações da realidade. Nesta ocasião, desejo, igualmente, expressar meu reconhecimento ao Ministro-Chefe da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, pela prestimosa colaboração que a Seplan nos prestou no preparo dos textos que servirão de base para os primeiros cursos.

dinamismo da realidade exige atualização e aperfeiçoamento

Como disse, o dinamismo da realidade nacional e internacional exige da diplomacia brasileira que ela constantemente se aperfeiçoe e se atualize.

Pelas suas dimensões territoriais e de população, pelos recursos naturais de que dispõe e pelo impulso da sua História, nosso

País está destinado a uma crescente projeção no mundo. Não nos podemos esquivar deste mandato, que não deliberamos, mas que nos é postulado, pelo que somos e pelo que podemos ser. Devemos preparar-nos para assumi-lo, procurando expressar essa projeção segundo critérios pautados pela tolerância, pelo espírito de conciliação, pelo respeito aos direitos alheios e pela conformidade com as tradições e a cultura, que fizeram do brasileiro o "homem cordial".

Nossa cultura resiste às seduções do idealismo abstrato e intransigente e à simetria das soluções teóricas. Ela tende para o concreto, para a vida. Conhece um mundo povoado por homens, com suas idéias e aspirações, com limitações e necessidades materiais; um mundo de infinita complexidade, e que não pode ser simplificado sem perigo. Sabemos que talvez nenhum problema internacional pode ser solucionado perfeitamente, mas acreditamos que qualquer problema pode ser abordado e controlado — com prudência e esperança, sem excessos de zelo ou arroubos de otimismo, mas com serena firmeza, sempre que se trate de interesse essencial do país.

Esta nossa cultura, este nosso destino, requerem uma política externa que os reflita. Uma ação diplomática que possibilite a afirmação nacional dirigida para a harmonia e a complementação de interesses; que valorize o respeito à independência dos Estados, à variedade das suas características, aos anseios dos seus povos; que conduza à negociação das controvérsias, na busca sempre de resultados realistas e equitativos.

A política externa do Brasil é e continuará a ser uma política pela paz. A diplomacia que lhe serve de instrumento é modelada para tal fim: manter-se fiel aos interesses do Brasil e eficiente na busca da harmonia internacional.

jovem diplomata deve contribuir para a eficácia do itamaraty

Esta é a preocupação que temos nesta Casa, Senhor Presidente, e que quero transmitir, neste Dia do Diplomata, aos meus mais jovens colegas. É muito o que deles se espe-

ra: que contribuam para a eficácia da instituição que tem por tarefa executar a política exterior que o Governo traça para a Nação.

O tempo os dispersará pelos cantos do mundo a serviço do Brasil. Mas todos saberão retemperar-se, nos contatos periódicos com a realidade nacional, sem perder a caracte-

rística que sói fazer dos que trabalham distanciados da pátria, representando-a no exterior, brasileiros talvez até com maior intensidade.

Muito obrigado, Senhor Presidente, por tudo o que Vossa Excelência tem feito pelo Itamaraty e por sua prestigiosa presença nesta Casa no Dia do Diplomata.

novos cursos começam a funcionar imediatamente

Apresentação do diretor do Instituto Rio-Branco, Ministro Sérgio F. Guarischi Bath, sobre os Cursos de Aperfeiçoamento de Diplomatas (CAD) e de Altos Estudos (CAE) do Ministério das Relações Exteriores; o Decreto n.º 79.556, do Presidente Ernesto Geisel, instituindo o sistema de treinamento e qualificação na Carreira de Diplomata, as Portarias 450 e 451, do Chanceler Azeredo da Silveira, baixando, respectivamente, as Normas do Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas e as Normas do Curso de Altos Estudos; e o edital do diretor do Instituto Rio-Branco, abrindo as inscrições para o primeiro CAD e o primeiro CAE.

APRESENTAÇÃO DO DIRETOR DO RIO-BRANCO

A presente coletânea reúne os textos fundamentais relativos ao Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (CAD) e ao Curso de Altos Estudos (CAE); o Decreto n.º 79.556, de 20-4-1977; as Portarias números 450 e 451, de 20-4-1977, do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores; e o Edital da mesma data, do Diretor do Instituto Rio-Branco.

O CAD e o CAE constituem um sistema de treinamento e qualificação funcional, na forma prevista pelo Artigo 6.º da Lei número 5.645, de 10 de dezembro de 1970, que estabelece:

“A ascensão e a progressão funcionais obedecerão a critérios seletivos, a serem estabelecidos pelo Poder Executivo, associados a um sistema de treinamento e de qualificação destinado a assegurar a permanente atualização e elevação do nível de eficiência do funcionalismo.”

São também antigas aspirações do Itamaraty, como recordou, no Dia do Diplomata de 1976, o Ministro de Estado das Relações

Exteriores, e correspondem à necessidade, sentida agora de forma imperiosa, de institucionalizar o aprimoramento profissional dos Diplomatas.

O CAD tem por objetivo treinar os Segundo-Secretários em matérias de nível intermediário, preparando-os para o acesso aos escalões de Primeiro-Secretário e de Conselheiro. Por sua vez, os funcionários desta última categoria terão no CAE uma etapa de preparação aos estágios superiores da Carreira — Ministro de Segunda e de Primeira Classe.

O CAE foi criado formalmente em 1961, pela Lei n.º 3.917. Quanto ao CAD, foi instituído pelo Decreto n.º 71.323, de 1972. Assim a inovação trazida pelo Decreto n.º 79.556 refere-se somente ao nível próprio para o primeiro daqueles Cursos, que passou a ser o de Conselheiro — classe inexistente em 1961. Esta alteração foi feita dentro do espírito da reforma instituída pelo Decreto-Lei n.º 200, de 29 de setembro de 1969, pelo qual cabe ao Executivo regular, por Decreto, os critérios para a progressão funcional, ex-vi do Artigo 6.º da Lei n.º 5.645, de 1970, acima citado.

Vale notar que o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas, ora implantado, nada tem a ver com o antigo "CAD", criado pelo Regulamento de 1946 do Instituto Rio-Branco (aprovado pelo Decreto n.º 20.694 daquele ano) e extinto pelo Regulamento do Instituto de 1946 (aprovado pelo Decreto número 5.413), havendo mera coincidência de nomes.

Quanto ao CAE, há dezesseis anos que se vem tentando implantá-lo, o que só será possível fazer agora dado o formato flexível que se adotou. Em verdade, as tentativas anteriores, com a abordagem convencional — um curso de preleções e trabalhos de classe —, tornariam o CAE proibitivo em termos de ônus direto e indireto para o Itamaraty. Basta lembrar que uma turma de apenas 25 Conselheiros, fazendo o Curso durante vários meses de dedicação integral, retiraria simultaneamente de suas funções mais de 20% dos funcionários dessa Classe, composta de 110 Diplomatas. De outro lado, seria ponderável o custo de manutenção na Secretaria de Estado, por longo período, dos funcionários lotados no exterior. Dificuldades análogas encontraria um CAD instituído em modelos clássicos.

A fórmula escolhida obvia tal dificuldade. Assim, o CAD será fundamentalmente um curso por correspondência: os Segundos-Secretários nele matriculados receberão textos básicos, além de outros materiais didáticos, sobre as disciplinas previstas, prestando exames escritos doze meses mais tarde em Brasília ou, no caso dos funcionários lotados no exterior, através do sistema de malas diplomáticas, mediante o envio de aplicadores de provas ou com a chamada a serviço à Secretaria de Estado pela duração dos exames. Haverá, naturalmente, ampla possibilidade de diálogo entre o aluno e o Instituto.

No que diz respeito ao CAE, sua atividade básica consiste no preparo de trabalho sobre tema de relevância funcional, aprovado previamente pelo Instituto Rio-Branco. O trabalho, apresentado por escrito, será julgado por Banca Examinadora aprovada pelo Presidente da República e nomeada pelo Ministro das Relações Exteriores. Algum tempo depois o Conselheiro terá a oportunidade de defender oralmente seu trabalho perante a mesma Banca. Completa-se o ciclo do CAE com estágio de curta duração

em Brasília, constando de visitas, trabalhos individuais e em grupo, seminários etc. — propiciando atualização com os principais setores da vida.

A escolha do tema para o trabalho é aspecto importante deste processo. A sugestão inicial deve partir do aluno, no momento em que se candidate à matrícula, podendo refletir os temas e a área geográfica de sua maior experiência na Carreira. A determinação definitiva do tema, contudo, exigirá a aprovação do Instituto, com vistas a assegurar que o trabalho, definido precisamente, tenha relevância funcional e contribua para o acervo de documentação do Itamaraty. Em outras palavras, o trabalho deverá constituir subsídio útil para a formulação e execução da política externa do País.

Tanto para o CAD como para o CAE não haverá publicação de notas ou classificação dos alunos. A aprovação será por conceito, podendo os alunos reprovados matricular-se em qualquer Curso posterior.

Os projetos do CAD e do CAE foram desenvolvidos pelo Instituto Rio-Branco em 1976, havendo participado desse trabalho vários Diplomatas de outros Setores do Itamaraty. A SUBIN, da SEPLAN, deu apoio financeiro ao empreendimento; a DDO, do DCD, está colaborando com a edição dos textos para estudo.

A implantação dos dois Cursos na forma estabelecida pelo Decreto n.º 79.556 e pelas Portarias números 450 e 451, em que se baseia o Edital, é feita na consciência de que os modelos adotados poderão conter imperfeições e deverão ser adaptadas na prática às peculiaridades da Carreira e também a certas limitações objetivas, como a de recursos financeiros e humanos. A experiência dirá em que medida será preciso proceder a ajustamentos, a fim de aperfeiçoá-los. Por isso as normas estabelecidas pelas Portarias — e mais ainda as do Decreto — são propositadamente genéricas, assegurando ampla margem para a realização dos ajustes que se revelem necessários. O importante é que, com o lançamento dos Cursos, finalmente se dá forma concreta ao processo de aperfeiçoamento e valorização do Diplomata brasileiro, cumprindo antigos propósitos cuja realização não mais podia tardar.

A Secretaria do Instituto Rio-Branco terá satisfação em atender às indagações que lhe forem encaminhadas sobre o CAD e o CAE, por carta ou pessoalmente.

Brasília, em 20 de abril de 1977.

Sérgio F. Guarischi Bath
Diretor do Instituto Rio-Branco

O DECRETO N.º 79.556

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA,

considerando que o Decreto n.º 71.323, de 7 de novembro de 1972, instituiu na Carreira de Diplomata a Classe de Conselheiro, e dando cumprimento ao disposto no Artigo 6.º da Lei n.º 5.645, de 10 de dezembro de 1970,

DECRETA:

Artigo 1.º O Curso de Aperfeiçoamento de Diplomata (CAD) a que se refere o Artigo 16.º do Decreto n.º 71.323, de 7 de novembro de 1972, e o Curso de Altos Estudos (CAE) a que faz referência o Artigo 37.º da Lei n.º 3.917, de 14 de julho de 1961, passam a constituir, no âmbito da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, sistema de treinamento e qualificação na forma do Artigo 6.º da Lei n.º 5.645, de 10 de dezembro de 1970.

Artigo 2.º O sistema de que trata o Artigo anterior será implantado e administrado pelo Instituto Rio-Branco.

Artigo 3.º Decorridos cinco anos da instalação dos Cursos constituirá requisito para progressão funcional a Primeiro-Secretário e a Ministro de Segunda Classe, respectivamente, a aprovação no CAD e no CAE.

Artigo 4.º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 20 de abril de 1977; 156.º da Independência e 89.º da República.

Ernesto Geisel
Antonio Francisco Azeredo da Silveira

PORTARIA N.º 450

O MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, tendo em vista o que dispõe o Art. 27 do Regulamento do Instituto Rio-Branco, aprovado pela Portaria n.º 246, de 26 de dezembro de 1975, bem como o Decreto n.º 79.556, de 20 de abril de 1977, resolve baixar as seguintes Normas para o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (CAD):

NORMAS DO CURSO DE APERFEIÇOAMENTO DE DIPLOMATAS (CAD)

Título I

das finalidades

Art. 1.º — O Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (CAD) será mantido pelo Instituto Rio-Branco como parte integrante de sistema de treinamento e qualificação na Carreira de Diplomata, com o objetivo de estimular o aprimoramento dos funcionários da Carreira, e em especial de aprofundar e atualizar conhecimentos necessários ao desempenho das funções exercidas por Primeiros Secretários e Conselheiros, no exterior e na Secretaria de Estado das Relações Exteriores.

§ único — o diploma do CAD constituirá cumprimento do requisito constante do Art. 3.º de Decreto n.º 79.556, de 20 de abril de 1977, para a progressão funcional do seu titular a Primeiro-Secretário.

Título II

dos alunos

Art. 2.º — Poderão matricular-se no CAD os Segundos-Secretários lotados na Secretaria de Estado das Relações Exteriores ou no exterior, bem como os agregados.

§ único — A matrícula será voluntária, podendo ser feita na época determinada, para cada Curso, pelo Diretor do Instituto Rio-Branco.

Título III

do curso

Art. 3.º — Autorizado pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, o Diretor do Instituto Rio-Branco fixará o currículo do CAD, os programas das várias disciplinas e o planejamento da execução de cada Curso.

Art. 4.º — O aluno prestará exames escritos no prazo de doze meses a contar da data da matrícula, em data indicada pelo Instituto Rio-Branco.

§ único — No caso dos alunos lotados em postos no exterior os exames serão realizados através do sistema de malas diplomáticas, mediante o envio de aplicadores ao exterior ou pela chamada a serviço à Secretaria de Estado, conforme for mais conveniente, em cada caso, para a Administração.

Art. 5.º — A aprovação no CAD será por conceito, não havendo divulgação de notas ou de classificação.

Art. 6.º — O aluno que não houver logrado aprovação nos exames poderá requerer ao Diretor do Instituto Rio-Branco nova matrícula em Curso posterior.

Art. 7.º — Para cada Curso serão divulgadas normas complementares, por Edital do Diretor do Instituto Rio-Branco.

disposição final

Art. 8.º — As presentes Normas entrarão em vigor na data da sua publicação.

Antonio F. Azeredo da Silveira

PORTARIA N.º 451

O MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, tendo em vista o que dispõe o Art. 28 do Regulamento do Instituto Rio-Branco, aprovado pela Portaria n.º 426, de 26 de dezembro de 1975, bem como o

Decreto n.º 79.556, de 20 de abril de 1977, resolve baixar as seguintes Normas para o Curso de Altos Estudos (CAE):

NORMAS DO CURSO DE ALTOS ESTUDOS (CAE)

Título I

das finalidades

Art. 1.º — O Curso de Altos Estudos (CAE) será mantido pelo Instituto Rio-Branco como parte integrante de sistema de treinamento e qualificação na Carreira de Diplomata, com o objetivo de estimular o aprimoramento dos funcionários da Carreira, e em especial de aprofundar e atualizar conhecimentos necessários ao desempenho das funções exercidas por Ministros de Primeira e Segunda Classe, inclusive Chefia de Missão diplomática e Chefia de Departamento na Secretaria de Estado das Relações Exteriores.

§ único — o diploma do CAE constituirá cumprimento do requisito constante do Art. 3.º do Decreto n.º 79.556, de 20 de abril de 1977, para a progressão funcional do seu titular a Ministro de Segunda Classe.

Título II

dos alunos

Art. 2.º — Poderão matricular-se no CAE os Conselheiros lotados na Secretaria de Estado ou no exterior, bem como os agregados.

§ 1.º — A matrícula será voluntária, podendo ser feita na época determinada, para cada Curso, pelo Diretor do Instituto Rio-Branco.

§ 2.º — No Primeiro CAE, em caráter excepcional, serão aceitas inscrições de Primeiros Secretários que tenham pelo menos 3 anos de Classe.

Título III

do curso

Art. 3.º — Autorizado pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, o Diretor do Instituto Rio-Branco fixará o currículo do CAE, os programas das várias disciplinas e o planejamento da execução de cada Curso.

Art. 4.º — As disciplinas do CAE integrarão duas Seções, de Estudos Brasileiros e de Estudos Internacionais. No ato da matrícula o aluno proporá tema de trabalho para a Seção de Estudos Internacionais, a ser apresentado por escrito ao Instituto e defendido oralmente em prazo e condições a serem estabelecidos pelo seu Diretor.

§ único — O tema do trabalho exigido, aprovado pelo Diretor do Instituto Rio-Branco, deverá ser formulado precisamente, ter relevância funcional e representar contribuição útil para o acervo de documentação do Ministério das Relações Exteriores.

Art. 5.º — Além da apresentação de trabalho escrito e da sua defesa oral, o aluno do CAE deverá, em condições e prazo estabelecidos pelo Diretor do Instituto, realizar Estágio de Atualização, organizado pelo Instituto.

Art. 6.º — A defesa oral a que se refere o Art. 4.º será prestada diante da Banca Examinadora designada, para cada turma, pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, autorizado pelo Presidente da República. A Banca será presidida por Ministro de Primeira Classe e integrada por dois Ministros de Primeira ou Segunda Classe e uma personalidade estranha ao Quadro do Itamaraty, na qualidade de Membros.

Art. 7.º — Caberá à Banca Examinadora prevista no Artigo anterior a avaliação do trabalho escrito, apresentado pelo aluno com anterioridade à sua defesa oral.

Art. 8.º — A aprovação no CAE será por conceito, não havendo divulgação de notas ou de classificação.

Art. 9.º — Os alunos lotados em postos no exterior serão chamados a serviço à Secretaria de Estado para a defesa oral do trabalho e o Estágio de Atualização.

Art. 10.º — O aluno que não houver logrado aprovação poderá matricular-se em Curso posterior, sendo-lhe facultado propor novo tema ou apresentar versão revista e aperfeiçoada do trabalho originalmente apresentado.

Art. 11.º — Para cada Curso serão divulgadas normas complementares, por Edital do Diretor do Instituto Rio-Branco.

disposição final

Art. 12.º — As presentes Normas entrarão em vigor na data da sua publicação.

Antonio F. Azeredo da Silveira

EDITAL DO DIRETOR DO RIO-BRANCO

O Diretor do Instituto Rio-Branco faz público que, na forma do Decreto n.º 79.556, de 20 de abril de 1977, e das Portarias números 450 e 451, de 20 de abril de 1977, do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, estarão abertas no período 1.º de junho a 18 de julho de 1977 as matrículas para o Primeiro Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (I CAD) e para o Primeiro Curso de Altos Estudos (I CAE).

Primeiro Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas

2. Poderão solicitar matrícula no I CAD, mediante preenchimento e apresentação do formulário apropriado, os Segundos Secretários lotados no Brasil ou no exterior, bem como os agregados. O formulário pode ser obtido na Secretaria do Instituto, e será distribuído às repartições no exterior.

3. Dependendo do número de candidatos à matrícula e com o propósito de formar turma de tamanho razoável, o Instituto poderá estabelecer um limite de vagas. A seleção dos candidatos ao I CAD far-se-á, neste caso, com base nos seguintes critérios, aplicados sucessivamente:

- i) presença no Quadro de Acesso;
- ii) ordem de antiguidade na Classe.

A lista dos candidatos matriculados será divulgada no dia 18 de julho de 1977.

4. É a seguinte a relação das disciplinas do I CAD:

- i) Relações Internacionais
- ii) Organismos Internacionais
- iii) Administração Pública Federal
- iv) Economia Brasileira
- v) Comércio Exterior do Brasil
- vi) Sistema Brasileiro de Orçamento e Execução Financeira
- vii) Organização do MRE.

5. A partir de 1.º de agosto de 1977 o Instituto Rio-Brancó fornecerá aos alunos textos básicos e, quando cabível, outro material informativo, sobre as disciplinas acima relacionadas, bem como orientação para seu estudo. O Curso terá início, oficialmente, no dia 15 de agosto de 1977 e haverá exames escritos dessas matérias, previstos para julho de 1978.

6. A aprovação no CAD será por conceito, não sendo divulgadas classificação ou notas. Os alunos que não forem aprovados poderão solicitar matrícula em curso posterior.

7. No caso dos Segundos-Secretários lotados no exterior, o exame será realizado em condições a serem determinadas oportunamente, provavelmente mediante o envio de aplicadores.

8. Está prevista a abertura de matrículas para o II CAD a ter lugar, em princípio, em junho e julho de 1978.

Primeiro Curso de Altos Estudos

9. Poderão solicitar matrícula no I CAE, mediante preenchimento e apresentação do formulário apropriado, os Conselheiros e os Primeiros-Secretários com pelo menos 3 anos de classe, lotados no Brasil ou no exterior, bem como os agregados. O formulário pode ser obtido na Secretaria do Instituto, e será distribuído às repartições no exterior.

10. Dependendo do número de candidatos à matrícula, e com o propósito de formar turma de tamanho razoável o Instituto poderá estabelecer um limite de vagas. Salvaguardada a preferência dada aos Conselheiros, a seleção dos candidatos ao I CAE far-se-á, neste caso, com base nos seguintes critérios, aplicados sucessivamente:

- i) presença no Quadro de Acesso;
- ii) ordem de antiguidade na Classe.

A lista dos candidatos matriculados será divulgada no dia 18 de julho de 1977.

11. É a seguinte a relação das disciplinas do I CAE:

- i) Relações Internacionais
- ii) Desenvolvimento Regional do Brasil
- iii) Desenvolvimento Social do Brasil
- iv) Organização Política do Brasil
- v) Teoria e Problemas do Desenvolvimento Econômico.

12. A partir de 1.º de agosto os alunos matriculados receberão textos básicos e material informativo adicional sobre as disciplinas acima relacionadas e o Curso terá início, oficialmente, no dia 15 daquele mês. Essas disciplinas serão desenvolvidas no Estágio previsto para a parte final do Curso. Os alunos receberão também, complementarmente, os textos básicos referentes às disciplinas que integram o I CAD.

13. Ao solicitar matrícula, o requerente deverá propor ao Diretor do Instituto o tema para um trabalho a ser preparado por escrito fazendo constar de sua proposta, esquema estrutural, resumo, justificativa da escolha e informação sobre as dimensões do trabalho. Ao conceder a matrícula, o Diretor do Instituto indicará, se for o caso, as alterações a serem obedecidas no preparo do trabalho.

14. Até o último dia de outubro de 1978 serão recebidos pelo Instituto os trabalhos propostos, os quais serão submetidos à avaliação da Banca Examinadora prevista no Artigo 4.º da Portaria n.º 451 do Senhor

Ministro de Estado das Relações Exteriores. Essa avaliação será realizada nos meses de novembro e dezembro de 1978, devendo efetuar-se entre janeiro e março de 1979, a defesa oral a que se refere o Artigo 4.º daquela Portaria, bem como o Estágio na Secretaria de Estado das Relações Exteriores, com a duração aproximada de 6 semanas, cujas características serão oportunamente anunciadas.

15. A aprovação no CAE será por conceito, não sendo divulgadas classificação ou notas. Os alunos que não forem aprovados poderão solicitar matrícula em Curso posterior.

16. Está prevista para meados de 1978 a abertura das matrículas para o II CAE, com o que a finalização dos trabalhos desse Curso teria lugar no decorrer de 1980.

Disposições Finais

17. Os alunos matriculados no I CAD e no I CAE deverão acompanhar, durante o Curso, o desenvolvimento das matérias que estudam, atualizando os textos básicos referentes às várias disciplinas — trabalho em que o Instituto Rio-Branco procurará assisti-los — especialmente os alunos lotados no exterior. A aferição do aproveitamento dessas disciplinas será feita à luz de tal atualização da matéria.

18. Para os fins previstos no Artigo 3.º do Decreto n.º 79.556, de 20 de abril de 1977, o dia 15 de agosto de 1977 será considerado como a data de instalação do Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas e do Curso de Altos Estudos.

Brasília, em 20 de abril de 1977.

governo brasileiro recebe o ministro da educação de cabo verde

Discurso
do Ministro
da Educação
e Cultura,
Ney Braga, no Palácio Itamaraty de Brasília, em
27 de abril de 1977, durante almoço que,
juntamente com o Chanceler Azeredo da Silveira,
ofereceu ao Ministro da Educação de Cabo Verde,
Carlos Reis; e resposta do representante cabo-verdiano.

MINISTRO DO BRASIL

É para mim motivo de muita honra saudar a primeira visita de uma missão oficial de Cabo Verde ao Brasil. E, nesta ocasião, não posso deixar de assinalar a feliz circunstância de que a missão venha chefiada pelo ilustre Dr. Carlos Reis, meu colega na pasta de Educação e Cultura. De fato, os laços culturais entre os dois países constituem uma base sólida para os projetos maiores de aproximação. Na identidade da língua, na identidade da herança cultural, está o fundamento da naturalidade do convívio entre brasileiros e cabo-verdianos. Encontramos como irmãos, com base na melhor compreensão do sentido da fraternidade entre nações: fraternidade que nasce da adesão aos mesmos princípios, especialmente ao da autodeterminação e ao da não-intervenção, da compreensão da necessidade de unir esforços, de modo franco e aberto, para a luta comum pelo desenvolvimento e pela paz.

A nossa aproximação tem lastro no processo de formação das nacionalidades brasileira e

cabo-verdiana. Reconhecemos, no Brasil, a influência decisiva dos africanos na constituição da civilização brasileira. Historicamente, somos também africanos. Culturalmente, temos uma herança comum a preservar, e faremos isto, certos de que é o entendimento profundo das raízes históricas que leva ao melhor e mais certo dos projetos nacionais.

No presente, os nossos laços de amizade já se manifestam plenamente. Basta lembrar a disposição manifesta do Brasil para executar programas de cooperação, a colaboração nos foros internacionais, sobretudo na área dos transportes, e, ainda, a cooperação na área da previdência social. Já se esboça concretamente uma agenda de colaboração entre os dois Governos. E, o que é mais importante, sentimos que os pontos específicos da aproximação, nossos temas comuns, não são fruto de nenhum artificialismo político ou econômico. Refletem os propósitos da colaboração dos dois países.

Forjam novos modos de enriquecer a história comum.

confiança no futuro das relações brasil-cabo verde

Por isto, falamos com confiança no futuro das relações entre Brasil e Cabo Verde. A presença de Vossa Excelência no Brasil demonstra quão fecundo pode ser o diálogo entre os dois países. **Compreendemos que partimos de uma identidade de interesses históricos e que hoje compartilhamos problemas e anseios. Compreendemos que para vencer o subdesenvolvimento é necessário um esforço contínuo. Nesse sentido, entendemos como fundamental a aproximação entre os países em desenvolvimento. Com essa perspectiva acreditamos relevante a realização de projetos comuns.**

Este, Senhor Ministro, deve ser o marco para o desenvolvimento de nossas relações. Sei que é amplo e poderá ensejar cooperação nas áreas mais variadas. Na área da Educação e da Cultura, as oportunidades, algumas já aproveitadas, são especialmente relevantes. O Brasil deu passos importantes na solução de alguns problemas fundamentais da educação, ampliando as oportunidades de acesso ao estudo e formando pessoal qualificado para promover o desenvolvimento da sociedade brasileira. Temos já um longo caminho percorrido. Acumulamos experiência. Queremos compartilhar o que já alcançamos, sempre e quando for este o desejo de nações irmãs, como Cabo Verde. Estou seguro de que neste setor muitas serão as fórmulas de cooperação.

Senhor Ministro,

O Governo brasileiro assinala, por meu intermédio, a honra de recebê-lo; e quer afirmar, com toda a ênfase, que estará plenamente disposto a se colocar, na medida de suas possibilidades, ao lado de Cabo Verde no esforço comum para atingir metas de progresso social e econômico.

MINISTRO DE CABO VERDE

Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores,

Senhor Ministro de Estado da Educação e Cultura,

Excelentíssimas Senhoras e Senhores,

Entendeu o Governo de Cabo Verde dever atribuir-nos o privilégio e a honra de chefiar a primeira Delegação oficial do nosso país à República Federativa do Brasil. Esse fato confere à nossa missão uma importância especial, por um lado pelo seu caráter pioneiro e, por outro, pelo relevo e dinâmica que as relações de cooperação entre os nossos dois povos assumirão, de certeza, se bem atentarmos à extensão de valores histórico/culturais comuns existentes entre Cabo Verde e o Brasil.

Apesar de se tratar de uma primeira visita oficial, os objetivos de nossa Missão foram estabelecidos com uma certa ambição e confiança. A determinação e importância que o Governo de Vossas Excelências pôs no nosso trabalho se deve o cumprimento integral do programa proposto. É assim que se materializou a segunda fase do processo de cooperação entre a República Federativa do Brasil e a República de Cabo Verde, iniciada em junho do ano passado, quando da deslocação de uma Delegação amiga do vosso Governo, chefiada pelo ilustre Embaixador Senhor Italo Zappa.

O ambiente que marcou todos os contatos efetuados é bem um exemplo exaltante da possibilidade e capacidade de entendimento que sempre existiu entre os nossos dois povos. Na verdade, o processo histórico de formação das nossas Nações caprichou-se para albergar, num e noutro país, muitos e idênticos valores culturais. O papel decisivo que este importante e belo instrumento de comunicação social que é a língua portuguesa teve no passado — e aqui fazemos parênteses para lembrar um singelo exemplo: a positiva influência exercida pelos escritores brasileiros no aparecimento e desenvolvimento literário cabo-verdiano — encoraja-nos, sobremaneira, a atribuir-lhe um lugar de relevo na perspetivação do reforço de relações entre o Brasil e Cabo Verde.

emigração cabo-verdiana, um importante fator de aproximação

Um outro fato, Excelências, retém ainda a nossa atenção: é o de o povo de Cabo Verde ter escolhido o Brasil como um dos países a que teriam de se acorrer, no passado,

quando as vicissitudes decorrentes da situação colonial lhe obrigou a emigrar. Contamos hoje com uma importante comunidade cabo-verdiana no vosso maravilhoso país, que é, por nós encarado, como mais um importante fator de aproximação, conhecimento e entendimento entre os dois países.

Senhores Ministros, Excelências,

Não poderíamos cometer a injustiça de deixar passar a oportunidade que agora nos é oferecida para referir um importante aspecto da política exterior brasileira: a coerência de sua política africana. Desejamos interpretar o apoio político e diplomático dado à luta dos povos das ex-colônias portuguesas de São Tomé e Príncipe, Moçambique, Angola, Guiné-Bissau e Cabo Verde, hoje países independentes e soberanos, bem como a posição que nos dias que correm assume o vosso Governo face aos diversos problemas que a Reconstrução Nacional das nossas Pátrias nos impõem, como um en-

gajamento sincero e profundo na luta dos povos africanos por uma vida de Paz, Progresso e Liberdade, no pleno usufruto de sua Dignidade. É no quadro de luta para uma nova ordem internacional econômica e social mais justa, que inserimos e admiramos a solidariedade do Governo de Vossas Excelências em relação a Cabo Verde, manifestada na discussão do importante problema da FIR (Flight Information Region) e a posição do Governo de Vossas Excelências, Senhores Ministros, em relação à luta dos povos da África Austral.

Finalmente, permitam-me, apresentar em nome de nossa Delegação, sinceros agradecimentos pelo calor, fraternidade e extrema compreensão com que fomos acolhidos no vosso maravilhoso país. Mais uma vez, manifestamos a nossa convicção de que a cooperação entre a República Federativa do Brasil e a República de Cabo Verde virá, efetivamente, a reforçar-se cada vez mais no interesse sempre recíproco dos dois países.

Discursos do Chanceler Azeredo da Silveira
e do Ministro da Educação de
Cabo Verde, Carlos Reis, no Palácio Itamaraty
de Brasília, em 28 de abril de 1977, durante a solenidade em que o representante cabo-verdiano recebeu a
Grã-Cruz da Ordem de Rio Branco.

itamarati condecora ministro cabo-verdiano

CHANCELER BRASILEIRO

Excelentíssimo Senhor Ministro Carlos Reis,

Creio que estaria sendo correto se qualificasse de histórica a missão chefiada por Vossa Excelência. Histórica não porque inaugura um novo feito de convivência entre os Governos do Brasil e de Cabo Verde. Afinal, desde a independência de Cabo Verde, as relações entre os dois países têm sido orientadas por um só vetor, que é o da aproximação fraternal. A serenidade, o respeito mútuo, e a franqueza têm sido a base para o desenvolvimento da mesma convivência.

Nesse sentido, a missão cabo-verdiana dá continuidade a um processo que trará certa-

tamente inúmeros benefícios mútuos. Histórica porque marca simbolicamente o progresso das relações entre os nossos países, para as quais, abre novas oportunidades de aperfeiçoamento.

A aproximação brasileiro-cabo-verdiana se faz sob diretrizes firmes. Para isto, muito contribuem a língua e a história, que cimentam a naturalidade das relações. No reencontro com as nações de expressão portuguesa da África, encontramos-nos com as raízes profundas da civilização brasileira. Além da cultura e da história, a geografia também nos aproxima. O Brasil e Cabo Verde, banhados pelo mesmo oceano, têm interesses mútuos a defender no campo dos transportes, das comunicações e da proteção ecológica.

Senhor Ministro,

O Brasil entende que o preceito da autodeterminação só se realiza plenamente quando forem eliminados os entraves internacionais ao pleno desenvolvimento das nações. Temos plena consciência de que traços da herança colonial ainda dificultam a difusão de mecanismos de solidariedade e de cooperação horizontais.

É preciso afirmar, por ações concretas, a adesão aos princípios da autodeterminação e da não-interferência. É preciso denunciar as disposições hegemônicas e oferecer concretamente alternativas de convivência internacional. O Governo brasileiro compreende que só na base da legítima autodeterminação é possível criar os laços e as alianças necessárias à construção de uma estrutura de paz.

Senhor Ministro,

Recapitulando as áreas de nossa semântica comum, não fiz mais que afirmar a profundidade dos laços que nos aproximam de Cabo Verde. Quero agora assinalar que o Governo brasileiro reconhece em Vossa Excelência um dos artífices dessa aproximação. Sabemos que é relevante a sua dedicação à causa do estreitamento das relações entre os dois países.

Desejou o Senhor Presidente da República deixar constância do apreço pela contribuição de Vossa Excelência em favor da maior aproximação entre o Brasil e Cabo Verde, concedendo-lhe a Grã-Cruz da Ordem de Rio Branco. É minha honra impor-lhe as insígnias correspondentes, como testemunho desse reconhecimento.

MINISTRO DE CABO VERDE

Excelentíssimo Senhor Ministro das Relações Exteriores,

Receio não encontrar, neste momento, as palavras mais indicadas para exprimir o meu sentimento, tão profundamente me sensibilizou a decisão de Sua Excelência o Presidente da República Federativa do Brasil de me agraciar com a Grã-Cruz da Ordem de Rio Branco. Na verdade, Excelência, consi-

deramos a decisão do Brasil uma manifestação de elevado apreço pelo Governo de Cabo Verde. Não estará fora de propósito que esse reconhecimento não se tem limitado a posições teóricas e palavras vãs, mas, tem-se consubstanciado em atitudes concretas e positivas de solidariedade ativa.

Senhor Ministro,

A orientação da política externa do Governo brasileiro não procurou inventar ou inovar princípios e objetivos. A experiência acumulada durante os longos anos de luta para a conquista de nossa soberania nacional permitiu assimilar os aspectos essenciais dessa ação, iluminada pelo gênio imortal do grande pensador que foi Amílcar Cabral, e desde então, elaborar e pôr em prática a orientação que hoje norteia a atividade governativa de nosso país. O estabelecimento de relações com todos os países e o não-alinhamento conseqüente tem sido um dos princípios maiores dessa política externa. E isso porque corresponde à nossa convicção que essa é a forma mais correta para a salvaguarda da nossa independência e pensamentos de ação e à consecução de uma nova ordem internacional, econômica e socialmente mais justa. Mantemos as melhores relações possíveis com todos os países na base do respeito mútuo e da não-ingerência. Como não podia deixar de ser, destacam-se nessas relações, os países que por razões histórico-políticas, culturais, lingüísticas tenham afinidades e elementos concretos de aproximação relativamente a Cabo Verde.

Efetivamente, as razões decorrentes do passado histórico têm uma importância especial na cooperação entre os povos. Ora, o povo brasileiro e o povo cabo-verdiano têm um patrimônio comum que deve ser defendido e vitalizado, impondo, em conseqüência, o estabelecimento em bases sólidas dessa cooperação que terá em devida conta os elementos do passado mas que deverá ser essencialmente voltada para o futuro.

Senhor Ministro,

Apraz-nos constatar, no termo de nossa estada, nesta bela e moderna capital, o ambiente de amizade, compreensão e franqueza que caracterizou nossos trabalhos, moldando os resultados alcançados, que consideramos altamente encorajadores. A importância que o Governo de Vossa Exce-

lência quis atribuir à nossa visita foi eloqüentemente ilustrada pela audiência que nos foi concedida por Sua Excelência o Presidente da República, o que nos sensibilizou de forma especial.

Não terminaria as minhas breves palavras sem agradecer expressamente a elevada

honra que a Nação brasileira quis atribuir ao membro do Governo de Cabo Verde representado por minha pessoa.

Aceite transmitir, Senhor Ministro, a sua Excelência o Presidente da República Federativa do Brasil a expressão do meu profundo reconhecimento.

comunicado de imprensa

Comunicado Conjunto de Imprensa
Brasil-Cabo Verde, assinado ao final da
visita ao Brasil do Ministro da Educação cabo-verdiano,
Carlos Reis, e divulgado em Brasília, em 28 de abril de 1977.

brasil-cabo verde

A convite do Governo brasileiro, visita oficialmente o Brasil Missão da República de Cabo Verde, chefiada por Sua Excelência o Senhor Carlos Reis, Ministro da Educação e Cultura e integrada pelos Senhores Lisboa Ramos, do Ministério da Saúde, Emanuel Pereira, do Ministério do Desenvolvimento Rural, Jorge Custódio, do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Humberto Moraes, do Ministério dos Transportes e Comunicações, Senhora Ester Sequeira, do Ministério da Educação e Cultura e Senhor Adão Rocha, da Secretaria de Estado da Cooperação e Planejamento.

2. A Missão cabo-verdiana veio ao Brasil estabelecer contatos com autoridades de diferentes setores da administração brasileira, a fim de verificar as possibilidades de consolidação e expansão da cooperação entre os dois países em diversas áreas de interesse comum. Nesse sentido, a missão dá prosseguimento a entendimentos iniciados por ocasião da visita de missão técnica brasileira a Cabo Verde, em junho de 1976, quando foi assinado um "Memorandum de Entendimento" sobre a cooperação entre os dois países.

3. Recebido por Sua Excelência o Senhor Presidente da República, a Missão manteve conversações com Sua Excelência o Senhor Ministro de Estado das Relações Ex-

teriores, Embaixador Antonio F. Azeredo da Silveira, e com Sua Excelência o Senhor Ministro de Estado da Educação e Cultura, Ney Aminthas de Barros Braga.

4. A Missão cabo-verdiana entrevistou-se também com Sua Excelência o Doutor Paulo de Almeida Machado, Ministro de Estado da Saúde, com Sua Excelência o Senhor Luiz Gonzaga do Nascimento e Silva, Ministro de Estado da Previdência Social, com Sua Excelência o Senhor Rangel Reis, Ministro de Estado do Interior, com Sua Excelência o General Dirceu Nogueira, Ministro de Estado dos Transportes, e com Sua Excelência o Senhor Euclides Quandt de Oliveira, Ministro de Estado das Comunicações. Manteve contatos, além disso, com diferentes setores do Itamaraty e de outros Ministérios.

5. Em cerimônia no Itamaraty, o Chefe da Missão cabo-verdiana, Sua Excelência o Senhor Carlos Reis, recebeu as insígnias da Grã-Cruz da Ordem do Rio-Branco, com que foi agraciado pelo Senhor Presidente da República.

6. Após o término de suas atividades em Brasília, a Missão cabo-verdiana visitará Salvador e Rio de Janeiro, cidades onde estão programados contatos com diversos órgãos da administração.

ampliar a cooperação bilateral

7. No curso das conversações no Ministério das Relações Exteriores, foi examinado o desenvolvimento das atividades previstas no "Memorandum de Entendimento" de junho de 1976, exprimindo ambas as partes satisfação pelos resultados já alcançados. Concordou-se na conveniência de ampliar-se a cooperação entre os dois países, na medida das possibilidades e interesses mútuos.

8. Após troca de idéias a respeito do assunto, foram definidos, em "Memorandum de Entendimento", os pontos de cooperação a serem desenvolvidos, em futuro próximo, entre o Brasil e Cabo Verde nas áreas de educação e cultura, agricultura, saúde, transportes, comunicações e previdência social. Será estudada, ainda, a possibilidade de abertura de uma linha de crédito brasileiro a fim de incrementar o fluxo comercial entre os dois países.

9. Nas conversações sobre o assunto, verificou-se identidade de pontos de vista entre o Governo brasileiro e o Governo cabo-verdiano sobre o interesse dos países ribeirinhos de oceanos comuns em promoverem, na zona oceânica que partilham, esforços no sentido do desenvolvimento autônomo em campos como a ecologia, os transportes e o aproveitamento econômico dos recursos oceânicos, em bases do mais estrito respeito mútuo e livre de ingerências externas.

acordo de previdência social

10. A Missão cabo-verdiana manifestou interesse em iniciar negociações para a conclusão de um Acordo de Previdência Social, que atenderia aos cabo-verdianos residentes no Brasil e aos brasileiros residentes em Cabo Verde. A parte brasileira acolheu a proposta cabo-verdiana. Conversações sobre o assunto deverão iniciar-se em futuro próximo.

11. Durante o encontro foi reafirmada a realidade dos laços culturais, de amizade

e da solidariedade que unem os povos de Cabo Verde e do Brasil, e a necessidade e o desejo, com fundamento no princípio do respeito da soberania de cada um, de se lançarem bases concretas para a consolidação e intensificação desses laços. Assim, a parte brasileira propôs à Missão cabo-verdiana o início de negociações para a celebração de um Acordo-Geral de Amizade, Cooperação e Comércio que formalizasse essas intenções e possibilitasse, pela instituição de uma Comissão Mista, o exame periódico dos assuntos de interesse mútuo dos dois países. A Missão cabo-verdiana tomou nota da proposta, com satisfação, devendo transmiti-la a seu Governo.

repulsa à discriminação racial

12. Ambas as partes reafirmaram a firme adesão de seus Governos aos princípios de não-intervenção e autodeterminação, e nesse sentido, seu apoio às resoluções da ONU relativas à autodeterminação e soberania dos povos da Namíbia e do Zimbábue. Reiteraram, enfim, a repulsa de seus Governos a todas as formas de discriminação racial e, em especial, ao "apartheid".

13. Durante a visita da missão de Cabo Verde, os Ministros Azeredo da Silveira e Carlos Reis assinaram um Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica, primeiro convênio bilateral entre os dois países. O documento permitirá estimular ainda mais as relações mútuas nessas duas áreas, tão auspiciosamente iniciadas desde o ano passado.

14. A delegação cabo-verdiana manifestou a maior satisfação pelo fraternal acolhimento que lhe foi dispensado e pelo calor e espírito de compreensão que caracterizaram os contatos tidos durante a sua permanência no Brasil e traduzem sobremaneira a amizade existente entre os dois povos. A delegação cabo-verdiana deixou patente a grande honra de ter sido recebida por Sua Excelência o Presidente da República Federativa do Brasil.

os projetos de cooperação entre brasil e cabo verde

O texto que se segue, divulgado em 29
de abril de 1977 pela Secretaria de
Informações do Gabinete do Ministro

de Estado das Relações Exteriores, dá uma idéia sobre os projetos de cooperação que serão
desenvolvidos entre Brasil e Cabo Verde.

Projetos de cooperação nos setores de Saúde, Educação, Agricultura e Pecuária, Transportes e Comunicações, Previdência Social e Urbanização serão desenvolvidos pelo Brasil e por Cabo Verde, após os entendimentos mantidos com o Governo brasileiro pela missão cabo-verdiana que, chefiada por seu Ministro da Educação, Carlos Reis, visitou o Brasil no final do mês de abril de 1977.

educação

No setor de Educação, destacam-se os seguintes projetos que serão desenvolvidos pelos dois países: intensificação do programa de bolsas para cabo-verdianos no Brasil, através da concessão de 50 bolsas adicionais de formação e aperfeiçoamento para o período de 1977/78, em áreas a serem definidas de acordo com as prioridades do Governo daquele país; fornecimento de compêndios escolares brasileiros do interesse de Cabo Verde; exame da possibilidade de impressão no Brasil de compêndios escolares cabo-verdianos; colaboração entre o Instituto Nacional do Livro (INL) e o Instituto cabo-verdiano do Livro através do intercâmbio de publicações e edição de livros de autores cabo-verdianos; incremento do intercâmbio cultural, especialmente através de filmes, diapositivos, material sonoro e publicações periódicas sobre educação e cultura; projeto (apresentado pela missão cabo-verdiana) de construção e equipamento de uma escola primária complementar, para fins de possível participação do Governo brasileiro.

agricultura e pecuária

Na área de Agricultura e Pecuária, dando prosseguimento aos programas já estabelecidos no setor, foram acertadas as seguintes novas iniciativas: o Governo brasileiro envia-

rá sementes de forrageiras e de produtos hortícolas, conforme relação apresentada pela missão cabo-verdiana, e estojos para inseminação artificial e material genético bovino e ovino; serão remetidos a Cabo Verde publicações especializadas nos domínios da agropecuária em zonas áridas, construções rurais, hidrologia de superfície, hidrogeologia, entomologia, patologia vegetal e florestamento de zonas áridas; será acertada entre os dois Governos a vinda ao Brasil de missão técnica do Ministério do Desenvolvimento Rural de Cabo Verde, enquanto um técnico brasileiro deverá visitar esse país a fim de examinar as possibilidades de cooperação na capacitação de recursos humanos no setor agropecuário.

saúde

Dentro dos projetos de cooperação Brasil-Cabo Verde no setor de Saúde, o Governo brasileiro cederá a esse país medicamentos, conforme uma lista fornecida pela missão cabo-verdiana, além de assegurar um fluxo regular de publicações especializadas. Os dois Governos examinarão, ainda, as medidas de caráter prático que permitem a ida a Cabo Verde de um médico psiquiatra e de duas enfermeiras, a fim de colaborar com o Programa de Saúde Mental e com a Escola de Enfermagem, tendo sido também examinadas as possibilidades de formação e treinamento, no Brasil, de técnicos cabo-verdianos na área da saúde. A missão cabo-verdiana apresentou um projeto de construção e equipamento de postos sanitários, para fins de eventual participação do Governo brasileiro, que será estudado pelos órgãos competentes do Brasil.

transportes, e comunicações

Os entendimentos Brasil-Cabo Verde no setor de Transportes e Comunicações prevêem a cooperação no domínio dos portos, es-

pecialmente no treinamento de pessoal; estudo de condições tendentes a facilitar a aquisição de equipamento portuário no Brasil, mediante, inclusive, a eventual concessão de linha de crédito para este fim; estímulo à cooperação no domínio dos transportes aéreos, que poderá englobar dois aspectos: treinamento de pessoal e assistência técnica para os serviços de busca e salvamento; envio, pelo Governo brasileiro, de documentação sobre portos, biologia marinha, bem como sobre a experiência brasileira na proteção ao meio ambiente marinho; desenvolvimento de projetos na área da filatelia, inclusive a impressão e a propaganda filatélicas nos dois países; intensificação dos projetos de treinamento de pessoal no domínio das telecomunicações; possibilidade de cooperação em matéria de ensino náutico.

acordo marítimo

Durante a visita da missão cabo-verdiana foi examinada também a possibilidade de negociação de um acordo marítimo, no qual se contemplaria o caso do Porto Grande de São Vicente, pelo amplo potencial que proporcionaria ao incremento das relações marítimas bilaterais do Brasil e Cabo Verde com os países da África Ocidental. A mis-

são cabo-verdiana manifestou também o interesse na utilização do cabo submarino (BRACAN) com vistas à abertura de circuitos telegráficos e telefônicos para a intensificação das comunicações entre os dois países.

previdência social

Em relação ao setor de Previdência Social, a missão cabo-verdiana manifestou interesse em iniciar negociações para a conclusão de um Acordo de Previdência Social, que atenderia aos cabo-verdianos residentes no Brasil e aos brasileiros residentes em Cabo Verde. As conversações sobre o assunto deverão ser iniciadas em futuro próximo, tendo sido manifestado o interesse no estabelecimento, por troca de Notas, de um regime provisório para vigorar enquanto não for assinado o cogitado acordo.

urbanização

No setor de urbanização, os dois Governos continuarão a colaborar no preparo de plano de desenvolvimento urbanístico integrado da cidade de Mindelo, prosseguindo à cooperação iniciada com a Visita a Cabo Verde de dois arquitetos consultores brasileiros.*

* Na seção Tratados, Acordos, Convênios, página 77, o Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Brasil e a República de Cabo Verde.

consultores latino-americanos realizam assembléia no itamaraty

Discurso do Chanceler Azeredo da Silveira, no Palácio Itamaraty de Brasília, em 26 de abril de 1977, na sessão de encerramento da IV Assembléia Plenária e Forum de Debates da Federação Latino-Americana de Associações de Consultores (FELAC); e discurso — proferido na mesma ocasião — do presidente da FELAC, Engenheiro Diego Ferrer Fernandez, que é membro da Sociedade Venezuelana de Engenheiros Consultores.

O CHANCELER

Senhor Presidente da FELAC,

Senhores Delegados,

Em diversas ocasiões já me coube salientar o grau de importância que o Governo brasileiro atribui à cooperação com os países da América Latina. Valho-me deste foro, que congrega consultores e engenheiros do Continente, para expressar, uma vez mais, nosso empenho em que essa cooperação alcance resultados à altura dos sentimentos de fraternidade que a inspiram. Ao reafirmar, hoje, esse propósito inequívoco de colaboração, faço-o não para repetir conceitos rotineiramente emitidos, mas no desejo sincero de renovar-lhe o vigor e acentuar-lhe o caráter de permanência.

Atitudes de isolacionismo ou preocupações autarcizantes não se coadunam com relações internacionais sinceras. A disposição construtiva em todos os setores, a perfeita solidariedade no tratamento dos problemas são as únicas posturas compatíveis na conduta de nações que buscam verdadeiramente contribuir para uma convivência ba-

seada na justiça, na paz e na prosperidade. A cooperação aberta e o desenvolvimento harmônico aproveitam a todos, a ninguém prejudicam. Claro está que essa cooperação não pode tolerar hegemonias, expressas ou tácitas. A autêntica interdependência exclui os laços de subordinação ou a institucionalização de desigualdades: implica, sim, permanente respeito às soberanias e entendimento fraterno, voltado para os interesses comuns de progresso.

brasil não renuncia à liberdade de escolher as melhores alternativas

Assentada em princípios éticos claramente definidos, a política externa brasileira procura permanentemente reavaliar seus objetivos imediatos, a fim de ajustá-los às novas realidades do País e do mundo e às legítimas conveniências nacionais. Não renuncia à liberdade de escolher as melhores alternativas; por isso rejeita os critérios simplistas e automáticos.

Em discurso a industriais também latino-americanos reunidos no Rio de Janeiro, o

Presidente Ernesto Geisel assinalou que o Brasil se dispõe a "uma cooperação fundada no respeito mútuo, no acatamento responsável a compromissos livremente assumidos e em reais benefícios para todas as partes interessadas. Tal como não aceita qualquer hegemonia externa, com rigorosa simetria ética repele, liminarmente, a hipótese de exercê-la. Ao mesmo tempo, está convencido que as vantagens unilaterais ou desequilibradas não são duradouras e, pois, indispensável será buscar-se, com perseverança, a coincidência ampla de interesses e a justa equivalência de resultados". Este o conceito de interdependência que o Brasil observa como referência mestra de sua política externa e, coerentemente, nos esforços que empreende com vigor para mais próximo convívio e o desenvolvimento conjunto das nações latino-americanas.

Senhores,

Apenas saídas de uma crise que desordenou o comportamento e subverteu os padrões tradicionais da economia mundial, as nações latino-americanas se encontram no limiar de uma nova fase, particularmente relevante, de sua evolução histórica, em que se avolumam anseios de progresso, segurança e paz. Atenuados, em muitos casos não sem dolorosos traumatismos, os efeitos iniciais e as perplexidades de um período de rara turbulência econômica, podem os países do Continente tirar partido das lições da crise e começarem a retomar os caminhos mais promissores de seu futuro. É certo que foi imperativo modificar prioridades, ênfases relativas entre setores, instrumentos e métodos; preservou-se, contudo, a busca dos objetivos fundamentais.

aperfeiçoar os mecanismos de cooperação existentes

Nesse contexto, o Brasil considera a ação conjunta e a unificação de esforços tão necessárias quanto o foram nos períodos mais agudos e diante dos obstáculos mais insólitos que enfrentamos, solidários, no passado. Trago-lhes a segurança de que o Brasil continua disposto a oferecer seu apoio a toda iniciativa destinada a intensificar o processo regional de desenvolvimento. Está assim preparado para participar, ativamente, do

aperfeiçoamento dos mecanismos de cooperação existentes. Onde necessário e sob o estímulo de avanços já concretamente comprovados, não deixará de contribuir para a busca e implantação de novos esquemas que também sejam de valia para a desejada integração continental.

Senhores consultores,

Não me escapa a importância de realização desta IV Assembléia Plenária e do Forum de Debates da Federação Latino-Americana de Associações de Consultores. A relevância dos temas aqui discutidos, bem como a oportunidade que a reunião proporcionou para proveitosa troca de experiências, farão deste evento, certamente, um marco de relevo no caminho do fortalecimento das atividades de consultoria na América Latina.

Para o Brasil, foi de importância verificar, neste foro, que partilha com seus irmãos do Continente dificuldades semelhantes e os mesmos anseios. Há dois anos, em Bogotá, o então Presidente da FELAC, Senhor Risaldo Carneiro Raposo, apontava as debilidades da consultoria latino-americana, mas, com realismo, referia a necessidades de, sem falsos lances de grandeza, mantermo-nos firmes no propósito de lutar por sua existência e consolidação. Penso que a experiência que nesse setor foi possível acumular, em lapso tão curto, justifica esperanças e otimismo. Em outubro passado, neste auditório, ao inaugurar Seminário sobre Exportação de Serviços que meu Ministério organizou em colaboração com a Financiadora de Estudos e Projetos, assinalava que a produção de serviços de consultoria e sua exportação são sintoma estimulante de progresso e elevam a novos patamares qualitativos as atividades econômicas de cada país. Quero crer que o próprio fato desta reunião comprova que na América Latina se generaliza esse reconfortante avanço para mais elevados níveis de desenvolvimento econômico e tecnológico.

a importância da consultoria na solução de problemas

Fruto da ascensão da criatividade do homem latino-americano e da diversificação de suas respostas às provocações de um no-

vo tempo, a consultoria pode constituir, aliás, um fator a mais de integração regional, na medida em que busca e alcança soluções suscetíveis de serem aplicadas a problemas equivalentes em razão de nossas próprias identidades. São similitudes não só de ambiente físico, mas também de organização social e distribuição relativa de recursos humanos e de capital disponíveis. Acresce o fato de estarmos desenvolvendo soluções atuais para problemas que, nas nações industrializadas, foram resolvidos há muitas décadas e em condições sociais e econômicas diferentes das que hoje se apresentam nos países da região. Essa permanente criação e adaptação de tecnologia efetivamente adequada ao Continente e a seu presente configura um potencial de intercâmbio que o Brasil de forma alguma desmerece. Trata-se de evolução que mostra como o desenvolvimento torna crescentemente proveitosa nossa solidariedade, ao acentuar a um só tempo nossas coincidências e complementaridades — e ao abrir, conseqüentemente, novas faixas de entendimento e cooperação.

A FELAC tem demonstrado firme coerência com os propósitos de cooperação em que se inspiram os países latino-americanos. Estou seguro de que seu novo Presidente, o ilustre Engenheiro Diego Ferrer Fernandez, saberá conduzir a entidade no caminho de seus elevados objetivos. Felicito-o pela eleição e lhe ofereço o sincero apoio do Governo brasileiro, naquilo em que possa vir a ser necessário para que a consultoria se transforme em vetor eficaz de uma verdadeira comunidade tecnológica latino-americana.

Aos Senhores delegados agradeço haverem-nos honrado com sua presença em Brasília. A todos desejo felicidades em suas atividades futuras.

O PRESIDENTE DA FELAC

Excelentíssimo Senhor Antonio F. Azeredo da Silveira, Ministro das Relações Exteriores,

Autoridades presentes,

Senhores Diretores da FELAC,

Senhor Décio Simch Campos, Presidente da Associação Brasileira de Consultores (ABCE),

Senhores representantes das Delegações,

Senhoras e Senhores,

Uma profunda emoção me embarga neste momento em que assumo a presidência da FELAC em uma cidade que é fruto do trabalho criador de quantos, com uma firme vontade, uma visão de futuro e uma confiança em seus recursos humanos, se devotaram à tarefa de engrandecer a sua pátria.

Esta emoção também me faz pensar no que significa a grande responsabilidade de continuar o resolutivo trabalho dos presidentes anteriores da FELAC, os quais, desde sua criação até o presente, souberam conduzir com êxito os destinos de uma instituição que se converteu em porta-voz da consultoria na América Latina.

A tarefa a mim confiada é difícil, sobretudo nestes momentos em que os vaivéns da política estão criando flutuações no mercado de consultoria, o que está incidindo e incidirá cada vez mais no fortalecimento e consolidação da consultoria, e portanto no destino da FELAC. Não é possível pretender que se fortaleça e consolide a consultoria se as associações locais não estiverem devidamente fortalecidas e se não existir por parte dos usuários da consultoria, uma clara consciência do que ela significa para o desenvolvimento integral das Nações.

Não é acaso a consultoria a resposta a uma necessidade?

A necessidade de que os países alcancem seu pleno desenvolvimento através da utilização racional de todos os seus recursos e de conseguir que todos os bens da natureza estejam a serviço da humanidade.

Na Declaração da FELAC, aprovada em Lima, e nos temas discutidos na Assembléia de Buenos Aires, estabeleceu-se claramente o que a consultoria significa para o desenvolvimento econômico e social dos povos.

Na Assembléia de Bogotá e nas deliberações desta importante Assembléia que termina hoje, estabelecem-se bases precisas para o exercício da consultoria e, apesar de se considerar que todas estas assembléias são

"variações sobre o mesmo tema", devemos seguir adiante com firmeza, pois estamos convencidos da necessidade de impulsionar e consolidar a consultoria em nossos países.

Uma consultoria independente, forte, e de alto nível de desenvolvimento.

Mas, pela mesma razão de ser a resposta a uma necessidade, deve interpretar-se clara e amplamente o sentido de independência da consultoria, pois deve ser a independência em escolher a melhor solução, tendo sempre como meta o bem comum, sem desrespeito à ética que deve prevalecer entre os consultores.

Na medida em que se impulsione a consultoria em um país, nessa medida progredirá o país; e na medida em que se a impulsione num continente, nessa medida progredirá o continente; e como o mundo é um conjunto de continentes, nessa medida progredirá o mundo.

Dai a essência da FELAC, de promover o fortalecimento das associações locais, logrando o intercâmbio de conhecimentos perante os problemas de nosso continente americano, sem separarmos do resto do mundo.

Sabemos que cada um de nossos países tem problemas quanto ao exercício da consultoria, os quais incidem nas associações locais. Nossas reuniões se converterão num diálogo muito agradável em que poderemos encontrar nossos amigos de sempre, sem extrairmos delas, contudo, nenhuma ação concreta enquanto não tivermos a firme convicção de que só o conseguiremos mediante nosso esforço, primeiro no nível pessoal, depois no nível de associação e, finalmente, no nível da FELAC.

É precisamente nos momentos difíceis que mais devemos lutar, que devemos ter mais cuidado com o exercício de nossa consultoria, pois muitas vezes, nos momentos de excesso de oferta e déficit de demanda, é quando mais se corre o risco de infringir os princípios éticos que regem o exercício de nossa consultoria.

Devemos lutar e convencer a cada um de nossos Governos da necessidade da consultoria.

Devemos tomar consciência de nossas responsabilidades: consultores e Governos.

Os consultores, prestando o melhor serviço e fortalecendo suas associações locais, não com lamentos inúteis, mas com ações concretas.

Os Governos, dando-se conta de que o recurso mais importante de um país é o recurso humano que, somente mediante um adequado e constante uso da consultoria, pode desenvolver-se.

Senhor Ministro, que hoje prestigia esta reunião,

Estamos seguros de que sua presença nesta Assembléia não é protocolar, mas sim obedece à sua convicção de que a consultoria é necessária para o desenvolvimento dos países. Esperamos que Vossa Excelência, dado seu alto nível de representante do Governo brasileiro e como Ministro das Relações Exteriores, possa irradiar esta convicção a outros Governos para que compreendam a importância da consultoria.

Amigos do Brasil, apresento-lhes meus mais expressivos agradecimentos pela sua hospitalidade.

Colegas da FELAC, estou agradecido por haverem conferido a mim a presidência da FELAC e peço a Deus que guie minhas ações para cumprir a missão que os Senhores me confiaram, e que me dê a determinação, fé, vontade e largueza de coração de meu antecessor, Risaldo Raposo, que soube conduzir inteligentemente a FELAC.

Que o transcendental compromisso que hoje assumo seja coletivo. Dedicarei todos os meus esforços e toda minha vontade a serviço da FELAC. Mas também os consultores e as associações deverão trabalhar incansavelmente, pois a FELAC pode existir sem seu presidente, mas não pode sobreviver sem suas associações.

oitava reunião da subcomissão de transportes brasil-argentina

Discurso do
Secretário-Geral
do Ministério das

Relações

Exteriores, Embaixador Ramiro Saraiva Guerreiro, no Palácio Itamaraty de Brasília, em 12 de maio de 1977, na solenidade de assinatura da Ata Final dos trabalhos da VIII Reunião da Subcomissão de Transportes da Comissão Especial Brasileiro-Argentina de Coordenação (CEBAC); e discurso do Chefe do Departamento Econômico do Itamaraty, Embaixador Paulo Cabral de Mello, por ocasião da abertura dos trabalhos dessa reunião, em 9 de maio de 1977.

RAMIRO SARAIVA GUERREIRO

Excelentíssimo Senhor Oscar Héctor Camilión, Embaixador da Argentina,

Excelentíssimo Senhor General Newton Cyro Braga, Secretário-Geral do Ministério dos Transportes,

Excelentíssimo Senhor Embaixador João Hermes Pereira de Araújo,

Senhores Delegados,

A assinatura da Ata final dos trabalhos da 8.^a Reunião da Subcomissão de Transportes da CEBAC ocorre após quatro dias de conversações realizadas no tradicional clima de cordialidade e cooperação que a caracterizam. O instrumento que acaba de ser firmado consagra importantes áreas de convergência neste relevante setor das relações entre nossos países. Desejo, pois, congratular-me com os membros das duas Delegações pelo substancial êxito alcançado e, ao mesmo tempo, expressar a minha fun-

dada esperança de que os pontos pendentes de solução serão resolvidos em próximas reuniões.

Os transportes constituem obviamente elemento importante de uma política integrada de desenvolvimento, na medida em que contribuem para o aproveitamento cada vez maior das potencialidades de cooperação entre dois países vizinhos e em grande medida complementares do ponto de vista econômico. Nesta, como em outras áreas, a dinâmica do progresso tecnológico coloca desafios sempre novos, que exigem soluções imaginativas, suscetíveis de assegurar a necessária adequação entre o arcabouço institucional e os meios materiais. A introdução de novas técnicas, tais como o "roll on — roll off" e o transporte multimodal, deverá sempre levar em conta objetivos econômicos mais amplos, como o aumento do intercâmbio comercial e turístico, e a crescente diversificação dos fluxos de bens e serviços entre as duas nações.

A esta Subcomissão cumpre a elevada missão de atualizar os instrumentos reguladores dos transportes rodo-ferroviários entre o Bra-

sil e a Argentina. A política brasileira de transporte, tanto terrestre, quanto marítimo, ou ferroviário, aéreo e fluvial repousa nos princípios da reciprocidade e da participação justa e eqüitativa das duas partes interessadas, isto é, do importador e do exportador. É-me grato assinalar que tais princípios têm contribuído para o êxito das tarefas desta Subcomissão.

PAULO CABRAL DE MELLO

Em nome do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, desejo, com grande honra e satisfação, apresentar as mais cordiais boas-vindas aos amigos da Delegação da Argentina.

Esta Subcomissão, onde se congregam autoridades e transportadores rodo-ferroviários dos dois países irmãos, realiza hoje sua Oitava Reunião, com um extenso temário composto de itens de grande relevância.

É auspicioso constatar que este órgão vem-se desincumbindo, plenamente, de um mandato que constitui, de fato, o objetivo máximo do Convênio sobre Transporte Internacional Terrestre, de 1966, qual seja o de ampliar os meios de comunicação terrestre, a fim de possibilitar a expansão do comércio recíproco e do turismo e servir aos propósitos de integração econômica dos países latino-americanos.

As Atas Finais das reuniões anteriores e as estatísticas oficiais, testemunham o progresso alcançado no ordenamento e na regulamentação do tráfego de carga e de passageiros entre o Brasil e a Argentina.

relacionamento estreito possibilitou a solução de problemas comuns

Problemas da mais variada ordem têm-se apresentado, como desafio à capacidade e à dedicação das autoridades competentes dos dois países. Entretanto, o relacionamento estreito alcançado entre os funcionários brasileiros e argentinos membros desta Subcomissão e a experiência adquirida pos-

sibilitaram a solução de questões complexas e delicadas relativas à transferência de receitas; ao estabelecimento de quotas eqüitativas para as frotas autorizadas dos dois países e ao aumento do tráfego de passageiros, elemento propulsor do turismo bilateral. Outras questões de significação já foram adequadamente equacionadas e acham-se em vias de solução definitiva. É o caso da uniformização do regime securitário, a prestação de serviços gratuitos de assistência médico-hospitalar às tripulações, e seus familiares, das frotas dos países; o pagamento de caução de garantia pelo ingresso de um veículo no território do outro país; a uniformização da documentação em forma bilíngue; a coordenação de horários nos postos de fronteira de modo a agilizar o fluxo de veículos, em benefício de todas as partes interessadas; o trânsito de veículos destinados a terceiros países; o advento do transporte multimodal e muitas outras.

Tantos são, e tão diversificados, os problemas que decorrem da tecnologia do transporte e das crescentes necessidades do intercâmbio comercial, que progressivamente aumenta a responsabilidade desta Subcomissão na tarefa de regulamentar essa importante atividade econômica. As dimensões de suas atividades e suas funções, assim como o seu natural potencial de crescimento, pode-se dizer, transcendem os limites que são normalmente atribuídos a uma simples Subcomissão.

Os progressos realizados no transporte rodo-ferroviário brasileiro-argentino são, sem dúvida, bastante expressivos. O sistema conta com 42 empresas argentinas e 25 brasileiras devidamente habilitadas para o tráfego internacional, nos termos do convênio de 1966, além de dezenas de freteiros autônomos, que contribuem para assegurar maior fluidez ao transporte, especialmente em situações emergenciais. Podemos afirmar que o comércio brasileiro-argentino por via terrestre está sendo atendido satisfatoriamente. Prova desse desempenho é o fato de que, em 1976, a frota brasileira transportou cerca de 212 mil toneladas e a argentina 279 mil toneladas, em um ano em que as duas economias não registraram seus melhores índices de crescimento.

manter os melhores padrões de eficiência no setor de transporte

Não obstante essa performance, convém sempre ter em mente o regime de concorrência com outras modalidades de transporte, de onde decorre a necessidade da manutenção dos melhores padrões de eficiência na prestação dos serviços pelas empresas dos dois países, da fixação de tarifas que preservem a competitividade dos sistemas e do respeito rigoroso aos horários e aos contratos com os exportadores e importadores brasileiros e argentinos.

Neste contexto, permito-me salientar a importância de um dos aspectos da problemática do transporte rodoviário Brasil-Argentina; a necessidade de habilitação de novos pontos de fronteira para o tráfego internacional, nos termos do Convênio de 1966.

Essa medida visa, especialmente, a desafogar o único ponto ora utilizado em grande escala, que é Uruguaiana-Paso de Los Libres, como também a desviar para outras regiões fronteiriças um fluxo regular de transporte de carga e de passageiros o que muito contribuirá para dinamizar a economia dessas áreas. O Governo brasileiro vê com interesse para o intercâmbio comercial e turístico entre os dois países, a habilitação de novos pontos fronteiriços para o tráfego internacional, especialmente Dionísio Cerqueira-Bernardo Igigyen.

Senhores Delegados,

Com essas palavras, tenho a grata satisfação de declarar abertos os trabalhos da 8.^a Reunião da Subcomissão de Transportes da Comissão Especial Brasileiro-Argentina de Coordenação.

o ministro das relações exteriores da nigéria em Brasília

Discursos dos Ministros
das Relações
Exteriores do Brasil,
Antonio F. Azeredo da

Silveira, e da Nigéria, Joseph N. Garba,
no Palácio Itamaraty de Brasília, em
23 de maio de 1977, por ocasião do
banquete oferecido ao Chanceler nigeriano.

CHANCELER BRASILEIRO

Senhor Ministro,

Receber Vossa Excelência e sua ilustre comitiva é missão que cumpro com especial agrado e perfeita consciência do alto significado que tem para as relações entre o Brasil e a Nigéria. A presença de Vossa Excelência no Brasil revela claramente a profundidade e a abrangência dos laços que hoje unem os dois países, e confirma a nossa irreversível vocação de solidariedade.

De fato, compreendemos imediata e facilmente a multiplicidade das oportunidades de aproximação. As possibilidades de criar novos vínculos encontram resposta imediata nas sólidas e concretas bases do intercâmbio existente. Os caminhos da complementação e da colaboração, que transformam em dado real a vocação de solidariedade, estão abertos. Suas formas são variadas. São os números do comércio, que crescem ano a ano; é a cooperação a nível empresarial e, aqui, temos certeza de que uma das melhores experiências de desenvolvi-

mento está hoje presente na Nigéria. São as diferentes facetas de cooperação cultural, que servem para avivar as relações históricas profundas entre os dois povos.

base histórica comum facilita diálogo brasil-nigéria

Alicerçando este movimento de encontro, e de descoberta da complementaridade, está, sem dúvida, em primeiro plano, a afinidade histórica. O passado africano molda a civilização brasileira em alguns de seus valores fundamentais. Certamente é esta base histórica comum que facilita e torna natural o diálogo entre brasileiros e nigerianos. Porém, não se esgota no passado a afinidade de interesses fundamentais. Hoje, compartilhamos valores e ideais na compreensão dos feitos de relacionamento internacional. O processo de descobrir identidades encontra sua vertente política moderna na adesão comum aos princípios de autodeterminação, de não-ingerência, e na dedicação à causa da paz. A aproximação no passado continua, pois, na identificação de interesses histó-

cos comuns em relação aos movimentos da política e da economia contemporâneas.

Assim, o oceano que nos separava, em virtude do modo vertical em que se desenvolviam com exclusividade as relações internacionais, presas à herança colonial, hoje começa a ser um caminho de união. Sobre essa base, delineiam-se novas áreas de entendimento, de agenda ampla, onde se incluirão certamente os temas do transporte, das comunicações, e da proteção ecológica, e que convidam naturalmente ao exercício de formas inéditas de cooperação entre os países em desenvolvimento da região. Nesse particular, acredito ser de fundamental relevância a assinatura do acordo aéreo Brasil-Nigéria, que propiciará meios práticos para estimular a nossa aproximação. E, mais do que isto, o exemplo bilateral pode servir ao lançamento de reflexão ampla sobre o tema da região atlântica, guiada naturalmente pela necessidade de se ampliarem os mecanismos que sirvam ao desenvolvimento dos países da região.

Essas reflexões, que sugerem modos concretos de aproximação, conduzem ao problema maior dos valores que devem orientar as relações entre os povos. Já disse da adesão comum do Brasil e da Nigéria a princípios fundamentais como o da autodeterminação, e gostaria, agora, de propor outros temas para o exame conjunto.

recriar relações internacionais a partir de bases éticas firmes

Temos a certeza de que um dos obstáculos fundamentais à plena realização da autodeterminação é exatamente o fato de que o poder tem sido a peça chave na definição da estrutura das relações internacionais. O direito que nasce das relações de poder é um falso direito, que tenta consagrar hegemonias, criar responsabilidades correlatas à força, perpetuar divisões entre nações e impedir o acesso aos frutos da civilização e do progresso. É necessário reverter definitivamente tal tendência e recriar as relações internacionais a partir de bases éticas firmes. O direito, para ter conteúdo ético, deve ser formulado com base em consenso verdadeiro, que respeite a igualdade jurídica entre os Estados, e deve objetivar a ins-

tuição de modos eqüitativos de relacionamento internacional.

Creio que Nigéria e Brasil, duas civilizações que prosperam nos Trópicos, dão exemplo em seu relacionamento bilateral da viabilidade desta opção moldada pela ética e pelo vetor da cooperação, onde só existe benefício real se é benefício mútuo. Se podemos adotar firmemente tal atitude, não é por virtude especial ou dom exclusivo. E sim porque, sofrendo no passado os problemas da dependência colonial, que persistem às vezes nas tentativas de ingerência e na pretensão de hegemonia, compreendemos a necessidade de que se adote a balisa da eqüidade no relacionamento internacional. São ambiciosos os projetos de nossos povos e sabemos que, para a sua realização, é necessário o intercâmbio internacional. Sabemos também que, neste intercâmbio, regras precisam ser mudadas, e mudadas com base em uma ética que tenha por norma fundamental o respeito às opções nacionais e, por corolário, a necessidade de que se aceitem formas efetivas de permitir e facilitar o progresso dos países em desenvolvimento. Ao propor essas indicações, defini o sentido básico da política brasileira em relação aos países irmãos da África, articulada em ideais comuns de criação de nova ordem mundial.

Não tenho ilusões de que o caminho a percorrer seja fácil e as transformações pretendidas não serão aceitas senão depois de esforço longo. Em muitas áreas, como a do comércio internacional, o esforço de transformação tem sido frustrante. Os países em desenvolvimento propõem conceitos que são aceitos como tal, mas não conseguem encontrar o caminho da concretização; foros que são criados para facilitar negociações transformam-se em sítio privilegiado de impasse; barreiras que pareciam destruídas são ressuscitadas e entraves ao desenvolvimento são refeitos; volta-se atrás, adia-se, revê-se, e tantas vezes parece que a única saída é a individualista. Mas, não nos deve abater o desânimo. Devemos insistir e continuar, com base na certeza de obter as transformações a nível mundial necessárias à realização plena dos ideais de crescimento dos países em desenvolvimento. Temos a nosso favor a justiça de nosso ideal e um enorme potencial de realização. Temos também a capacidade de criar, e temos dado

prova disso. Brasil e Nigéria se podem orgulhar do seu empenho para encontrar soluções novas, de âmbito regional, fundadas em modos de cooperação horizontal, que servem ao desenvolvimento econômico e criam efetivos fundamentos políticos de autonomia.

Brasil é solidário com as aspirações africanas

Finalmente, não poderia deixar de me referir à permanência de remanescentes do racismo e do colonialismo no Continente africano. Sei o quanto a Nigéria tem lutado pela eliminação das situações injustas e discriminatórias na África Austral. O Brasil, pela sua vocação histórica não pode ficar alheio a esses propósitos e quero afirmar a nossa solidariedade com as aspirações da comunidade africana.

Senhor Ministro,

Sei que são amplas as tarefas que se desdortinam para o Brasil e para a Nigéria, tanto no plano bilateral quanto no plano multilateral. Sei que os desafios do desenvolvimento e do progresso social, que nos irmanam, renovam-se permanentemente. Mas tenho a certeza de que os povos brasileiro e nigeriano estão à altura do desafio, porque inspirados pelos mais altos ideais da convivência entre os povos.

Peço a todos que se juntem a mim no brinde que ora proponho, erguendo minha taça pelo Tenente-General Olusegun Obasanjo, Chefe do Estado e Comandante-em-Chefe das Forças Armadas da Nigéria, pela prosperidade da Nigéria e pela felicidade pessoal de Vossa Excelência.

CHANCELER DA NIGÉRIA

Excelentíssimo Senhor Chanceler,

Inicialmente, quero dizer que este delicioso e requintado jantar, oferecido a mim e aos membros de minha comitiva graças à sua generosidade, Senhor Ministro, para a nossa maneira de julgar, foi perfeito, na

forma e no estilo. Desde a minha chegada neste país-continente que é o Brasil, há um dia e meio, eu e meus acompanhantes sentimo-nos sinceramente emocionados pelo calor da espontânea hospitalidade a nós oferecida e pela meticulosa atenção, até aos mínimos detalhes, que nos tem sido dedicada.

Por isto, Senhor Ministro, quero transmitir-lhe nosso sincero apreço e gratidão.

Minha visita a este grande país, o Brasil, Excelência, é a primeira visita oficial de um membro do Conselho Militar Supremo da República Federal da Nigéria, desde que assumiu a atual administração, em julho de 1975. Este fato sublinha, por si mesmo, o significado de que se reveste a visita, em nosso ponto de vista.

Brasil e Nigéria têm fortes laços históricos e culturais. Ao percorrer este país, clama aos olhos — a ampla evidência da contribuição africana à vida sócio-cultural do Brasil. Creio que o meu país não é superado por nenhum dos Estados africanos independentes de hoje no valor de sua contribuição à herança cultural afro-brasileira.

E, em nosso modo de pensar, propicia também a base do entendimento mútuo sobre o qual ambos os países podem concretamente continuar na busca de um sistema regenerador de novas relações em concordância com as realidades do século XX e as exigências do mundo tecnológico que pressiona nossa própria geração e oferece abundantes promessas para as gerações futuras.

dois países que estão no rumo dos mesmos objetivos

Desde recentes anos o Brasil e a Nigéria estão no rumo dos mesmos objetivos econômicos e sociais. À parte outras razões, laços geográficos unem os dois países. Se pudéssemos aproximar e unir os continentes da África e a América do Sul, veríamos que o Brasil corresponderia ao sul da Nigéria e a Nigéria ao norte do Brasil. Também encontramos uma causa comum para a cooperação no fato de que ambos os países pertencem ao chamado Terceiro Mundo.

Tendo o Brasil tomado a dianteira nos esforços pelo desenvolvimento que agora preocupam a Nigéria, os nigerianos consideram que têm uma excelente oportunidade para aprender das experiências do Brasil. E nos sentimos amplamente confiantes por verificar que as instituições econômicas brasileiras têm estado de maneira generosa, sempre prontas a oferecer sua experiência, sem quaisquer reservas e em todos os setores.

Senhor Ministro, como assinalou adequadamente, já iniciamos uma proveitosa e sincera troca de opiniões sobre uma série de termos internacionais e bilaterais de interesse para os dois países. Sinto-me feliz em atestar o alto grau de entendimento comum e as semelhanças de nossa visão dos assuntos e das respectivas atitudes adotadas. Acredito que nossos encontros e nossas conversações abrirão novas perspectivas para ampliar a cooperação bilateral e a colaboração já existentes nos foros principais de negociação dos problemas de interesse fundamental para a comunidade internacional como um todo. Estamos no limiar de uma mutuamente benéfica intensificação de relações entre o Brasil e a Nigéria: na expansão do comércio; na cooperação científica; no intercâmbio cultural mais frutífero. Posso assegurá-lo, Senhor Ministro, da firme determinação de nossa parte em explorar novas fronteiras.

A Nigéria, Senhor Ministro, apesar de suas dimensões, sua população e sua posição regional, não tem ambições hegemônicas. Rejeitamos as seduções de qualquer forma de hegemonia, seja benigna, benevolente ou aventureira sua inspiração.

Meu governo está fiel e profundamente comprometido às exigências dos princípios e preceitos dos documentos básicos dos dois principais organismos internacionais a que pertencemos, a ONU e a OUA. Mantemos inflexíveis em nosso respeito pela igualdade soberana dos Estados, independentemente de dimensões e circunstâncias, insistimos no princípio civilizado de não-interferência mútua nos assuntos internos dos Estados. A estabilidade mundial não sobreviverá baseada na regra do direito da força. Uma ordem internacional viável que conduza à promoção do entendimento e da cooperação internacionais não permiti-

ria a interferência nos direitos e interesses legítimos dos Estados, como entidades componentes do sistema internacional.

nigéria é partidária da cooperação internacional

Senhor Ministro, na Nigéria somos partidários entusiastas da cooperação internacional. Queremos cooperar e combinar nossos esforços na comunidade internacional pela melhoria do bem-estar material, social e espiritual da humanidade. Temos seguido ativamente esta política em nossas relações com os vizinhos e países de nossa sub-região da África.

Nossa política é o desenvolvimento de relações amigáveis e de cooperação com todos os países que desejem esse relacionamento conosco e manifestem sua disposição de mantê-lo.

A grande brecha entre o pequeno círculo privilegiado dos países desenvolvidos do mundo complacentemente industrializado e afluyente de um lado e a pobreza trituradora, o analfabetismo e as enfermidades que afligem as nações em desenvolvimento de outro lado, não parece ter despertado suficientemente a consciência coletiva do mundo de hoje. O que poderemos fazer juntos para iniciar a nobre tarefa de aliviar o fardo de miséria que pesa tão fortemente sobre os ombros da maioria preponderante da população mundial?

A magnitude do problema em nossa estimativa, foi além da mais eloquente retórica dos debates nos foros internacionais. Exige medidas ousadas, imaginativas, expeditas e inovadoras. O atual sistema, antiquado e "démodé", de relações econômicas internacionais, há muito deveria ter sido substituído por uma nova ordem econômica internacional adequadamente favorável aos problemas imediatos e aos alvos em mira.

Mas devemos admitir que os dias das matérias-primas baratas transformadas em manufaturados arbitrariamente encarecidos acabaram. Deverá ser criado um esquema apoiado internacionalmente, para garantir preços justos, estáveis e remunerativos para os pressionados produtores de matérias-primas. Deverão também ser criadas fórmu-

las equilibradas para nivelar os preços do comércio internacional de matérias-primas ou de produtos acabados. Um grupo de países não pode ser obrigado a suportar indefinidamente o sacrifício de proporcionar o conforto e o lazer de outro grupo de nações. Há muita inflação exportada erodindo a capacidade dos países em desenvolvimento de proporcionar uma capacidade de vida decente. Em nosso ponto de vista é lógico que aqueles que insistem em ter acesso à matérias-primas continuem a manter e erigir novas barreiras ao acesso de tais matérias em seus mercados. E por que, no nome de uma divisão internacional eqüitativa do trabalho deve-se negar aos produtores de matérias-primas a tecnologia e aperfeiçoar seus produtos a fim de aumentar seu poder de compra? Estas e outras barreiras como, por exemplo, o fardo aflastante do pagamento de dívidas são fatores que contribuem para tornar a vida — se pode ser chamada de vida a miséria e a indigência em que se subsistem — nas áreas tão tristes e desesperadas e frustrantes do mundo em desenvolvimento. A menos que estes problemas sejam confrontados com perseverança e energia, constituirão séria ameaça para a ordem e a estabilidade mundiais. Teremos uma oportunidade na Conferência de Paris para expor e demonstrar nossos pontos de vista e objetivos?

racismo na áfrica meridional, um problema explosivo

Senhor Ministro, permita-me focalizar agora uma situação importuna que sublinha vivida e sinistramente o tema de um ambiente internacional estável e seguro, sobre o qual eu tenho falado. Refiro-me à específica situação na África Meridional. A situação explosiva na África Meridional tem prioridade absoluta na agenda africana; não deveria ser permitido obscurecê-las pelas atuais dúvidas de certos setores sobre o que classificam como maléfica intervenção externa nos assuntos africanos. Qual exatamente a natureza desse problema explosivo? Deveria essencialmente do fato incrível, porém aceito, de que um grupo conspiratório de hipócritas racistas entrincheirou-se, à força, em Pretória, os quais por

quase trinta anos, em flagrante desafio da consciência internacional, têm infringido uma doutrina falida de supremacia racial a toda a comunidade internacional. Criada e desenvolvida em Pretória, esta filosofia aberrante da escolha divina da raça branca para a liderança e dominação do mundo mantém cativos milhões de negros, não apenas na própria África do Sul, mas também na Namíbia e Zimbábwe. Em Zimbábwe, Ian Smith e sua clique viciosa perpetraram um ato de aberta rebelião para anular a persistente tentativa da responsabilidade imperial britânica em dirigir o território e seu povo ao rumo da independência democrática e ao exercício de seu direito inalienável de soberania.

Por outro lado, a Namíbia não é um caso de processo descolonizador clássico. A Namíbia é um território internacional entregue à África do Sul para ser administrado sob o sistema de tutela das Nações Unidas. Por sua própria decisão e por suas flagrantes violações de suas obrigações para com o mandato sobre Namíbia, há muito tempo foi retirada da África do Sul a função de administrar o território. Consequentemente, a comunidade mundial expressou seu devido julgamento através das Nações Unidas por virtual unanimidade retirando da África do Sul, já há dez anos, o mandato sobre a Namíbia. A terminação do contrato para a África do Sul administrar a Namíbia foi também aprovada pelas decisões magistras da Corte Internacional de Justiça. Apesar de tudo a África do Sul continuou a desafiar a lei, mantendo-se indiferente em seu desprezo pela decisão da comunidade internacional sobre a Namíbia e continua a obstruir a implementação das decisões internacionais sobre o território. A África do Sul recusa-se a admitir, ou reconhecer que a Namíbia é um território das Nações Unidas sob a jurisdição de um comissário das Nações Unidas. A África do Sul mantém ainda suas forças de ocupação na Namíbia e não decidiu-se a anular e rescindir as leis opressivas de "apartheid" que impôs ao território. Ao contrário, a África do Sul está febrilmente empenhada em atos dirigidos contra a integridade territorial e a unidade da Namíbia, lá introduzindo seu programa vazio de "bantustanismo" que criou no laboratório desacreditado de seu próprio siste-

ma de "apartheid". Na África do Sul, basta dizer que a intolerância racial e a brutalidade foram elevados a um nível de sistema estatal eufemisticamente referido como "apartheid". As manifestações intermináveis da face horrível do "apartheid" são incontáveis. A África do Sul é um protótipo de um reino de terror enraizado e florescente. O "apartheid" é um crime contra a humanidade que não conhece limites e que evita os obstáculos no caminho de sua escolhida missão de vestir o mal com as roupas emprestadas da indicação divina. Em 1960 o sangue de operários pais de famílias correu livremente em Sharpeville para apaziguar o deus com pés de barro do "apartheid"; em 1976, em Soweto foram crianças inocentes e indefesas ceifadas a sangue frio pelas forças assassinas e sangüinárias do aparato do "apartheid", simplesmente porque esses prometedores jovens de outra raça aventuram-se a procurar um lugar ao sol e tentar uma ação com respeito ao seu triste futuro numa terra à qual estão condenados a viver.

Senhor Ministro, quando denunciemos o sistema do "apartheid" por palavras e atos, e defendemos sanções totais contra a África do Sul e seu sócio do "apartheid" no Zimbábue, é porque estamos convencidos de que a existência continuada destes regimes gêmeos, e a resultante situação explosiva na África Meridional, constituem uma ameaça à paz e à segurança internacionais. Deve ser deixado claro que os Estados africanos independentes limítrofes com estes regimes racistas dificilmente coexistirão para sempre com a África do Sul e com Ian Smith. A África do Sul provou também em termos recentes, por suas políticas e esforços ineptos, constituir uma ameaça direta à integridade territorial, segurança e independência nacional de meu próprio país. Não deveria haver causa para a hostilidade não provocada da África do Sul contra a Nigéria, exceto que uma Nigéria progressista, estável, independente e nacionalista, a maior concentração de homens negros em qualquer parte do mundo, o solaparia por si mesma, o sistema de "apartheid" e oferece a antítese imediata da doutrina de supremacia racial branca. Contudo, pelo

próprio fato da Nigéria ser o que é, deveria ser claro para todos que seria virtualmente um crime se nós, na Nigéria, permanecêssemos indiferentes a uma situação na qual os direitos do homem negro estão sendo tão impiedosa e imprudentemente espezinhados e sua dignidade humana excessivamente humilhada. Não estamos preparados a emular a África do Sul em seu caminho criminoso. Para nós na Nigéria, a igualdade de direitos e a dignidade do negro, o respeito, a proteção e o desenvolvimento de seus valores culturais em qualquer parte do mundo e em qualquer sociedade na qual ele constitua uma comunidade distinta são, naturalmente, temas de preocupação fundamental.

relações entre brasil e nigéria são excelentes

Deixe-me agora, Senhor Ministro, concluir com um assunto próximo e caro a nossos corações: o estado de nossas relações bilaterais. Sou feliz em atestar que nossas relações têm se mantido excelentes; o balanço de sua substância é positivo e encorajador. Os laços entre nossos dois países vêm de longe, na história. Em anos recentes foi como se nos tivéssemos redescoberto, pelos meios e maneiras por que temos procurado diversificar e intensificar nossas relações e a cooperação. Isto foi facilitado pela estreita similitude que existe no modo pelo qual nossos dois países encaram o desenvolvimento da sociedade humana. Nossas duas nações estão comprometidas na defesa e proteção de nossa soberania inalienável sobre nossos recursos naturais, a fim de desenvolvê-los para o bem-estar material e espiritual de nossos povos. Há, hoje, na Nigéria, uma crescente comunidade de brasileiros, vivendo e trabalhando numa variedade de projetos e serviços, tanto em instituições públicas quanto em firmas privadas, na tarefa de desenvolvimento que se acelera em meu país. Sabemos que seus compatriotas, Senhor Ministro, que participam no processo de desenvolvimento nigeriano, realizam contribuições satisfatórias num meio físico, geográfico e ecológico, similar ao de suas

experiências, estando eu confiante que consideram sua experiência nigeriana bastante instrutiva e estimulante. Quero também, nesta ocasião, Senhor Ministro, expressar-lhe e, por seu intermédio, ao Governo brasileiro o sincero reconhecimento de meu próprio Governo pelas informações e todo o tipo de apoio que tem sido oferecido a um bom número de delegações oficiais, missões e grupos de estudo nigeriano que tem visitado o Brasil. As exposições feitas a tais visitantes em várias instituições e entidades, tanto públicas quanto privadas, e o conhecimento de primeira mão que receberam de nossas políticas, sistemas, estruturas institucionais, métodos empresariais e estratégias de desenvolvimento, são valiosos para alargar os horizontes e as concepções de suas próprias responsabilidades na Nigéria.

o drama da África meridional

Senhor Ministro, onde iremos, daqui para diante com uma sociedade de nações civilizadas? Não peço desculpas para afirmar categoricamente que a resposta da Nigéria a essa pergunta é clara e inequívoca; não podemos aceitar compromissos ou acomodações com o mal e não o faremos. Desejamos todo o sucesso que merecem aos presentes esforços diplomáticos, que são genuínos em suas tentativas para ajudar a encontrar fórmulas e soluções para os problemas com que se confronta a comunidade internacional na África Meridional. Mas não temos ilusões de que a corrente atual de atenções e ações dirigidas à situação da África Meridional estão chegando muito tarde. A apatia prolongada do resto do mundo por esse problema teve, há muito tempo, a consequência lógica de compelir os povos cujos direitos e interesses estão diretamente envolvidos a escolher o meio inevitável para sua própria salvação, a luta armada. Aqueles que levantaram falsos alarmes sobre as fontes de apoio e assistência estrangeira para os dramas históricos da liberdade e da independência na África e que agora pregam tardiamente que os problemas africanos devem ter soluções africanas, devem buscar em suas consciências quão se-

riamente provaram no passado ter mantido a causa das liberdades humanas na África.

Meu governo apóia com firmeza a legitimidade da luta armada dos movimentos de liberação da África Meridional em favor da liberdade e da independência. Apoiamos firmemente os movimentos de liberação aos quais temos concedido e continuaremos a conceder toda a assistência e apoio moral, humanitário, diplomático, financeiro e material. Sabemos que nem todos os outros países do mundo podem adotar, ou adotarão os mesmos compromissos para com os movimentos de liberação da África Meridional. O mínimo que pedimos a estes outros países é aceitar que, sua situação atual de confronto aberto na África Meridional, o dever dos povos amantes da liberdade seja o de não colocar-se, aberta ou claramente, ao lado dos inimigos, dos que lutam pela liberdade naquela área. Pedimos ao resto do mundo que desista de suas relações com a África do Sul e as abandonem: econômicas, militares, diplomáticas, culturais, esportivas etc. O isolamento, que a África do Sul mereceu por si própria, se administrado concreta e sinceramente contra esse pária da comunidade internacional, significará para nós uma expressão de apoio aos direitos dos que lutam pela liberdade na região, mais consistente do que o ritual de formas sentimentais que tanto ouvimos sobre os males do "apartheid".

E, ao olharmos para o futuro, permita-me dizer, Senhor Ministro, que nos inspiramos ao ver em sua distinta pessoa, um ser humano compreensivo, uma personalidade realizada, um dedicado e talentoso arquiteto, de visão ilimitada, para o progresso e o dinamismo, com quem a cooperação e a participação em conduzir e guiar a frutuosa evolução das relações entre o Brasil e a Nigéria serão inigualáveis.

Peço, pois, a Vossas Excelências, Senhoras e Senhores, para juntar-se a mim num brinde à saúde, sucesso e felicidade de Sua Excelência o Chanceler Ministro das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e Senhora, Antonio F. Azeredo da Silveira, e brindar, também, pelo contínuo progresso e prosperidade do Brasil.

declaração conjunta

Discursos dos Chanceleres Azeredo da Silveira e Joseph N. Garba, ao assinarem, no Palácio Itamaraty de Brasília, em 24 de maio de 1977, a Declaração Conjunta Brasil-Nigéria, cujo texto, na íntegra, é reproduzido em seguida.

brasil-nigéria

O CHANCELER BRASILEIRO

Senhor Ministro,

Não há dúvida de que sua presença no Brasil constitui etapa altamente significativa para o estreitamento das relações entre o Brasil e a Nigéria. Está fixado claramente o sentido irreversível da solidariedade dos dois povos. E sei que, nesse processo, é instrumento importante a Declaração que acabamos de firmar.

De fato, a Declaração delineia formas de aproximação no entendimento do que deve ser a cooperação entre dois países, que estão próximos porque enfrentam problemas similares e porque são ambiciosos seus projetos comuns. Mais do que isto, estabelece um marco institucional amplo, a partir do qual se abrem inúmeros caminhos para formas concretas e efetivas de cooperação mútua.

relações amplas articuladas na sinceridade

A realidade das relações entre o Brasil e a Nigéria, relações amplas, articuladas com base na sinceridade, no respeito mútuo e na compreensão das vantagens recíprocas da cooperação, ensinou-nos mais esta forma de aproximação.

São os mais profundos interesses históricos que alimentam e impulsionam a aproximação entre o Brasil e os países africanos. Sabemos que é necessário multiplicar as formas de cooperação horizontal para que se revelem de modo cabal um lado essencial de nosso projeto, que nasce exatamente de um intercâmbio internacional, articulado nas regras de solidariedade e não nos feitiços de competição.

Senhor Ministro,

Tenho a certeza de que, em nossos contatos, forjamos novos laços de nosso destino comum. Fundados na realidade palpável dos modos atuais de intercâmbio, articulamos projetos que hão de ser realizados plenamente. E nada talvez aproxime mais os dois povos do que esta esperança e esta certeza de que são capazes de comandar o seu destino, fazer o que projetam.

O CHANCELER NIGERIANO

Estou profundamente emocionado ao assinar esta Declaração Conjunta. Como disse Sua Excelência, isto reflete um trabalho intenso, produzindo uma declaração construtiva e útil. Devemos felicitar também nossos assessores pelo seu tremendo esforço.

Os líderes nigerianos desejam articular apenas políticas que sejam implementáveis. Não gostamos de assinar documentos e colocá-los de lado, no esquecimento. Não assinamos aquilo que não podemos cumprir. Creio que o documento é satisfatório para ambos os nossos países. Sua implementação aproximará ainda mais o Brasil e a Nigéria, política e economicamente. Politicamente, porém, já somos muito próximos.

Renovo outra vez meus agradecimentos pelo clima de amizade desses nossos dois dias de entendimentos.

Obrigado.

A DECLARAÇÃO CONJUNTA

Atendendo a convite de Sua Excelência o Senhor Embaixador Antonio F. Azeredo da Silveira, Ministro das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil, Sua Excelên-

cia o Senhor Joseph N. Garba, Ministro das Relações Exteriores da República Federal da Nigéria, realiza visita oficial de seis dias ao Brasil, de 22 a 27 de maio de 1977.

2. Durante sua permanência em Brasília, o Ministro das Relações Exteriores da Nigéria foi recebido em audiência por Sua Excelência o Senhor Presidente da República, Ernesto Geisel, a quem apresentou as saudações de Sua Excelência o Tenente-General Olusegun Obasanjo, Chefe do Governo Militar Federal, Comandante-em-Chefe das Forças Armadas da Nigéria.

fidelidade à carta da onu

3. Durante a visita, o Ministro das Relações Exteriores da Nigéria manteve conversações com o Ministro das Relações Exteriores do Brasil sobre uma gama variada de temas internacionais e assuntos de cooperação bilateral. As conversações transcorreram em atmosfera cordial, amigável e franca, de compreensão mútua e completo entendimento. Ambos os Ministros verificaram, com satisfação, que há pontos significativos de concordância na apreciação dos vários assuntos discutidos.

4. No campo das relações internacionais, os Ministros reiteraram a fidelidade e a adesão de seus respectivos Governos aos princípios e preceitos da Carta das Nações Unidas. Ambos reconheceram a existência de certas imperfeições nas estruturas institucionais das Nações Unidas, que requerem reformas e reajustes, a fim de que o sistema da Organização possa cumprir, integralmente, o seu papel de instrumento para a manutenção e proteção da paz e segurança mundiais. Os ministros reiteraram a adesão de seus governos aos princípios da independência soberana, igualdade e integridade territorial dos Estados, da autodeterminação de todos os povos e da não interferência mútua nos assuntos internos dos Estados. Também concordaram que nem o uso da força ou sua ameaça, nem conquistas ou vantagens obtidas temporariamente podem conferir direitos e privilégios.

5. Os Ministros trocaram opiniões sobre as políticas de seus respectivos governos, para promover a cooperação internacional com outros Estados, independentemente de seus

sistemas políticos. Verificaram, com preocupação, a crescente tendência adversa dos termos de troca no comércio mundial, em detrimento dos países em desenvolvimento, bem como os seus efeitos na realização das aspirações de desenvolvimento desses países. Ressaltaram o apoio de seus respectivos governos à criação de um programa integrado de produtos de base, em particular, e de um fundo comum para a estabilização dos preços desses produtos. Assinalaram, igualmente, a necessidade de serem estabelecidos os entendimentos necessários, para assegurar aos países em desenvolvimento o livre acesso à tecnologia para o desenvolvimento, a preços justos e equitativos, a fim de reestruturar a economia mundial e fornecer os instrumentos para erradicar o subdesenvolvimento.

6. Reiteraram ser indispensável, para assegurar a paz internacional e o desenvolvimento harmônico de todas as nações, proteger o direito soberano de todos os Estados de disporem livremente de seus recursos naturais, inclusive os que se encontram nas suas zonas marítimas nacionais.

conferência de paris

7. Os Ministros trocaram opiniões sobre as negociações que se desenvolvem na Conferência para a Cooperação Econômica Internacional, em Paris, e manifestaram a esperança de que esforços políticos serão despendidos para alcançar as metas e objetivos de uma ordem econômica internacional.

8. Com respeito ao desarmamento, os Ministros concordaram em que os resultados, até hoje obtidos, do processo de negociações para o desarmamento têm sido decepcionantes, particularmente no campo do desarmamento nuclear. Observaram, com preocupação, que os Estados dotados de armas nucleares, principais responsáveis pela promoção da causa do desarmamento, não prosseguiram negociações para aquele fim, com a devida urgência; por outro lado, novos modelos de armas sofisticadas, de destruição em massa, continuam a ser aperfeiçoados e desenvolvidos. Ressaltaram a importância de que os enormes recursos atualmente empregados em armamentos sejam reciclados para outras áreas, que acelerem

o progresso econômico e social de todas as nações, em particular dos países em desenvolvimento. Com este objetivo, concordaram que o acesso à tecnologia nuclear para fins pacíficos deveria ser franqueado aos países que desejam utilizá-la na promoção do seu desenvolvimento, com salvaguardas apropriadas e aceitáveis e sem discriminação.

o processo de descolonização

9. Os Ministros examinaram o processo de descolonização, sobretudo na África, e observaram, com satisfação, os recentes progressos alcançados. A esse respeito, expressaram sua convicção de que é necessário fazer prevalecer o direito à autodeterminação, soberania e dignidade humana dos povos da África Meridional, em cumprimento às resoluções pertinentes das Nações Unidas, inclusive aquelas que se referem às decisões da Organização da Unidade Africana. Denunciaram todas as formas de discriminação racial, especialmente a política de "apartheid", que foi condenada pelas Nações Unidas como um crime contra a humanidade. Os Ministros consideraram desejável que todos os Estados ofereçam sua assistência e cooperação para a solução pacífica da situação na África Meridional. Manifestaram seu apoio e solidariedade aos povos da África Meridional em sua luta legítima pela liberdade, independência e dignidade humana.

10. Os Ministros examinaram os principais aspectos da cooperação e relações bilaterais, especialmente nos campos do comércio, cooperação técnica e prestação de serviços de consultoria nas áreas de telecomunicações e de programas de construção. Concordaram em intensificar esforços, a fim de desenvolver e diversificar aquelas atividades, inclusive estendendo-as ao campo da agricultura e aproveitamento econômico dos recursos oceânicos.

acordo básico de cooperação

11. Concordaram em acelerar as negociações para a conclusão de um Acordo Básico sobre Cooperação Técnica, Científica e

Econômica, para regular o desenvolvimento sistemático da cooperação técnica, científica e econômica, inclusive a transferência de tecnologia.

12. Com respeito à cooperação cultural, o Ministro Joseph N. Garba expressou ao Ministro Antonio F. Azeredo da Silveira a particular satisfação do Governo nigeriano pela significativa participação do Brasil, que apresentou um pavilhão especial, para demonstrar a influência da Cultura Negra e Africana no país, no recente Segundo Festival Mundial de Cultura e Artes Negras e Africanas, realizado em Lagos. Concordaram também ser necessário ampliar o escopo do Acordo Cultural, em vigor entre os dois países, de modo a facilitar, sobretudo, o ingresso de estudantes nigerianos em Universidades brasileiras e noutras instituições de alto nível.

reunião consultiva ministerial

13. Após reverem as relações bilaterais e multilaterais, tanto políticas quanto econômicas, os Ministros assinalaram, com satisfação, as perspectivas existentes para a intensificação dessas relações, e expressaram a sua firme determinação de desenvolver contatos em todos os campos, em benefício dos dois países. Decidiram, nesse sentido, submeter à consideração de seus governos respectivos a possibilidade de estabelecer uma Reunião Consultiva Ministerial Brasileiro-Nigeriana, cujo objetivo seria rever, periodicamente, os problemas de interesse e preocupação comuns; tais reuniões contarão com a presença dos Ministros das Relações Exteriores e outros Ministros de ambos os países; de acordo com os temas a serem discutidos, as reuniões poderiam ser realizadas no Brasil ou na Nigéria, após as consultas entre as partes.

14. O Ministro das Relações Exteriores da Nigéria expressou sua satisfação pela oportunidade que lhe foi oferecida de visita à cidade de São Paulo, durante a qual será recebido pelo Governador do Estado de São Paulo, Sua Excelência o Senhor Paulo Egydio Martins, e de encontrar-se com preeminentes personalidades da indústria e do comércio, com as quais espera discutir as tendências econômicas e o desenvolvimento da

Nigéria e indicar as perspectivas e oportunidades que empresários brasileiros, ligados ao comércio e à indústria, podem considerar. Espera assegurar a esses representantes do comércio e da indústria que a participação estrangeira na economia da Nigéria, com base em investimentos a longo prazo, é bem-vinda. Durante a sua estada em São Paulo, o Ministro das Relações Exteriores nigeriano também pretende visitar a Embraer, algumas indústrias cujos produtos são exportados para a Nigéria, a Faculdade de Arquitetura e Planejamento Urbano e o Centro de Estudos Africanos da Universidade de São Paulo.

convite para silveira visitar a nigéria

15. Sua Excelência o Ministro Joseph N. Garba manifestou seu reconhecimento ao Ministro Antonio F. Azeredo da Silveira pela fraternal acolhida dispensada a ele e a sua delegação, bem como pela hospitalidade durante as visitas a Brasília, São Paulo e Rio

de Janeiro. O Ministro das Relações Exteriores da Nigéria formulou o convite para que o Ministro Antonio F. Azeredo da Silveira visite a República Federal da Nigéria, em data a ser proximamente fixada. O Ministro das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil aceitou o convite com particular satisfação.

16. Acompanham Sua Excelência o Ministro Joseph N. Garba o Embaixador Peter Afolabi, Diretor do Departamento de Cooperação Econômica Internacional do Ministério das Relações Exteriores; o Senhor Alhaji Sulaiman A. Yero, Diretor do Departamento de Assuntos da América e do Caribe do Ministério das Relações Exteriores; o Senhor Brownson Dede, Chefe do Gabinete do Ministro; o Senhor F. J. Okono, Secretário Assistente do Ministério das Indústrias; o Senhor G. A. Falode, Engenheiro-Chefe Assistente do Ministério das Comunicações; o Senhor J. Aludo-Olokum, Primeiro Assistente Secretário do Ministério do Desenvolvimento Econômico, e o Senhor O. Fayose, Primeiro-Assistente Secretário do Ministério do Comércio.

chanceler brasileiro faz em paris avaliação do diálogo norte-sul

Discurso do Ministro de Estado
das Relações Exteriores,
Antonio F. Azeredo da
Silveira, por ocasião
da Reunião Ministerial da
Conferência de Cooperação
Econômica Internacional,
realizada em Paris,
em 1.º de junho de 1977.

Senhor Presidente,

Em dezembro de 1975, reunimo-nos neste mesmo recinto para decidir sobre o lançamento da Conferência de Cooperação Econômica Internacional (CCEI) que ficou conhecida como **diálogo norte-sul**. Nessa ocasião, todos nós reconhecemos a sabedoria da iniciativa do Presidente Giscard D'Estaing de propor que se convocasse tal Conferência e expressamos nossas esperanças de que a conferência levasse a uma solução justa para os problemas econômicos mundiais. Agora, chegou o momento de se fazer uma avaliação dos resultados do chamado "Diálogo", após cerca de dezoito meses de trabalho consideravelmente árduo por parte dos representantes de nossos governos.

Constitui uma obrigação, em relação a nós mesmos e aos dois diferentes grupos de países aos quais pertencemos, que tal avaliação seja sincera e que não focalize apenas a utilidade do exercício de negociação até agora realizado, como uma alternativa para a confrontação no campo das relações econômicas internacionais. Antes de tudo, tal avaliação não deveria ocultar as brechas

que podem continuar a existir entre os pontos de vista dos dois diferentes grupos de países aqui representados, quanto à natureza e à extensão das medidas consideradas como indispensáveis à adaptação do universo econômico ocidental às exigências de uma nova era.

só a consciência da interdependência pode evitar a alienação

Em meu discurso, na reunião ministerial de 1975, enfatizei a importância desta conferência como um teste de vontade política que dizia respeito à preservação do universo ético e cultural, conhecido como mundo ocidental, constituído não somente pela próspera comunidade das nações industrializadas, mas também por uma vasta gama de países em desenvolvimento, com diferentes graus de vulnerabilidade aos males que hoje afetam a economia mundial. O conceito chave por trás dessa formulação era o de que só a consciência da interdependência existente entre os diferentes componentes desse universo poderia evitar a alienação

de um largo segmento do mesmo, o que abalaria os alicerces do sistema que nós deveríamos estar buscando fortalecer.

O que temos de nos perguntar a nós mesmos é se os resultados desta Conferência refletem um conhecimento mais profundo dessa interdependência e se fomos capazes de preparar o terreno para o fortalecimento de tais fundações. Em termos mais concretos, é necessário determinar se os acordos alcançados e as recomendações aprovadas pela CCEI realmente representam o tipo de estímulo político requerido para resolver as questões fundamentais em discussão nos diversos foros econômicos internacionais.

De início, é razoável reconhecer a impossibilidade prática de chegar a CCEI a resultados imediatos em todas as suas áreas de negociação, e reconhecer também que as questões mais sensíveis e controversas teriam inevitavelmente de ser submetidas a exame adicional nos foros apropriados. Todavia, na falta de resultados imediatos, era legítimo esperar que a CCEI fosse capaz de mostrar que tais questões sensíveis e controversas poderiam e seriam consideradas como um novo espírito, quando fossem objetos de negociação concreta em tais foros apropriados. Com efeito, era igualmente razoável esperar que as lições aprendidas com as súbitas transformações do equilíbrio econômico mundial, ocorridas desde outubro de 1973, produziram uma percepção diferente da necessidade de soluções globais e abrangentes para problemas que já não podem ser tratados através de medidas paliativas e de enfoques convencionais de negociação internacional.

Durante a fase "operativa" da Conferência, parece termos perdido de vista o objetivo global que acabamos de descrever, uma vez que nossas delegações se engajaram em um exercício clássico de negociação sobre palavras e pontos de doutrina econômica, o que poderá ter prejudicado mesmo o parcial progresso conceitual alcançado na fase analítica da CCEI. A preocupação em assegurar um equilíbrio adequado, na base de uma estrita troca de concessões, entre os interesses dos vários grupos de países envolvidos, levou claramente a um resultado modesto e a um baixo denominador comum. Simplesmente não se ousou elevar o nível de comprometimento em relação a soluções

que são identificáveis neste e noutros foros e que, mais cedo ou mais tarde, terão de ser adotadas, com vistas a assegurar a estabilidade e a sobrevivência do sistema em que vivemos. Em resumo, pode ser dito que não fomos capazes de corresponder às expectativas geradas quando lançamos formalmente o diálogo, mas, pelo menos, aprendemos a conviver.

as dificuldades ainda estão presentes

É claro que os resultados de um ano e meio de trabalho dificilmente terão qualquer impacto sobre a estrutura internacional do poder econômico. Na verdade, Senhor Presidente, temos de reconhecer que, para os países em desenvolvimento em geral, as dificuldades que nos trouxeram a esta sala de conferências ainda estão muito presentes.

A inflação mundial elevou os preços dos produtos que os países em desenvolvimento têm de importar para manter sua atividade econômica e, em alguns casos, até o seu equilíbrio social. Para os países em desenvolvimento importadores de energia, acrescentou-se ao impacto das forças inflacionárias a aguda elevação dos preços do Petróleo.

Por outro lado, a combinação entre a inflação interna e os preços mais altos de importação levou à adoção de políticas deflacionárias e incentivou as forças protecionistas, tornando mais difícil para os países em desenvolvimento aumentar e diversificar suas exportações. A combinação desses fatores agravou a situação crônica de desequilíbrio das balanças de pagamento desses países como um grupo, freando, dessa forma, sua taxa de crescimento econômico. Tais dificuldades relativas às balanças de pagamentos não esgotam, porém, a lista de obstáculos aos esforços dos países em desenvolvimento para atingir o progresso econômico.

Senhor Presidente,

Não se pode negar que o mundo está atravessando um período de transição, que há um descompasso entre a velocidade das mudanças objetivas — técnicas, econômicas e culturais — e a nossa capacidade de tomar

decisões. Não podemos, pois, deixar de concluir que a procrastinação se tornou custosa demais.

Talvez em nenhum outro campo tal fato se tenha tornado tão evidente quanto no da energia. E é precisamente neste setor que não chegamos a estabelecer um genuíno programa de cooperação. Por razões históricas, a principal fonte de energia na economia moderna é o petróleo, um recurso não renovável que, na atual taxa de consumo, não durará por muito tempo mais. Tal fato, juntamente com a elevação dos preços desse produto, indica claramente a necessidade de uma cooperação internacional maior, com vistas a reduzir as atuais taxas de consumo de petróleo, a procurar novas reservas daquele produto e a desenvolver fontes alternativas de energia. Durante o período de transição para uma nova estrutura energética, na qual o petróleo desempenhará papel menos importante do que o atual, creio que todos nós temos consciência de que certas transformações fundamentais terão que ocorrer no complexo das relações econômicas internacionais que governam o universo econômico ocidental, a fim de assegurar aos países mais dependentes do petróleo e gás, como fontes de energia, recursos suficientes para que se ajustem à nova situação, inclusive quanto às opções energéticas, sem desacelerar suas taxas de desenvolvimento econômico.

Tais transformações podem ser resumidas em um objetivo maior: a transferência substancial de recursos do centro para a periferia, levando em conta as responsabilidades dos países altamente industrializados e tendo em mente que, no mundo de hoje, os países exportadores de petróleo dividem as responsabilidades e problemas de ambos os extremos do sistema.

Esta transferência de recursos deve ser entendida em seu sentido amplo e pode ser operada através de diversos meios, como ficou identificado no trabalho das quatro comissões desta conferência, a saber: dotando as instituições financeiras internacionais e regionais de condições para desempenhar um papel crescente na exploração e desenvolvimento das fontes de energia, renováveis e não-renováveis; fazendo com que os problemas a curto prazo da balança de pagamento dos países mais dependentes das

importações de petróleo sejam adequadamente tratados pelas instituições financeiras existentes; assegurando crescentes fluxos de recursos financeiros, em bases bilaterais e multilaterais, para os países em desenvolvimento, com vistas a alcançar, inclusive, os objetivos da Assistência Oficial ao Desenvolvimento (ODA) fixados pelas Nações Unidas; assegurando o acesso às tecnologias existentes e às novas, nos campos da energia e da indústria, para todos os países em desenvolvimento que delas necessitem; melhorando as condições de acesso aos mercados para produtos manufaturados dos países em desenvolvimento, ajudando assim a propiciar uma base para uma crescente participação desses países na produção industrial mundial; preservando, em termos reais, as receitas de exportação dos países em desenvolvimento.

Devemos ter em mente que todas essas medidas são entrelaçadas e que constituem indispensáveis fios de um tecido que terá de ser fortalecido no interesse de todos os países, direta ou indiretamente representados na CCEI.

Senhor Presidente,

O desafio aceito pelos vinte e sete governos aqui reunidos foi o de dar novo ímpeto à cooperação econômica internacional. Desta Conferência, que pretendeu cobrir um amplo espectro de problemas da economia ocidental, só se podia esperar que proporcionasse aberturas significativas em relação a temas específicos que são tratados permanentemente em outros foros. Essas aberturas, contudo, não se materializam.

economia ocidental continuará a sofrer pressões

Isto não significa dizer que não foi realizado. Tomada como um todo, entretanto, a economia do mundo ocidental continuará a sofrer a pressão de forças econômicas conflitantes.

Essas, Senhor Presidente, são palavras de advertência, não palavras de desespero. É minha mais sincera esperança que seremos levados a novos esforços de negociação e a novos empreendimentos de cooperação pela experiência que aqui adquirimos.

Se esta conferência não realizou muito mais, é lícito dizer que ela pelo menos nos ensinou que não há caminho sem ônus ou sem dificuldades que leve à genuína cooperação econômica. É lícito dizer que, se nós não encontramos aqui as soluções para nossos problemas ou mesmo não transmitimos diretrizes precisas e construtivas para os nossos negociadores em outros foros, aprendemos pelo menos uma lição — que a com-

binação de esperanças não satisfeitas e de expressões de boas intenções, sem compromisso não constitui um substituto para a ação efetiva, e que o mundo já teve mais do que a sua parcela de promessas e palavras.

Se bem aprendemos a lição, então há esperança.

Muito obrigado.

a visita da esposa do presidente norte-americano

Rosalynn Carter, a esposa do presidente dos Estados Unidos, Jimmy Carter, esteve no Brasil entre os dias 6 e 9 de junho de 1977, em continuidade ao seu programa de visitas a sete países latino-americanos. Inicialmente ela esteve na Jamaica, Costa Rica, Equador, Peru e, depois do Brasil, seguiu para a Colômbia e Venezuela.

A esposa do presidente norte-americano chegou a Brasília no dia 6 de junho, procedente de Lima, no Peru, e desembarcou na Base da Força Aérea Brasileira às 15h45m, onde foi recepcionada pelos Ministros das Relações Exteriores, Antonio F. Azeredo da Silveira, e da Fazenda, Mario Henrique Simonsen, pelo Embaixador dos Estados Unidos no Brasil, John Hugh Crimmins, e por outras autoridades. Momentos após seu desembarque, a emissária do Governo norte-americano pronunciou algumas palavras de saudação ao povo brasileiro.

Do aeroporto, Rosalynn Carter seguiu diretamente para a Chancelaria da Embaixada dos Estados Unidos onde foi recepcionada por membros da comunidade norte-americana e, em seguida, manteve encontro de mais de uma hora com o Chanceler Azeredo

da Silveira, no Itamaraty. Desse encontro, participaram o Secretário-Geral do Ministério das Relações Exteriores, Embaixador Ramiro Saraiva Guerreiro, o Chefe do Departamento das Américas, Embaixador João Hermes Pereira de Araújo, e o Assessor Especial para Assuntos Políticos do Chanceler Azeredo da Silveira, Embaixador Holanda Cavalcanti. Pelo lado dos Estados Unidos, participaram também do encontro da Senhora Rosalynn Carter com o Chanceler Azeredo da Silveira o Embaixador norte-americano, John Hugh Crimmins, o Subsecretário de Estado para assuntos interamericanos, Terence Todman, e o coordenador para assuntos da América Latina e Caribe no Conselho de Segurança Nacional, Robert Pastor — estes dois incluídos na delegação norte-americana para os contatos bilaterais com autoridades brasileiras. No mesmo dia de sua chegada, Rosalynn Carter ofereceu uma recepção às autoridades brasileiras na residência do Embaixador dos Estados Unidos.

No dia 7, terça-feira, o primeiro item da agenda oficial de Rosalynn Carter no Brasil foi uma audiência com o Presidente Ernesto

Geisel, no Palácio do Planalto, que teve a duração de aproximadamente uma hora. Além das conversações formais, a Senhora Rosalynn Carter trocou presentes com o Presidente Geisel, tendo oferecido a ele um exemplar encadernado do recente discurso do Presidente Carter na OEA, uma autobiografia do Presidente norte-americano, escrita em 1976, intitulada **Why not the best? (Por que não o melhor?)** e um livro sobre a pesquisa espacial desenvolvida pela NASA. Ela entregou também ao Presidente brasileiro uma mensagem pessoal de seu marido. O Presidente Geisel, por sua vez, presenteou a Senhora Carter com um retrato da família presidencial e com um livro de reproduções de cenas nordestinas, feitas pelo pintor holandês Franz Post, entre 1612 e 1680.

Após sua audiência com o Presidente Geisel, Rosalynn Carter fez uma visita ao Senado Federal, onde foi recebida por seu presidente, Senador Petrônio Portella, e à Câmara dos Deputados, sendo recepcionada por seu presidente, Deputado Marco Antônio Maciel. Nesse mesmo dia, a Senhora Rosalynn Carter concedeu uma entrevista coletiva à imprensa, no Hotel Nacional de Brasília, às 15 horas; manteve conversações com o Ministro da Fazenda, Mario Henrique Simon-

sen; e visitou o Supremo Tribunal Federal, onde foi recebida pelo seu presidente, Ministro Thompson Flores. A noite, compareceu ao jantar oferecido pelo Presidente Ernesto Geisel e Senhora, no Palácio da Alvorada.

A representante do Governo norte-americano encerrou sua visita a Brasília no dia 8, quando embarcou para Recife, em viagem não-oficial. No Aeroporto Militar de Guararapes, em Recife, Rosalynn Carter foi recebida pelo Governador de Pernambuco, José Francisco de Moura Cavalcanti, e por autoridades civis e militares, entre as quais o Cônsul dos Estados Unidos naquela capital. Em Recife, a esposa do Presidente Carter visitou o Consulado norte-americano e, em companhia do Governador Moura Cavalcanti, fez visitas a obras sociais do Governo, entre elas uma creche e um projeto comunitário habitacional, em Ibura.

A Senhora Carter, em Recife, ficou hospedada na residência de um industrial, onde, no dia de sua chegada, participou de um almoço e ofereceu um chá a 19 senhoras da sociedade local. No dia seguinte (9 de junho), ela embarcou com destino a Bogotá, na Colômbia, de onde rumou depois para Caracas, na Venezuela, a última etapa de seu giro pela América Latina.

brasil, uma das alternativas mais viáveis para investimentos

Discurso do Chanceler
Azeredo da Silveira,
no Palácio Itamaraty de Brasília,
em 6 de junho de 1977,
por ocasião do almoço oferecido aos membros do
Brasilinvest S/A.

Senhores Embaixadores,
Senhor Ministro da Indústria e do Comércio,
Senhor Presidente do Brasilinvest S/A,
Senhores Membros da Junta de Governadores do Brasilinvest S/A,
Senhoras e Senhores,

É motivo de grande satisfação para mim poder reunir nesta Casa os representantes dos Governos dos países que sediam as empresas integrantes do Brasilinvest S/A, e os membros da sua Junta de Governadores. Vejo neste encontro, mais uma vez, a materialização do sadio espírito de associação que preside os esforços dos brasileiros em prol do desenvolvimento deste País.

Com efeito, o Brasil sempre adotou uma política aberta, voltada para o mundo que o cerca e no qual se insere, recebendo de bom grado todos aqueles que para cá vieram somar, cooperar, contribuir. É assim que a civilização brasileira tem sido cadinho onde se aglutinam harmoniosamente as experiências de vida e as tradições culturais de homens de todas as raças, provenientes de to-

das as partes do mundo, irmanados na gratificante tarefa de realizar as imensas potencialidades de nosso território.

integração de empresas públicas, privadas e estrangeiras

O modelo de desenvolvimento que adotamos incorpora também esse espírito aberto e associativo. Assim, por um lado, desenhamos um sistema econômico emoldurado pelos princípios da economia de mercado, em que convivem proficuamente empresas nacionais públicas e privadas, e empresas de capital estrangeiro. Por outro, optamos de forma decidida pela integração desse sistema à estrutura econômica internacional.

A opção por um modelo integrado interna e externamente tem permitido ao Brasil acelerar o ritmo de modernização e inovação de suas estruturas econômicas, características do processo de desenvolvimento. E para isto, é justo reconhecermos, muito tem contribuído o investidor estrangeiro, na medida em que afluem à economia nacional recursos externos que, traduzidos em capital,

tecnologia avançada, em alguns casos, capacidade empresarial e técnica, vêm complementar a poupança e esforços internos necessários à continuação do ambicioso programa de investimentos que desenvolvemos em todos os setores.

As próprias dimensões desse fluxo — que evoluiu do montante acumulado de US\$ 1,710 bilhão em investimentos diretos em dezembro de 1969 para US\$ 8 bilhões em 1976, — atestam inequivocamente que o investidor estrangeiro encontra neste País apreciáveis oportunidades empresariais, ao lado da desejável segurança institucional proporcionada pela clara definição das “regras do jogo”. Tenho certeza de que o caráter estável e duradouro destas, aliado às múltiplas oportunidades que decorrem naturalmente da própria expansão da economia e do vasto potencial do País, continuarão a apontar o Brasil como uma das alternativas mais confiáveis para a decisão de investir.

é significativo o papel do capital estrangeiro

Senhores, é a partir dessa concepção confiante e aberta quanto ao significativo papel do capital estrangeiro para a complementação da oferta de fatores produtivos na economia nacional, que valorizo os objetivos do Brasilinvest S/A.

Espero que os resultados dessa reunião da Junta de Governadores do Brasilinvest S/A, ao aproximar a empresa da consecução de suas metas estatutárias, expresse mais uma vez o espírito de colaboração que tem inspirado a todos nós, homens de Governo e de empresa, na promoção de progresso deste País, e do desenvolvimento harmônico do mundo ocidental.

Brindo à felicidade pessoal de todos os presentes e ao sucesso de suas atividades.

o acordo de cooperação com a agência espacial européia

Discurso do Chanceler Azeredo da Silveira,
no Palácio Itamaraty de Brasília,
em 20 de junho de 1977,
ao assinar o Acordo de Cooperação
com a Agência Espacial Européia (Programa Ariane).

Senhores Embaixadores,

Senhor Diretor-Geral da Agência Espacial
Européia,

Senhor Presidente da Comissão
Brasileira de Atividades Espaciais,

O Acordo que acaba de ser assinado entre o Brasil e a Agência Espacial Européia representa o primeiro passo de uma cooperação que desejamos fecunda e duradoura.

Mantemos com os países que formam a Agência tradicionais laços de amizade e com eles já estabelecemos, em muitos terrenos, sólidas bases de colaboração. Essa circunstância permite prever que a implementação do Acordo se fará dentro do mesmo espírito de entendimento e com iguais resultados positivos.

O atual estágio de desenvolvimento do Brasil requer a absorção crescente de tecnologias avançadas em todos os campos do conhecimento. Estamos sempre dispostos a criar mecanismos ágeis e operativos com aqueles países que, detentores de tecnologia mais aprimorada, desejam conosco

participar da construção do nosso progresso. É este espírito que dá o significado e a dimensão do Acordo assinado com a Agência Espacial Européia.

brasil pode contribuir efetivamente com o programa ariane

De sua parte, o Brasil dispõe de técnicos e de infra-estrutura que lhe permitem oferecer uma contribuição efetiva para o programa Ariane, cujo objetivo é o desenvolvimento de um lançador capaz de colocar em órbita geoestacionária satélites para fins pacíficos. Entendemos que a Agência Espacial Européia teve presente, ao solicitar nossa cooperação, a elevada qualificação dos nossos técnicos e as facilidades oferecidas pelo campo de lançamento de Natal. O texto hoje assinado fixa o quadro de trabalho conjunto de técnicos brasileiros e europeus na utilização dos equipamentos já existentes, e por instalar, naquele campo de lançamento, para a realização de uma das fases mais importantes do programa Ariane.

O clima de perfeito entendimento entre a Comissão Brasileira de Atividades Espaciais e a Agência Espacial Européia durante a fase de negociação do Acordo constitui indicação segura e promissora do êxito do empreendimento comum. Que essa coopera-

ção entre o Brasil e a Europa venha a consolidar ainda mais uma amizade que o tempo e a experiência mostrarem ser reciprocamente benéfica e enriquecedora.

Muito obrigado.*

* O Acordo entre o Brasil e a Agência Espacial Européia está na seção Tratados, Acordos, Convênios, página 78.

relações diplomáticas

concessão de agrément

O Governo brasileiro concedeu **agrément** aos seguintes Embaixadores estrangeiros:

Hafford Philmore Brazane Babb, de **Barbados**, em abril de 1977;

Alfred Babalola Ayodele, da **Nigéria**, em abril de 1977;

Moussa Sanguiana Camara, da **República da Guiné**, em junho de 1977.

Foi concedido **agrément** aos seguintes Embaixadores brasileiros:

Geraldo de Heráclito Lima, junto à **República do Benin**, ex-Daomé (cumulativamente com a **Nigéria**), em abril de 1977;

Ronaldo Costa, junto ao **Japão**, em abril de 1977;

Jorge D'Escragnolle Taunay, junto ao **Panamá**, em abril de 1977;

Paulo da Costa Franco, junto ao **Líbano**, em abril de 1977;

Francisco de Assis Grieco, junto à **Hungria**, em abril de 1977;

André Teixeira de Mesquita, junto à **Noruega**, em maio de 1977;

Paulo Cabral de Mello, junto à **Austria**, em maio de 1977;

Jorge de Sá Almeida, junto à **Indonésia**, em maio de 1977;

Carlos Frederico Duarte Gonçalves da Rocha, junto à **Bélgica** e ao **Luxemburgo**, em maio de 1977;

Aldo de Freitas, junto a **Bangladesh**, em junho de 1977;

Italo Zappa, junto a **Moçambique**, em junho de 1977;

Ronald Leslie de Moraes Small, junto à **Argélia**, em junho de 1977;

José Oswaldo de Meira Penna, junto ao **Equador**, em junho de 1977.

designação de embaixadores brasileiros

Antonio Carlos Diniz de Andrada, junto ao **Paquistão**, em 27 de abril de 1977;

Raul Henrique Castro Silva de Vincenzi, junto ao **Chile**, em 4 de maio de 1977;

Ronaldo Costa, junto ao **Japão**, em 11 de maio de 1977;

David Silveira da Mota Júnior, junto à **Venezuela**, em 11 de maio de 1977;

Francisco de Assis Grieco, junto à **Hungria**, em 18 de maio de 1977;

Geraldo de Heráclito Lima, junto à **República do Benin**, ex-Daomé (cumulativamente com a **Nigéria**), em 19 de maio de 1977;

Jorge D'Escragnolle Taunay, junto ao **Panamá**, em 8 de junho de 1977;

Jorge de Sá Almeida, junto à **Indonésia**, em 1.º de junho de 1977;

Paulo da Costa Franco, junto ao **Líbano**, em 16 de junho de 1977;

Paulo Cabral de Mello, junto à **Austria**, em 21 de junho de 1977;

Andre Teixeira de Mesquita, junto à **Noruega**, em 22 de junho de 1977;

Carlos Frederico Duarte Gonçalves da Rocha, junto à **Bélgica**, em 22 de junho de 1977;

Italo Zappa, junto a **Moçambique**, em 23 de junho de 1977;

Ronald Leslie Moraes Small, junto à **Argélia**, em 29 de junho de 1977.

entrega de credenciais

De Embaixadores brasileiros:

Raymundo Nonnato Loyola de Castro, à **Coreia do Sul**, em 22 de abril de 1977;

Jorge Carvalho e Silva, à **República Federal da Alemanha**, em 25 de maio de 1977;

Quintino Symphoroso Deseta, a **Nicarágua**, em 1.º de junho de 1977;

Armindo Branco Mendes Cadaxa, à **Jamaica**, em 10 de junho de 1977.

De Embaixadores estrangeiros:

Patrick Francis Power, da **Irlanda**, em 25 de abril de 1977;

Shailendra Kumar Upadhyay, do **Nepal**, em 25 de abril de 1977;

Ambrosio Garcia Rivera, da **Bolívia**, em 25 de abril de 1977;

Max Feller, da **Suíça**, em 5 de maio de 1977;

Shri Hitindar Singh Vahali, da **Índia**, em 5 de maio de 1977;

Zain Azraai Bin Zainal Abidin, da **Malásia**, em 16 de maio de 1977;

Adiwoso Abubakar, da **Indonésia**, em 16 de maio de 1977;

Harrison Elbert Major, de **Trinidad e Tobago**, em 23 de junho de 1977;

Shin Chae Myung, da **Coreia do Sul**, em 23 de junho de 1977.

relações comerciais

delegação da hungria faz contatos no brasil

Uma delegação comercial da Hungria, chefiada pelo diretor-geral da Empresa Metrim-pex, Atto Herkner, visitou o Brasil entre os dias 23 de abril e 7 de maio de 1977 com o propósito de examinar com autoridades e empresários brasileiros as possibilidades de aumentar o intercâmbio comercial entre os dois países. A delegação era integrada também por funcionários do Ministério do Comércio Exterior e por diretores da Fábrica Húngara de Vagões e de firmas produtoras de máquinas operatrizes, ônibus, troleibus, equipamentos energéticos e alumínio.

Em Brasília, a delegação húngara manteve entendimentos nos Ministérios da Indústria e do Comércio, Minas e Energia, Transportes, Educação e Cultura, e Relações Exteriores, além da Secretaria de Viação e Obras do Governo do Distrito Federal e da Empresa Brasileira de Transportes Urbanos (EBTU). Os húngaros estabeleceram contatos também com representantes da Confederação Nacional da Indústria, da Cacex, das Secretarias dos Transportes dos Estados do Rio de Janeiro e de São Paulo, e com diretores de empresas estatais e privadas.

O intercâmbio comercial entre o Brasil e a Hungria vem se desenvolvendo de modo positivo nos últimos anos, tendo seu montante passado de 35 milhões de dólares em 1973 para 145 milhões de dólares em 1976. Esse aumento se deve, a um crescimento

significativo das exportações brasileiras, que passaram de 22 milhões de dólares em 1973 para 140 milhões de dólares em 1976, pois a venda de produtos da Hungria ao Brasil, apresentou uma sensível queda em 1976, quando totalizou pouco mais de 5 milhões de dólares (contra 17 milhões de dólares no ano anterior). Tal desequilíbrio no comércio bilateral tem sido uma das preocupações das autoridades dos dois países, motivo pelo qual, em outubro do ano passado, durante a reunião da Comissão Mista Brasil-Hungria, foram examinados diversos mecanismos para restabelecer o equilíbrio. Tradicionalmente, a Hungria adquire do Brasil produtos primários, tais como soja, café, cacau, sendo também consideráveis as compras de produtos têxteis. Por sua vez, a Hungria vende ao Brasil produtos industrializados, como locomotivas diesel-elétricas, guindastes flutuantes, rolamentos de esferas, lâmpadas e alumínio em bruto.

aumento do comércio bilateral com a iugoslávia

Com o objetivo de promover o comércio entre o Brasil e a Iugoslávia e renegociar o Acordo de Comércio, Pagamentos e Cooperação econômica assinado em 1958, esteve em Brasília entre 25 e 27 de maio de 1977, uma delegação iugoslava integrada por autoridades governamentais e representantes de companhias de comércio internacional, che-

tiada pelo Vice-Ministro do Comércio Exterior, Ranko Radulovic.

O chefe da missão visitante examinou os diversos aspectos do intercâmbio comercial Brasil-Iugoslávia com o Secretário-Geral do Ministério da Indústria e do Comércio, Lycio de Faria, e com funcionários do Ministério das Relações Exteriores. Como resultado desses entendimentos, foram concluídas as negociações para a próxima assinatura de um novo Acordo de Comércio e Pagamentos sob o regime de livre convertibilidade, que vai modificar fundamentalmente a sistemática de pagamento vigente no intercâmbio comercial entre os dois países permitindo uma evolução positiva dos negócios bilaterais.

A missão iugoslava manifestou interesse em estudar a possibilidade de serem explorados novos aspectos da cooperação econômica entre os dois países e demonstrou especial empenho no aumento de seus fornecimentos ao Brasil, já que a balança comercial brasileiro-iugoslava (que apresentou crescimento significativo nos últimos dois anos) é amplamente favorável ao Brasil.

Em 1975, o Brasil importou da Iugoslávia produtos no valor de 6,2 milhões de dólares e exportou produtos brasileiros para esse país no valor de 60 milhões de dólares, com um saldo a seu favor de 53,7 milhões de dólares. No ano seguinte, o comércio entre os dois países cresceu substancialmente, com o Brasil importando 29,8 milhões de dólares e exportando produtos no valor de 189,3 milhões de dólares, ainda com saldo, a seu favor, de 159,4 milhões de dólares.

missão econômica de gana visita o brasil

Uma delegação econômica do Governo de Gana, chefiada pelo Secretário-Geral do Mi-

nistério do Comércio e Turismo, B. K. Otoo, esteve no Brasil entre os dias 1.º e 9 de junho de 1977, para manter entendimentos com autoridades oficiais brasileiras e com empresários privados visando ao aperfeiçoamento e à ampliação dos mecanismos comerciais existentes entre os dois países, que permitiram, no ano passado, o intercâmbio de mercadorias no valor global de seis milhões de dólares.

Em Brasília — onde ficou durante os dias 1.º e 2 de junho — a missão ganense manteve contatos com o Secretário-Geral do Ministério das Relações Exteriores, Embaixador Ramiro Saraiva Guerreiro, além de visitas aos Chefes do Departamento de Produção Comercial, Departamento Econômico e Departamento da África, Ásia e Oceania do Itamaraty. A delegação de Gana esteve ainda com o Ministro da Indústria e do Comércio, Ângelo Calmon de Sá, com o Secretário-Geral desse Ministério, Lycio de Farias, e com o Procurador Geral da Fazenda. De Brasília, a comitiva seguiu para São Paulo, Porto Alegre e Rio de Janeiro, onde manteve contatos com setores empresariais brasileiros, inclusive com representantes da Interbrás, Sunamam, Cacex e Instituto Nacional de Propriedade Industrial. No dia 10, a delegação visitante embarcou para o México.

Além do Secretário-Geral do Ministério do Comércio e Turismo de Gana, faziam parte dessa delegação ganense o Gerente Geral do Comércio de Equipamentos e pesca, Owusu Brefo-Sekyere, o presidente da Associação dos Fabricantes de Manufaturados de Gana, J. K. Rockson, o Secretário Assistente do Departamento de Relações Econômicas do Ministério das Relações Exteriores, Paul K. Aryene, o presidente da Câmara do Comércio, V. W. K. Agbordza, e o Assistente do Escritório Comercial do Ministério do Comércio e Turismo, S. K. Denu.

"O importante e fundamental é procurar explicitar as convergências tácitas e maximizar o produto das negociações inspiradas no interesse nacional das partes, uma vez que os tratados só são realmente estáveis e duradouros na medida em que representam a harmonização de posições, condição imprescindível à perenidade dos pactos" — Azeredo da Silveira.

cooperação técnica e científica entre brasil e cabo verde

Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Brasil e a República de Cabo Verde, firmado em Brasília, em 28 de abril de 1977, pelos Ministros das Relações Exteriores, Antonio F. Azeredo da Silveira, e da Educação de Cabo Verde, Carlos Reis.

O Governo da República Federativa do Brasil
e

O Governo da República de Cabo Verde,

Animados pelo desejo de fortalecer os laços de amizade existentes entre ambos os Estados,

Considerando o interesse comum em acelerar o desenvolvimento social e econômico de seus respectivos países e conscientes de que o estímulo à colaboração científica e técnica e ao intercâmbio de conhecimentos científicos e técnicos entre ambos contribuirão para a consecução desses objetivos,

Concordam no seguinte:

artigo I

As Partes Contratantes desenvolverão a cooperação científica e técnica entre ambos os países com o objetivo de contribuir para a melhor avaliação de seus recursos naturais e humanos, esforçando-se para que os programas que surjam do presente Acordo Básico se ajustem às políticas e planos globais, regionais ou setoriais de desenvolvimento nos dois

países, como apoio complementar a seus próprios esforços internos para atingir objetivos de desenvolvimento econômico e social.

artigo II

A Cooperação entre as Partes Contratantes poderá assumir as seguintes modalidades:

- a) intercâmbio de informações, contemplando-se a organização dos meios adequados à sua difusão;
- b) aperfeiçoamento profissional, mediante programas de visitas ou estágios de especialização e através de concessão de bolsas de estudo para especialização técnica;
- c) projetos de conjuntos de pesquisa em áreas científicas que sejam de interesse comum;
- d) intercâmbio de peritos e cientistas;
- e) organização de seminários e conferências;
- f) remessa e intercâmbio de equipamentos e de material necessário à realização de projetos específicos;
- g) qualquer outra modalidade de cooperação que for acordada entre as Partes Contratantes.

artigo III

Os programas e projetos de cooperação científica e técnica a que faz referência o presente Acordo Básico serão objeto de convênios complementares, que especificarão os objetivos de tais programas e projetos, os procedimentos de execução, bem como as obrigações, inclusive financeiras, de cada uma das Partes Contratantes.

artigo IV

As Partes Contratantes, através das respectivas Chancelarias, avaliarão, anualmente, os programas conjuntos de cooperação científica e técnica, a fim de realizarem os ajustes que forem necessários. Excepcionalmente, essas avaliações poderão ser realizadas em prazos diferentes, quando as circunstâncias o exigirem, mediante entendimento por via diplomática.

artigo V

O financiamento das formas de cooperação científica e técnica definidas no Artigo II será convencionado pelas Partes Contratantes em relação a cada projeto.

b) As Partes Contratantes poderão solicitar o financiamento e a participação de organismos internacionais para a execução dos programas e projetos resultantes da aplicação do presente Acordo Básico.

artigo VI

O intercâmbio de informações científicas e técnicas será efetuado por via diplomática entre os órgãos autorizados, em cada caso, pelas Partes Contratantes, que determinarão ainda os alcances e limitações do seu uso.

artigo VII

As Partes Contratantes facilitarão em seus respectivos territórios tanto a entrada quanto o cumprimento dos objetivos e funções dos técnicos e peritos no desempenho das atividades realizadas no quadro do presente Acordo Básico.

artigo VIII

Aplicar-se-ão aos funcionários e peritos de cada uma das Partes Contratantes, designados para trabalhar no território da outra Parte, as normas vigentes no país sobre os privilégios e isenções dos funcionários e peritos das Nações Unidas.

artigo IX

Aplicar-se-ão aos equipamentos e materiais eventualmente fornecidos, a qualquer título, por um Governo a outro no quadro dos projetos de cooperação técnica e científica, as normas que regem a entrada no país de equipamentos e materiais fornecidos pelas Nações Unidas a projetos e programas de cooperação técnica e científica.

artigo X

As Partes Contratantes, de acordo com o estabelecido no Artigo VI, concordam em assegurar que as entidades vinculadas à execução dos programas e projetos derivados do presente Acordo Básico proporcionem aos peritos e técnicos visitantes o apoio logístico e facilidades de transporte e informação requeridas para o cumprimento de suas funções

específicas. Da mesma forma serão proporcionadas aos peritos e técnicos, quando necessário, as devidas facilidades de alojamento e manutenção.

artigo XI

Cada uma das Partes Contratantes notificará a outra da conclusão das formalidades necessárias à entrada em vigor do presente Acordo, o qual terá vigência a partir da data da última dessas notificações. O presente Acordo terá duração de cinco anos, prorrogáveis tacitamente por iguais períodos, salvo se uma das Partes Contratantes comunicar a outra Parte, com antecedência mínima de seis meses, sua decisão em contrário.

artigo XII

A denúncia ou expiração do Acordo não afetará os programas e projetos em execução, salvo quando as Partes Contratantes convierem diversamente.

artigo XIII

O presente Acordo Básico poderá ser denunciado por qualquer das Partes Contratantes e seus efeitos cessarão seis meses após a data da denúncia.

Feito na cidade de Brasília, aos 28 dias do mês de abril de 1977, em dois exemplares originais, na língua portuguesa, sendo ambos os textos igualmente válidos.

acordo brasil-agência espacial européia para utilização de meios de rastreamento

Acordo entre o Brasil e a Agência Espacial Européia para o estabelecimento e utilização de meios de rastreamento e de telemedida a serem instalados em território brasileiro, assinado em Brasília, no dia 20 de junho de 1977, pelo Presidente da Comissão Brasileira de Atividades Espaciais, General Moacyr Barcellos Potyguara, e pelo Diretor-Geral da Organização Européia de Pesquisas Espaciais, Roy Gibson.

O Governo da República Federativa do Brasil, daqui por diante denominado "Governo brasileiro", representado pelo General-de-Exército Moacyr Barcellos Potyguara, Presidente da Comissão Brasileira de Atividades Espaciais, de um lado, e a Organização Européia de Pesquisas Espaciais, desenvolvendo suas atividades desde 31 de maio de 1975 sob o nome de Agência Espacial Européia, denominada daqui por diante "Agência", representada por seu Diretor-Geral, Senhor Roy Gibson, de outro lado,

Considerando o interesse da Agência Espacial Europeia e do Governo brasileiro em cooperar com vistas à instalação e utilização dos meios de rastreamento e telemetria em território brasileiro para a execução do programa do lançador Ariane da Agência e de programas brasileiros,

Constatando que o Centro Nacional de Estudos Espaciais (França) foi designado pelos Estados-Membros da Agência, participantes do programa do lançador Ariane, para assegurar a execução da fase de desenvolvimento deste programa,

Considerando o interesse do Governo brasileiro em adquirir a tecnologia associada às atividades espaciais,

Desejosos de estabelecer para esses fins o quadro institucional adequado,

Convieram no que se segue:

artigo I

O Governo brasileiro autorizará e garantirá a utilização das instalações do campo de lançamento de Natal para o Programa Ariane. Com essa finalidade, o Governo brasileiro adaptará o equipamento do campo de lançamento, fornecendo a infra-estrutura necessária e autorizando a instalação de novos equipamentos da Agência.

artigo II

O Governo brasileiro autorizará, caso necessário, a instalação de uma estação complementar na região de Belém. Neste caso, as Partes estabelecerão um ajuste adicional ao presente Acordo.

artigo III

1. O Governo brasileiro e a Agência delegam poderes, respectivamente, à Comissão Brasileira de Atividades Espaciais, daqui por diante denominada "COBAE", e ao Centro Nacional de Estudos Espaciais, daqui por diante denominado "CNES", para a execução do presente Acordo.

2. Os detalhes e modalidades de execução do presente Acordo serão determinados em dois protocolos de aplicação a serem firmados entre a COBAE e o CNES, anexos ao presente Acordo.

3. O mandato da COBAE e do CNES, no que se refere às instalações de rastreamento e telemetria, se estende por uma primeira fase, chamada de desenvolvimento e de qualificação, a qual terminará seis meses após o último lançamento de qualificação do lançador Ariane.

4. A eventual ampliação do mandato da COBAE e do CNES para uma segunda fase denominada operacional, dando prosseguimento à fase de desenvolvimento e de qualificação, será objeto de um entendimento entre as Partes do presente Acordo.

artigo IV

1. O primeiro dos Protocolos de Aplicação a ser assinado pela COBAE e pelo CNES regulamentará

a repartição das despesas financeiras entre as duas Partes para a instalação dos meios descritos no Artigo I, bem como para a sua utilização.

2. A COBAE assegurará a exploração desses meios gratuitamente para a Agência durante a fase de desenvolvimento e qualificação mencionada no Artigo III/3. As duas Partes consultar-se-ão sobre as condições financeiras relativas à utilização das instalações em benefício da Agência após a primeira fase descrita no Artigo III/3.

3. A propriedade dos equipamentos fornecidos pela Agência para as instalações do campo de lançamento na região de Natal será transferida ao Governo brasileiro, logo após a recepção da configuração definitiva definida no primeiro dos protocolos de aplicação referido no Artigo III/2. Todo equipamento ou componente acrescentado após essa recepção passará de imediato à propriedade do Governo brasileiro.

4. Em caso de denúncia ao presente Acordo por parte do Governo brasileiro antes da conclusão da fase de desenvolvimento e qualificação mencionada no Artigo III/3, o Governo brasileiro restituirá a propriedade dos equipamentos fornecidos pela Agência, colocando-os à disposição desta.

5. Em caso de denúncia do presente Acordo por parte da Agência, a propriedade dos equipamentos fornecidos pela Agência passará imediatamente ao Governo brasileiro.

artigo V

O Governo brasileiro e a Agência definirão, de comum acordo, nos termos do Artigo III/2, as áreas de tecnologia objeto de transferência de informação, bem como o acesso por técnicos brasileiros às referidas informações; essas questões são objeto do segundo dos Protocolos de aplicação mencionados no referido Artigo.

artigo VI

O Governo brasileiro e a Agência tomarão as medidas necessárias para assegurar o normal desenvolvimento de seus respectivos programas.

artigo VII

1. O Governo brasileiro autorizará, nos termos da legislação brasileira, a utilização das frequências radioelétricas necessárias para as atividades do campo de lançamento de Natal para a execução do Programa Ariane. O Governo brasileiro assegura igualmente a proteção das telecomunicações e das recepções radioelétricas.

2. O Governo brasileiro assegurará à Agência o acesso à rede de telecomunicações brasileira e o acesso à rede internacional de telecomunicações.

artigo VIII

A Agência poderá importar, com isenção alfandegária, equipamentos e material de reposição de sua propriedade sem similar nacional, para as atividades do campo de lançamento.

artigo IX

1. Aos integrantes das equipes da Agência e do CNES assim como às pessoas por eles designadas, que participam das atividades do Projeto Ariane em território brasileiro, serão concedidas facilidades de estada e circulação em território brasileiro.
2. Não ficarão sujeitos a imposto de renda, os rendimentos pagos pela Agência a pessoas de sua equipe, desde que não sejam residentes ou que não permaneçam no Brasil mais de 183 dias em cada exercício financeiro.

artigo X

As Partes se informarão reciprocamente sobre dados técnicos e científicos decorrentes da utilização das instalações de telemedida e de rastreamento para seus respectivos programas. Cada uma das Partes se compromete a não divulgar esses dados a terceiros sem prévio consentimento da outra Parte.

artigo XI

1. Em casos de danos causados a nacionais de um Estado que não seja nem o Brasil nem nenhum dos Estados-Membros da Agência e que impliquem responsabilidade no plano do Direito Internacional em matéria de danos causados por objetos espaciais, o Governo brasileiro será responsável apenas pelas despesas e indenizações devidas no caso em que os danos tenham sido causados por erro operacional do sistema de radar e/ou de rastreamento sob responsabilidade brasileira. A Agência é responsável pelas despesas e indenizações devidas em todos os outros casos.
2. Os prejuízos de qualquer natureza causados às pessoas ao serviço do Governo brasileiro ou da Agência que participem das atividades ligadas à execução do Programa Ariane serão indenizados pela Parte ao serviço da qual estava a vítima, salvo em caso de falta grave ou de ação ou omissão decorrente da intenção de acarretar danos.
3. As disposições do parágrafo 2 se aplicam igualmente em caso de danos causados aos bens das Partes.

artigo XII

Toda e qualquer divergência relativa à execução ou interpretação do presente Acordo que não puder ser objeto de solução amigável entre o Governo brasileiro e a Agência será submetida a um tribunal de arbitragem a ser estabelecido pelas Partes de comum acordo, a menos que as Partes optem por outra solução.

artigo XIII

1. O presente Acordo terá a duração de oito anos, e poderá ser prorrogado por consentimento mútuo entre as Partes, que decidirão sobre a duração e as condições dessa prorrogação.

2. O presente Acordo poderá ser emendado por consentimento mútuo entre as Partes, a pedido de uma delas. As emendas acordadas entre as duas Partes entrarão em vigor após a troca de notas entre o Governo brasileiro e a Agência.

3. O presente Acordo poderá ser denunciado em caso de força maior internacionalmente reconhecida, ou mediante aviso prévio. Essa denúncia se tornará efetiva noventa dias após a respectiva notificação. Neste caso, cada Parte fará o necessário para facilitar o prosseguimento das atividades da outra Parte, mediante entendimento *ad hoc*.

artigo XIV

O presente Acordo entrará em vigor na data em que cada uma das Partes houver notificado a outra por escrito, de que foram cumpridas as respectivas formalidades necessárias à sua vigência.

Feito em Brasília, aos vinte dias do mês de junho de mil novecentos e setenta e sete, em dois originais, nos idiomas português e francês, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

brasil e irã assinam acordo de intercâmbio comercial

Acordo Comercial entre o Brasil e o Império do Irã (tradução não oficial do texto em inglês), assinado em Brasília, no dia 22 de junho de 1977, pelo Ministro da Fazenda, Mario Henrique Simonsen, e pelo Ministro iraniano da Economia e das Finanças, Hooshang Ansari.

O Governo da República Federativa do Brasil
e
O Governo do Império do Irã,

animados pelo desejo de expandir e fortalecer, com base na igualdade e benefícios mútuos, as relações econômicas e comerciais entre os dois países, convieram no seguinte:

artigo I

O intercâmbio de mercadorias entre os dois países reger-se-á pelas disposições gerais contidas nas leis, normas e regulamentos sobre importação e exportação vigentes em cada país.

As Partes Contratantes, de conformidade com as leis, normas e regulamentos vigentes, em seus respectivos países, deverão facilitar e promover o comércio entre os dois países.

As Partes Contratantes deverão trocar periodicamente as listas de mercadorias a serem comercializadas.

Estas listas são de natureza indicativa e as mercadorias não relacionadas nas mesmas serão também comerciadas de acordo com as leis, normas e regulamentos sobre importação e exportação vigentes em ambos os países.

artigo II

Para os propósitos do presente Acordo, os bens produzidos ou manufaturados no Irã e exportados do Irã serão designados bens iranianos e os bens produzidos ou manufaturados na República Federativa do Brasil e dela exportados serão designados bens brasileiros.

artigo III

A fim de promover e expandir o comércio entre os dois países, as Partes Contratantes autorizar-se-ão reciprocamente a organizar feiras comerciais em seus respectivos países e colocarão à disposição da outra Parte todas as facilidades necessárias a esse objetivo, sujeitas às leis e regulamentos em vigor no país em que tais feiras se realizem.

artigo IV

Todos os pagamentos e encargos relativos à importação e exportação de bens entre os dois países devem ser efetuados em moedas livremente conversíveis, aceitáveis pelas Partes Contratantes.

artigo V

As Partes Contratantes conceder-se-ão o tratamento de nação mais favorecida em todos os assuntos relativos ao comércio de importação e exportação.

As disposições deste Artigo não se aplicarão, contudo, a vantagens, concessões e isenções que cada Parte Contratante venha a conceder a:

- a) países limítrofes com o objetivo de facilitar o comércio fronteiriço;
- b) países com os quais formam uma União Aduaneira, Zona de Livre Comércio ou Monetária, já estabelecidas ou por se estabelecer;
- c) países que aderiram ou venham a aderir ao Protocolo de Concessões Comerciais entre Países em Desenvolvimento.

artigo VI

As Partes Contratantes concordam em estabelecer um Comitê de Comércio, a fim de examinar qualquer questão que possa surgir em decorrência da implementação do presente Acordo e encontrar fórmulas e instrumentos para a expansão e diversificação do comércio entre os dois países.

O Comitê se reunirá, a pedido de qualquer das duas Partes, em datas ajustadas de comum acordo, alternadamente em Brasília e Teerã.

artigo VII

Este Acordo entrará em vigor trinta dias após a data da troca de notas entre as Partes Contratantes,

confirmando a aprovação do Acordo pelas autoridades competentes de cada país.

Este Acordo permanecerá em vigor por um período de três anos, podendo sua validade ser automaticamente prorrogada por períodos sucessivos de um ano, salvo a apresentação por uma das Partes, por escrito, de nota de denúncia ou emenda ao Acordo, três meses antes do término de sua validade.

Feito em Brasília, aos vinte e dois dias do mês de junho de 1977.

promulgação e aprovação de acordos

atos diplomáticos promulgados

Convenção Internacional sobre Responsabilidade Civil em Danos Causados por Poluição por Óleo, sob os auspícios da IMCO, concluído em Bruxelas, a 29 de novembro de 1969 (Decreto n.º 79.437/28-3-77).

atos diplomáticos aprovados pelo congresso nacional

Acordo Cultural Brasil-Suriname, celebrado em Brasília, a 22 de junho de 1976 (Decreto-Legislativo n.º 38/9-5-77).

Acordo Sanitário para o Meio Tropical, concluído com o Governo do Peru, no rio Amazonas, a bordo do navio peruano *Ucayali*, a 5 de novembro de 1976 (Decreto-Legislativo n.º 52/23-5-77).

Convênio Cultural, firmado com os Governos da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte, em Londres, a 14 de outubro de 1976 (Decreto-Legislativo n.º 54/25-5-77).

Acordo para Utilização de Estações Costeiras e Navios na Região Amazônica, firmado com o Governo do Peru, na fronteira brasileiro-peruana, a 5 de novembro de 1976 (Decreto-Legislativo n.º 57/26-5-77).

Protocolo de Reforma do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca, celebrado em São José da Costa Rica, a 26 de julho de 1975 (Decreto-Legislativo n.º 58/14-6-77).

Convênio sobre Transportes Fluviais, concluído com o Governo do Peru, no rio Amazonas, a 5 de novembro de 1976 (Decreto-Legislativo n.º 56/15-6-77).

Convênio de Cooperação Cultural e Científica, concluído com o Governo do Chile, em Brasília, a 23 de dezembro de 1976 (Decreto-Legislativo n.º 59/15-6-77).

Convênio de Abastecimento a Médio Prazo de Produtos, firmado com o Governo do Peru, a bordo do navio peruano *Ucayali*, no rio Amazonas, a 5 de novembro de 1976 (Decreto-Legislativo n.º 62/21-6-77).

Convênio de Assistência Recíproca para a Repressão do Tráfico Ilícito de Drogas que Produzem Dependência, firmado com o Peru na fronteira brasileiro-peruana, a 5 de novembro de 1976 (Decreto-Legislativo n.º 63/22-6-77).

Convênio Regional de Reconhecimento de Estudos e Diplomas de Ensino Superior na América Latina e no Caribe, celebrado na cidade do México, sob os auspícios da UNESCO, a 19 de julho de 1976 (Decreto-Legislativo n.º 66/22-6-77).

Texto da Resolução A.319, aprovada pela IX Assembleia da Organização Marítima Consultiva Intergovernamental (IMCO), com Emendas à Convenção Internacional de 1966 sobre Linhas de Carga, firma-

do em 12 de novembro de 1975 (Decreto-Legislativo n.º 53/27-6-77).

Acordo sobre o Comércio de Produtos Têxteis, firmado com a Comunidade Econômica Européia, em Bruxelas, a 13 de janeiro de 1977 (Decreto-Legislativo n.º 68/28-6-77).

Acordo sobre Transporte Marítimo, celebrado com o Governo da Polónia, em Varsóvia, a 26 de novembro de 1976 (Decreto-Legislativo n.º 70/28-6-77).

Convênio Comercial, celebrado com o Governo do Peru, no rio Amazonas, a bordo do navio *Ucayali*, na fronteira brasileiro-peruana, a 5 de novembro de 1976 (Decreto-Legislativo n.º 71/29-6-77).

Convenção para a Facilitação do Tráfego Marítimo Internacional, celebrada em Londres a 9 de abril de 1965, sob os auspícios da Organização Marítima Consultiva Intergovernamental — IMCO (Decreto-Legislativo n.º 73/29-6-77).

excerptos e ênfases excertos e ênfa

embaixador de trinidad e tobago deixa suas funções em Brasília

**Do discurso do Ministro de Estado
das Relações Exteriores, Antonio F.
Azeredo da Silveira, no Palácio Itamaraty
de Brasília, em 22 de abril de 1977,
durante a solenidade de despedida do
Embaixador de Trinidad e Tobago,
Albert Gerard Montano.**

"Durante a permanência de Vossa Excelência em Brasília, Senhor Embaixador, importantes instrumentos foram firmados por nossos Governos com o objetivo de aprofundar os laços que unem os dois países. Firmamos um acordo relativo à Cooperação Técnica, Econômica e Comercial e um Convênio Cultural. Acordo relativos ao Transporte Aéreo e à Pesca foram concluídos e estão presentemente em vigor. No âmbito do Acordo de Pesca, firmado em 1975, negocia-se atualmente a realização de empreendimentos comuns de pesca do camarão em águas territoriais brasileiras. Para todos esses atos, Vossa Excelência contribuiu decisivamente.

O Brasil sente uma natural afinidade para com os países do Caribe, que, como nós, constituem exemplos de sociedades multirraciais, infensas ao preconceito e à discriminação. Tal afinidade se expressa nas políticas externas dos nossos dois países, fundadas em sólidos valores humanísticos e nos

princípios fundamentais da não-intervenção e da autodeterminação. Há, assim, uma base natural para o aprofundamento de nosso relacionamento político, econômico e cultural, de maneira dinâmica e criativa. Para alcançar esses objetivos, no caso específico das relações entre o Brasil e Trinidad e Tobago, muito contribuiu a ação empreendida por Vossa Excelência.

Ao nos despedirmos de Vossa Excelência, é nossa fundada esperança que venha ainda a participar do desenvolvimento de nossas relações bilaterais, que desejamos sempre mais dinâmicas e proveitosas."

itamaraty condecora princesa e empresários nórdicos

**Dos discursos do Chanceler Azeredo da
Silveira e do empresário norueguês
Erling Lorentzen, no Palácio Itamaraty
de Brasília, em 25 de abril de 1977,
durante a solenidade em que esse
empresário e sua esposa,
Princesa Ragnhild, foram promovidos
ao grau de Grande Oficial da
Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul;
na mesma solenidade foi admitido
no grau de Comendador o empresário
sueco Sven Borje Rehnby.**

chanceler brasileiro

"Ao conceder-lhes tais distinções, quis o Senhor Presidente da República expressar o reconhecimento do Brasil pelos relevantes serviços que, há muitos anos, vêm prestando à causa da aproximação entre o Brasil e seus países, duas importantes nações da Europa Ocidental.

O Senhor Erling Lorentzen e sua esposa, Sua Alteza Real, Princesa Ragnhild, muito têm contribuído, com sua dedicação e inteligência, ao estreitamento dos laços entre o Brasil e o Reino da Noruega. A atividade empresarial do Senhor Lorentzen, que segue uma tradição familiar que, há três gerações, já fundara raízes em nosso país, tem sido um fator importante para a constante dinamização de nossas relações econômicas com a Noruega e exemplifica o papel decisivo que a alta qualificação e o denodo de um empresário estrangeiro podem ter para o desenvolvimento nacional. É com alegria que verificamos que a índole aberta e receptiva do povo brasileiro tem conseguido fazer com que pessoas tão ilustres como o Senhor e a Senhora Lorentzen fixem raízes no Brasil.

O Senhor Sven Borje Rehnby, que também homenageamos hoje, é outro exemplo do gênio empresarial escandinavo, que encontrou no Brasil solo propício para o seu florescimento. Suas atividades no Brasil têm sido inúmeras e não se têm limitado ao setor estritamente empresarial, como revela sua participação na Câmara de Comércio Sueco-Brasileira de São Paulo e, sobretudo, à frente da Organização da Semana Brasil-Suécia de Desenvolvimento pela Tecnologia. Amanhã mesmo, a Volvo do Brasil Limitada, de que é diretor, estará inaugurando importante fábrica de caminhões pesados em Curitiba, mais um testemunho do muito que o Senhor Rehnby tem feito pela cooperação sueco-brasileira.

O ato que ora celebramos é simbólico da opção brasileira de crescer em colaboração com outros países. Ele demonstra como podem ser fortes os vínculos que nos unem a terras aparentemente distantes mas que sempre foram pioneiras na busca de uma cooperação fraterna entre os povos."

empresário norueguês

"Como estrangeiros, temos imensa satisfação em receber este reconhecimento do Governo do País que escolhemos para aqui viver e trabalhar.

Tendo chegado ao Brasil há muitos anos, fomos atraídos pelo calor humano brasileiro, e impressionados com o desafio de aqui podermos dar a nossa — ainda que humilde — contribuição para ajudar nas soluções dos problemas sociais e econômicos.

Os problemas são verdadeiramente imensos — nem sempre entendidos no exterior — e não fáceis de serem resolvidos.

Entretanto, com a capacidade de trabalho, a inteligência e a imaginação do povo brasileiro, os problemas serão resolvidos e o Brasil será uma nação de liderança na comunidade das nações, e

contribuirá para reduzir as barreiras entre os povos, como tem mostrado ter capacidade — como nenhum outro país — de harmonizar dentro de uma nação — o povo brasileiro — gente de todos os cantos deste nosso mundo.

Se o que temos conseguido fazer durante estes anos tem sido considerado pelo Governo brasileiro como uma contribuição para o progresso do País, como expressado por Sua Excelência o Ministro das Relações Exteriores, nada nos faz mais felizes e desejosos de continuar os nossos esforços."

embaixador português é condecorado ao se despedir do Brasil

Dos discursos do Chanceler Azeredo da Silveira e do Embaixador de Portugal no Brasil, Vasco Futscher Pereira, no Palácio Itamaraty de Brasília, em 28 de abril de 1977, durante a solenidade de despedida e condecoração, com a Grã-Cruz da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul, do representante português, que deixou suas funções em Brasília.

azeredo da silveira

"Durante sua permanência, pôde Vossa Excelência certificar-se de quão profundos e sinceros são os sentimentos que todos nós, brasileiros, nutrimos em relação a Portugal, sentimentos — corporificados em uma amizade modelar — que cristalizam quase cinco séculos de intensa e fraternal convivência.

Temos em nossa lembrança o inestimável legado recebido de Portugal, que nos cedeu o idioma e tanto contribuiu para a formação de nossa etnia, da nossa cultura e de tantos traços da personalidade brasileira.

Mas, não se exaure aí a influência portuguesa no Brasil, constantemente revigorada pela presença, entre nós, de numerosos portugueses, que participam integralmente dos esforços de todos os brasileiros pelo progresso e bem-estar deste país — sua pátria de adoção —, e que representam um elo permanente a unir ainda mais o Brasil e Portugal.

Por todos esses motivos, não poderia, neste momento, deixar de estender esta homenagem à grande nação lusitania.

Durante três anos, esteve Vossa Excelência à frente da representação diplomática portuguesa no Brasil. Período caracterizado por importantes transformações internas em seu país, Vossa Excelência mostrou-se à altura de representar Portugal nessa transição, empenhando-se em harmonizar as novas realidades com um mais perfeito entrosamento entre nossos países.

Desejo recordar minha visita oficial a Lisboa, em dezembro de 1974, dentro do programa de consultas periódicas entre os dois Governos. Sou reconhecido a Vossa Excelência pela cooperação emprestada para o êxito das conversações que mantive naquela oportunidade com altas autoridades portuguesas.

Sem dúvida, o acontecimento culminante de sua missão foi a visita oficial, efetuada em dezembro do ano passado, pelo Doutor Mario Soares, que veio ao Brasil acompanhado do Chanceler Medeiros Ferreira, do Ministro Firmino Miguel e de outras personalidades.

A viagem do Primeiro-Ministro propiciou um diálogo em bases de mútua confiança e respeito entre os dois Governos, estabelecendo condições para o impulso ainda maior das relações luso-brasileiras.

De acordo com as conversações então celebradas, reunir-se-ão proximamente as Comissões Mistas Econômica, Cultural e Científica e Tecnológica, quando serão examinados todos os temas de interesse comum e procuradas novas formas de cooperação bilateral em tais áreas.

Durante a visita do Chefe do Governo português, foram lançadas sementes que o Governo brasileiro deseja vivamente que frutifiquem em novas e grandes realizações concretas em proveito de ambos os povos.

Senhor Embaixador,

Vossa Excelência se prepara para deixar o Brasil, convocado por seu Governo para ocupar novas e importantes funções no serviço diplomático português. Todos nós que tivemos o prazer de conhecê-lo e de manter contatos profissionais ou sociais com sua pessoa, guardaremos sempre a melhor recordação do convívio amável e amistoso com Vossa Excelência, cujo nome ficará ligado a todo o trabalho positivo realizado no último triênio em prol da amizade luso-brasileira."

vasco futscher pereira

"Recordo um amigo meu, dos meus tempos de Adido de Embaixada, que, devendo às vezes preparar discursos ao então Ministro dos Negócios Estrangeiros, quando este despedia Embaixadores, costumava chamar a esses discursos "sentenças sem apelo". Várias vezes tendo ouvido isto, acabei por me habituar à idéia de que um almoço de despedida é sempre como que a audiência final de um longo julgamento, iniciado com a apresentação das credenciais, e no qual a cadeira em que o Embaixador se senta, à mesa, faz um pouco o papel de banco de réus.

Só que V. Exa. — certamente sem conhecer esta minha velha apreensão — houve por bem começar logo a audiência de hoje, proferindo a sentença, absolvendo-me com palavras generosas e mandando-me em paz e em liberdade para o meu novo posto! Bem haja!

Sensibilizadamente agradeço as palavras de V. Exa. bem como os seus votos, que do coração retribuo.

E rogo a V. Exa. que se digne transmitir em meu nome a Sua Excelência o Chefe do Estado do Brasil a expressão do meu reconhecimento muito sincero pela grande honra que se dignou conferir-me condecorando-me com a Grã-Cruz da Ordem do Cruzeiro do Sul.

Foram estes quase três anos, vividos no Brasil, época para mim inesquecível, como vivência profissional e humana. Uma grande distância ficou a separar, como quase sempre acontece, os sonhos e projetos que trouxe comigo, e o que as circunstâncias permitiram realizar ou pôr de pé. Mas, mesmo assim, o pouco feito não teria sido possível sem a clarividente visão de homem de Estado de V. Exa., à qual desejo aqui prestar público preito de homenagem, ou sem a colaboração desta Casa a cujos destinos V. Exa. preside, na qual deixo tantos bons amigos, e onde, mesmo em momentos de alguma tensão, fui sempre recebido com inequívocas marcas de compreensão e amizade.

Senhor Ministro,

Um Embaixador que parte é — em certo sentido — um Embaixador que morre. Não fisicamente, claro. "Longe vá o agoiro" — como dizemos na nossa língua. Mas que morre depressa na memória dos homens. Trata-se de morte de ressurreição assegurada em novo posto, o que felizmente tira ao paralelo qualquer nota tétrica. Mas, se morre, que lhe seja permitido traçar o seu próprio epitáfio. O meu gostaria que rezasse assim:

Vasco Futscher Pereira

Embaixador de Portugal no Brasil

Julho de 74 — Maio de 77

Amou o Brasil. Amou entranhadamente a sua terra e a sua gente. Procurou compreender o seu presente, e tentou perscrutar o seu imenso futuro. E tendo sempre presente a defesa dos interesses portugueses que lhe estavam confiados, nem por um só dia deixou de procurar servir, com fé igual, a causa da aproximação e da amizade imorredora entre Portugal e o Brasil."

na despedida, embaixador coreano recebe a cruz do sul

**Do discurso do Chanceler Azeredo da
Silveira, no Palácio Itamaraty de
Brasília, em 3 de maio de 1977,
ao entregar a Grã-Cruz da Ordem
Nacional do Cruzeiro do Sul ao
Embaixador da Coreia, Chan-Ho-Song,
que deixou suas funções em Brasília.**

"Ao longo dos três anos de permanência no Brasil, Senhor Embaixador, testemunhamos o esforço que empenhou para estreitar as relações entre o Brasil

e a República da Coreia. Como resultado desse esforço, multiplicaram-se as iniciativas para o desenvolvimento da cooperação econômico-comercial entre os nossos países. Do lado brasileiro, desejo lembrar a visita que meu colega, o Senhor Ministro das Minas e Energia, Shigeaki Ueki, fez a Seul em julho último. Dessa visita, resultou uma significativa dinamização no estudo de projetos de cooperação econômica de interesse conjunto.

Paralelamente, durante a sua permanência em nosso país, tivemos a oportunidade de receber a visita de altas autoridades coreanas, como a do ex-Primeiro Ministro Kim, enviado especial do Presidente Park. Temos consciência de que são alvissareiras as perspectivas de ampliação de nossas relações bilaterais. A despeito das dificuldades naturais impostas pela

distância, o Brasil tem hoje sólidos vínculos com o continente asiático. A diplomacia brasileira vem executando com objetividade a decisão do Senhor Presidente da República de diversificar a gama de opções que se oferecem ao Brasil, dentro de um cenário internacional em constante evolução. A complexidade desse quadro é para nós um desafio de presença, sempre aberta ao diálogo e à participação.

Tenho a certeza, Senhor Embaixador, de que graças a uma lúcida percepção da realidade brasileira, Vossa Excelência concorreu de modo altamente positivo para o maior entendimento entre nossos Governos, e para a abertura de novas frentes de cooperação entre o Brasil e a República da Coreia."

mensagens mensagens mensagens

mensagem de videla a geisel ressalta a amizade brasileiro-argentina

**Mensagem do Presidente da Argentina,
Jorge Rafael Videla, ao Presidente
Ernesto Geisel, em 11 de maio de 1977;
e resposta do Presidente brasileiro:**

DE JORGE VIDELA A ERNESTO GEISEL

Ao Excelentíssimo Senhor
General-de-Exército Ernesto Geisel,
Presidente da República Federativa do Brasil

Ao cruzar o espaço aéreo dessa grande Nação irmã, à qual nos unem tantos e tão profundos laços, desejo fazer chegar a seu povo e Governo a efusiva saudação do povo e Governo de minha Pátria e as sempre renovadas expressões de uma perene amizade.

Desejo, outrossim, nesta oportunidade, ratificar o transcendental significado de nossos vínculos e a

convicção de um futuro pleno de recíprocas realizações em benefício comum de nossas Nações.

Tenente-General Jorge Rafael Videla,
Presidente da Nação Argentina

DE ERNESTO GEISEL A JORGE VIDELA

A Sua Excelência o Senhor
Tenente-General Jorge Rafael Videla,
Presidente da Nação Argentina

Particularmente sensibilizado com a mensagem que teve a amabilidade de me dirigir, quando atravessava o espaço aéreo brasileiro, faço minhas as suas palavras e meus os seus votos, ao transmitir a Vossa Excelência — e, por seu alto intermédio, ao Governo argentino e ao nobre povo irmão — a expressão sincera, minha, de meu Governo e do povo do Brasil, pela firme e contínua amizade que nos une, ao mesmo tempo que nossa convicção em um futuro tão cheio de perspectivas, alicerçado como está em um passado de união e confirmado em um presente de realizações comuns.

Ernesto Geisel,
Presidente da República Federativa do Brasil

notícias notícias notícias notícias

comissão mista brasil-uruguaí trata da lagoa mirim

Nos dias 18 a 20 de abril de 1977, uma delegação uruguaia esteve no Itamaraty para dar continuidade aos entendimentos anteriores entre o Brasil e o Uruguai visando a uma ação conjugada dos dois países para a solução de problemas sócio-econômicos comuns na Bacia da Lagoa Mirim. Esse assunto vem sendo examinado desde 1963, quando foi criada — através de Acordo por troca de Notas — a Comissão Mista Brasileiro-Uruguaia para o desenvolvimento daquela região.

A delegação do Uruguai, chefiada pelo Embaixador Julio Cesar Lupinacci, era composta pelos seguintes representantes desse país: Julio Benitez Saenz, Carlos Fernandes Ballesteros e o Capitão-de-Fragata Carlos Ibarra. A delegação brasileira, por sua vez, foi presidida pelo Chefe do Departamento das Américas do Ministério das Relações Exteriores, Embaixador João Hermes Pereira de Araújo, e integrada pelo Superintendente da Sudesul, Paulo de Freitas Melro, pelo Chefe da Divisão da América Meridional—I do Itamaraty, Conselheiro Carlos José Prazeres Campelo, e por representantes da Eletrobrás, Sudesul e dos Ministérios do Interior e Relações Exteriores.

Desde 1963, após a criação da Comissão Mista, os Governos brasileiro e uruguaio, com apoio de organismos internacionais, têm realizado esforços para o aproveitamento integrado da Bacia da Lagoa Mirim, que compreende uma área de 62 mil quilômetros quadrados, localizada na fronteira dos dois países. Nesse contexto, foram efetuados estudos, que permitem atualmente aos dois países a realização de obras de grande vulto, as quais modificarão, em breve prazo, as condições sociais e econômicas da região, cujas características geográficas são comuns em ambos os lados da fronteira. Esse esforço de aproveitamento conjunto da Bacia da Lagoa Mirim foi ressaltado no Tratado de Amizade, Cooperação e Comércio, assinado pelos dois países em Rivera, no dia 12 de junho de 1975.

delegação norte-americana discute no itamaraty o direito do mar

O Chanceler Azeredo da Silveira, atendendo à gestão que lhe fez, por carta, o Secretário de Estado norte-americano, Cyrus Vance, recebeu, no dia 22 de abril de 1977, para consultas informais sobre temas em discussão no foro da III Conferência das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, os Senho-

res Richard Darman e John Thomas Smith, membros da Delegação Norte-Americana e Assessores Especiais do Embaixador Elliot Richardson, Chefe da Delegação dos EUA naquela conferência.

O Embaixador dos Estados Unidos no Brasil, John Hugh Crimmins, participou do encontro, que contou também com a presença do Secretário-Geral do Ministério das Relações Exteriores e Chefe da Delegação brasileira à Conferência do Mar, Embaixador Ramiro Saraiva Guerreiro, e do Chefe do Departamento de Organismos Internacionais do Itamaraty, Embaixador João Clemente Baena Soares.

Durante o encontro com os diplomatas brasileiros, os representantes norte-americanos trocaram pontos de vista sobre as perspectivas da Conferência, especialmente sobre os trabalhos que se desenrolariam depois em Nova York, a partir de 23 de maio. Entre os temas previstos para discussão na III Conferência das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, destacam-se: definição do regime e mecanismo para exploração dos fundos marinhos internacionais; natureza e extensão dos direitos do Estado costeiro sobre a área de 200 milhas adjacentes ao litoral; preservação do meio-ambiente marinho, incluindo o controle da poluição; definição de um regime para a pesquisa científica marinha nas áreas sob jurisdição nacional e condições da transferência de tecnologia para os países em desenvolvimento.

brasil e rfa negociam acordos de transportes marítimos

Representantes dos Governos da República Federal da Alemanha e do Brasil realizaram, no Palácio Itamaraty de Brasília, no fim de abril de 1977, negociações visando à conclusão de um Acordo sobre Transportes Marítimos entre os dois países. Pelo lado do Brasil, essas negociações decorrem da política de estabelecer — através de instrumentos intergovernamentais — disposições tendentes a assegurar, para companhias nacionais, parte substancial do total do comércio transportado por via marítima.

A delegação alemã, chefiada pelo Subsecretário para Transportes Marítimos do Ministério dos Transportes, E. Breuer, contou com a participação de representantes da Hapag-Lloyd e Hamburg-Süd, as duas linhas da RFA que operam em portos brasileiros. A delegação brasileira era integrada por funcionários do Itamaraty, da Sunamam e do Ministério dos Transportes, assessorados por representantes das empresas nacionais que fazem o tráfego comercial marítimo para a RFA: o Lóide Brasileiro e a Companhia Aliança de Navegação.

A República Federal da Alemanha é um dos principais parceiros comerciais do Brasil, cujo intercâmbio bilateral, em 1976, alcançou o valor de 1,9 bilhão de dólares. Essas trocas comerciais geraram, no mesmo ano, fretes marítimos no valor de 150 milhões de dólares, dos quais 65 milhões vinculados ao transporte das exportações brasileiras e o restante decorrente das importações.

em Brasília, o subsecretário de estado americano, terence todman

O Subsecretário de Estado para Assuntos Interamericanos dos Estados Unidos, Terence Todman, esteve em Brasília nos dias 12 e 13 de maio de 1977, para manter contatos oficiais com autoridades brasileiras do Ministério das Relações Exteriores. Ele chegou no dia 12, procedente de Caracas, na Venezuela, e já havia estado anteriormente em Bogotá, na Colômbia.

Embora sua chegada a Brasília estivesse prevista para o período da tarde do dia 12, o Subsecretário de Estado norte-americano desembarcou às 7h45m, tendo em vista o cancelamento da viagem que faria à Argentina. No Aeroporto de Brasília, Terence Todman foi recebido pelo Chefe do Departamento das Américas do Ministério das Relações Exteriores, Embaixador João Hermes Pereira de Araújo, e pelo Embaixador dos Estados Unidos no Brasil, John Hugh Crimmins.

No dia 13, sexta-feira, o representante norte-americano teve reuniões de trabalho no Itamaraty, iniciadas com uma entrevista com o Chefe do Departamento de Organismos Americanos do Ministério das Relações Exteriores, Embaixador Carlos Frederico Duarte Gonçalves da Rocha, seguindo-se logo após uma conferência com o Chefe do Departamento Econômico, Embaixador Paulo Cabral de Mello e uma reunião com o Chefe do Departamento das Américas, Embaixador João Hermes Pereira de Araújo. Depois dessas reuniões, o enviado do Governo norte-americano teve um encontro protocolar com o Chanceler Azeredo da Silveira e almoçou com o Secretário-Geral do Ministério das Relações Exteriores, Embaixador Ramiro Saraiva Guerreiro.

Após os contatos no Itamaraty, o Subsecretário de Estado para Assuntos Interamericanos dos Estados Unidos esteve no Congresso Nacional, primeiramente visitando a Comissão de Relações Exteriores do Senado, onde foi recebido por seu presidente, Senador Magalhães Pinto. Depois, visitou a Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados, sendo recepcionado por seu presidente, Deputado Flávio Marcílio. Terence Todman, nesse mesmo dia às 16 horas, concedeu entrevista coletiva à imprensa, na Embaixada norte-americana, e, à noite, na residência do Embaixador John Crimmins, ofereceu um jantar às autoridades brasileiras — durante o qual recebeu a visita do Chanceler Azeredo da Silveira. No dia 14, às 16h30m, o Subsecretário de Estado norte-americano embarcou para La Paz, na Bolívia, a última etapa de sua visita a quatro países latino-americanos.

grande comissão franco-brasileira faz reunião no fim do ano

Os Governos brasileiro e francês adiaram para o final deste ano a segunda reunião da Grande Comissão Franco-Brasileira. Criada por ocasião da vi-

sita do Chanceler Azeredo da Silveira a Paris, em outubro de 1975, a Grande Comissão tem por finalidade estabelecer consultas permanentes entre os dois Governos, nos campos político e econômico, e nos campos de cooperação cultural, científica e técnica. Ela formula aos dois Governos todas as recomendações apropriadas e define orientações às comissões especializadas, assim como apresenta o balanço das realizações da cooperação bilateral em todos os campos.

A Grande Comissão Franco-Brasileira se reúne alternadamente em Brasília e Paris. A primeira reunião foi efetuada em Brasília, em janeiro de 1976, presidida pelo Chanceler Azeredo da Silveira e pelo ex-Ministro dos Negócios Estrangeiros da França Embaixador Jean Sauvagnargues, contando também com a presença do então Ministro do Comércio Exterior francês, Raymond Barre. A segunda reunião da Grande Comissão estava marcada para o dia 27 de junho de 1977, em Paris, mas foi adiada. A respeito do adiamento, o Itamaraty divulgou, em 15 de junho de 1977, o seguinte comunicado à imprensa: "A fim de melhor aprofundar e ampliar a agenda de seus trabalhos, os Governos brasileiro e francês resolveram adiar para o fim do corrente ano a segunda reunião da Grande Comissão."

ciclo de treinamento de especialistas em promoção comercial

O Ministério das Relações Exteriores deverá iniciar, no começo do segundo semestre deste ano, o III Ciclo de Treinamento de Especialistas em Promoção Comercial (CITRE), visando à formação de técnicos especializados na comercialização externa de bens e serviços e o estabelecimento de novos fluxos de comunicação e colaboração entre o Itamaraty e o setor privado.

Como nos anos anteriores, este CITRE compreenderá cinco fases: recrutamento (feito durante o mês de maio); seleção; treinamento intensivo no Brasil durante cinco meses, a ser realizado no Centro de Treinamento para Desenvolvimento Econômico (CENDEC) em Brasília; treinamento em serviço no exterior, por dois anos, em Embaixadas e Consulados brasileiros; e reincorporação no mercado nacional de trabalho.

A seleção será realizada em duas etapas: a primeira, em 10 capitais brasileiras, compreende provas escritas de Economia, Noções de Matemática e Estatística e Noções de Idiomas Estrangeiros; na segunda etapa, em Brasília, onde os candidatos de outras Capitais terão todas as despesas pagas, serão feitas entrevistas, provas de redação em Português e provas orais de um dos idiomas estrangeiros exigidos na primeira etapa. Para o III CITRE, podem se candidatar os portadores de diplomas ou certificado de conclusão de curso superior de Econo-

mia, Administração ou Agronomia, expedido por estabelecimento de ensino reconhecido; ou aqueles que, embora graduados em outras áreas de ensino, houverem concluído curso autorizado de pós-graduação em áreas de Economia e Administração, independentemente de apresentação de tese.

O CITRE, implantado através de convênio entre o Itamaraty e o Instituto de Planejamento Econômico e Social (IPEA), assinado em 9 de setembro de 1975, objetiva a seleção de candidatos, em âmbito nacional, para treinamento intensivo no Brasil e nos Setores de Promoção Comercial (SECOMs) instalados em Embaixadas e Consulados brasileiros no exterior e sua posterior reintegração no mercado nacional de trabalho. Essa iniciativa visa à formação de pessoal qualificado face às necessidades criadas pelo impulso dado nos últimos anos às exportações brasileiras. Através do CITRE, pretende-se, também, estabelecer mecanismos de cooperação mais estreita e proveitosa entre o Itamaraty, a iniciativa privada e os organismos com atuação na área do comércio exterior.

Os candidatos que forem aprovados na fase de seleção participarão, durante 16 semanas, de um curso intensivo de treinamento e estágio no CENDEC e no Itamaraty, em Brasília, recebendo, para isso, uma bolsa de estudo, além de auxílio-moradia e passagem aérea de ida e volta se provenientes de Estados ou Territórios. Sendo aprovados no curso de treinamento, os candidatos serão encaminhados para o treino em serviço, nos SECOMs da rede de Embaixadas e Consulados brasileiros no exterior, onde permanecerão, por dois anos, na condição de técnico-estagiários e recebendo ajuda de custo para transporte e mudança e uma bolsa de manutenção compatível como o custo de vida local.

Atualmente, o trabalho de promoção comercial executado pelo Itamaraty no exterior conta com o concurso de 56 especialistas, lotados por um período de dois anos junto às Missões Diplomáticas e Representações Consulares brasileiras. Esse grupo de técnicos foi também recrutado, selecionado e treinado pelo Itamaraty em colaboração com o CENDEC e, ao regressarem ao Brasil, seus integrantes serão reincorporados ao mercado nacional de trabalho, que se beneficiará assim da experiência de profissionais altamente qualificados no setor.

Informações sobre o III CITRE poderão ser obtidas nas seguintes instituições: CENDEC (Campus da Universidade de Brasília) ou Divisão de Programas de Promoção Comercial do Itamaraty, em Brasília; Associação dos Exportadores Brasileiros, no Rio de Janeiro; Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, em São Paulo; Associação Comercial de Minas Gerais, em Belo Horizonte; Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre; Centro de Comércio Exterior do Paraná, em Curitiba; Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), em Recife; Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), em Belém; Promoexport, em Salvador; e Banco do Nordeste do Brasil, em Fortaleza.

congresso nacional congresso nacional

discursos sobre relações exteriores

Os discursos citados encontram-se, na íntegra, no Diário do Congresso Nacional (DCN).

senado federal

Luiz Viana Filho (ARENA-Bahia) — Pacto da Amazônia. Diário do Congresso Nacional n.º 29/28.4.77/Seção II.

Evandro Carreira (MDB-Amazonas) — Pacto da Amazônia. DCN n.º 30/29.4.77/Seção II.

Petrônio Portella (ARENA-Piauí) — Dia Internacional para a Eliminação da Discriminação Racial. DCN n.º 33/4.5.77/Seção II.

Augusto Franco (ARENA-Sergipe) — Nações Unidas, válvula de escape das tensões do mundo. DCN n.º 42/17.5.77/Seção II.

Otair Becker (ARENA-Santa Catarina) — Conferência das Nações Unidas sobre a Água, realizada em Mar del Plata. DCN n.º 47/24.5.77/Seção II.

Virgílio Távora (ARENA-Ceará) — Palestra do Chanceler Azeredo da Silveira no Senado, na Comissão de Relações Exteriores. DCN n.º 47/24.5.77/Seção II.

Itamar Franco (MDB-Minas Gerais) — Apoio da Oposição ao Chanceler Silveira na questão da ciclagem de Itaipu. DCN n.º 47/24.5.77/Seção II.

Danton Jobim (MDB-Rio de Janeiro) — Apoio da Oposição ao Chanceler Azeredo da Silveira. DCN n.º 48/25.5.77/Seção II.

Luiz Viana Filho (ARENA-Bahia) — Pacto da Amazônia. DCN n.º 48/25.5.77/Seção II.

Heitor Dias (ARENA-Bahia) — Salão Internacional de Aeronáutica de Le Bourget, em Paris. DCN n.º 54/2.6.77/Seção II.

Aron de Mello (ARENA-Alagoas) — Relações com a África. DCN n.º 55/3.6.77/Seção II.

Lourival Baptista (ARENA-Sergipe) — Inauguração do escritório do Banco do Brasil, em Buenos Aires. DCN n.º 56/4.6.77/Seção II.

Lourival Baptista (ARENA-Sergipe) — Temas examinados pelo Fórum Pan-Americano para o Estudo da Adolescência. DCN n.º 57/7.6.77/Seção II.

Nelson Carneiro (MDB-Rio de Janeiro) — Posição do Brasil sobre a pesca internacional da baleia. Reunião da Comissão Internacional da Pesca da Baleia. DCN n.º 59/9.6.77/Seção II.

Dirceu Cardoso (MDB-Espírito Santo) — Salão de Aeronáutica de Le Bourget, em Paris. DCN n.º 60/11.6.77/Seção II.

Eurico Rezende (ARENA-Espírito Santo) — A atuação do Chanceler Azeredo da Silveira na última Assembléia Geral da OEA. DCN n.º 66/22.6.77/Seção II.

câmara dos deputados

Ary Kffuri (ARENA-Paraná) — Eliminação da discriminação racial. Diário do Congresso Nacional n.º 22/16.4.77/Seção I.

Célio Marques Fernandes (ARENA-Rio Grande do Sul) — Orientação nacionalista dos Governos da Revolução. DCN n.º 22/16.4.77/Seção I.

Antônio Bresolin (MDB-Rio Grande do Sul) — Comentários sobre sua recente viagem a Israel. A história e o povo desse país. DCN n.º 22/16.4.77/Seção I.

Antônio Bresolin (MDB-Rio Grande do Sul) — Importância da Transamazônica. DCN n.º 23/19.4.77/Seção I.

Alcir Pimenta (MDB-Rio de Janeiro) — Relações Brasil-Austrália. DCN n.º 23/19.4.77/Seção I.

Jorge Arbage (ARENA-Pará) — Energia nuclear: o acordo com a Alemanha. DCN n.º 23/19.4.77/Seção I.

Ary Kffuri (ARENA-Paraná) — Embaixador Espedito de Freitas Resende. DCN n.º 24/20.4.77/Seção I.

Adalberto Camargo (MDB-São Paulo) — Maior intercâmbio entre Brasil e África. DCN n.º 24/20.4.77/Seção I.

Cunha Bueno (ARENA-São Paulo) — 29.º aniversário da criação do Estado de Israel. DCN n.º 25/22.4.77/Seção I.

José Zavaglia (MDB-São Paulo) — Posição do Brasil entre os países latino-americanos, no setor educacional. DCN n.º 26/23.4.77/Seção I.

Erasmio Martins Pedro (MDB-Rio de Janeiro) — Dia da comunidade luso-brasileira. DCN n.º 28/28.4.77/Seção I.

Antunes de Oliveira (MDB-Amazonas) — Amazônia: preparação de acordo regional. DCN n.º 30/29.4.77/Seção I.

Antunes de Oliveira (MDB-Amazonas) — Pacto da Amazônia. DCN n.º 30/29.4.77/Seção I.

Macdowell Leite de Castro (MDB-Rio de Janeiro) — A guerra no Líbano. DCN n.º 30/29.4.77/Seção I.

Minoru Massuda (MDB-São Paulo) — Aniversário do Imperador do Japão. DCN n.º 30/29.4.77/Seção I.

Rafael Faraco (ARENA-Amazonas) — Pacto da Amazônia. DCN n.º 33/4.5.77/Seção I.

Octacílio Queiroz (MDB-Pernambuco) — Entrevista do Presidente Geisel a jornalistas franceses. DCN n.º 33/4.5.77/Seção I.

Daso Coimbra (ARENA-Rio de Janeiro) — Conferência das Nações Unidas sobre o Direito de Expansão dos Recursos do Mar. DCN n.º 34/6.5.77/Seção I.

José Camargo (MDB-São Paulo) — Visita de parlamentares federais e estaduais à cidade de Tsu (Japão), cidade-irmã de Osasco, São Paulo. DCN n.º 34/6.5.77/Seção I.

Célio Marques Fernandes (ARENA-Rio Grande do Sul) — Credibilidade internacional do Brasil em face à melhoria do balanço de pagamentos. DCN n.º 35/7.5.77/Seção I.

Ubaldo Corrêa (ARENA-Pará) — Complexo geo-econômico-multinacional. Pacto da Amazônia. DCN n.º 35/7.5.77/Seção I.

Henrique Cardoso (MDB-Bahia) — Reunião internacional do cacau. DCN n.º 36/10.5.77/Seção I.

Nogueira Rezende (ARENA-Minas Gerais) — Reunião do Parlamento Latino-Americano em Curaçao. DCN n.º 36/10.5.77/Seção I.

Nina Ribeiro (ARENA-Rio de Janeiro) — Dia Nacional da Romênia. DCN n.º 37/11.5.77/Seção I.

Diogo Nomura (ARENA-São Paulo) — Homenagem do Corpo Diplomático estrangeiro ao Presidente Ernesto Geisel. DCN n.º 38/12.5.77/Seção I.

Florim Coutinho (MDB-Rio de Janeiro) — Visita do Cônsul-Geral dos EUA ao Brasil. Comentários sobre o Acordo Nuclear Brasil-RFA. DCN n.º 39/13.5.77/Seção I.

Siqueira Campos (ARENA-Goiás) — Pacto da Amazônia. DCN n.º 41/17.5.77/Seção I.

Ary Kffuri (ARENA-Pará) — A política nuclear do Governo e o acordo com a República Federal da Alemanha. DCN n.º 42/18.5.77/Seção I.

Siqueira Campos (ARENA-Goiás) — Pacto da Amazônia. DCN n.º 43/19.5.77/Seção I.

Murilo Badaró (ARENA-Minas Gerais) — Política externa: a atuação do Chanceler Azeredo da Silveira. DCN n.º 44/20.5.77/Seção I.

Ubaldo Corrêa (ARENA-Pará) — Pacto da Amazônia e Projeto Radam. DCN n.º 44/20.5.77/Seção I.

Antônio Bresolin (MDB-Rio Grande do Sul) — Aproveitamento energético do rio Paraná. Relações Brasil-Argentina. DCN n.º 44/20.5.77/Seção I.

Nunes Rocha (ARENA-Mato Grosso) — Proposta do Presidente do México no sentido da criação de um organismo de cooperação econômica para os países latino-americanos. DCN n.º 45/21.5.77/Seção I.

Francisco Rollemberg (ARENA-Sergipe) — Projeto de Lei n.º 1.820/75. Devolução de troféus da Guerra do Paraguai. DCN n.º 48/26.5.77/Seção I.

José Zavaglia (MDB-São Paulo) — Bacia do Prata. DCN n.º 50/28.5.77/Seção I.

Antônio Bresolin (MDB-Rio Grande do Sul) — Viagem da Sra. Carter ao Brasil. DCN n.º 52/1.6.77/Seção I.

Célio Marques Fernandes (ARENA-Rio Grande do Sul) — Acordo Nuclear Brasil-RFA. DCN n.º 52/1.6.77/Seção I.

Ary Kffuri (ARENA-Paraná) — Visita da Sra. Carter ao Brasil. DCN n.º 54/3.6.77/Seção I.

Humberto Lucena (MDB-Paraíba) — Suas impressões, na qualidade de observador parlamentar, sobre a Assembléia Geral da ONU. DCN n.º 55/4.6.77/Seção I.

José Maurício (MDB-Rio de Janeiro) — Visita da Sra. Carter ao Brasil. DCN n.º 56/7.6.77/Seção I.

Florim Coutinho (MDB-Rio de Janeiro) — Acordo Nuclear Brasil-Alemanha. DCN n.º 56/7.6.77/Seção I.

Jorge Arbage (ARENA-Pará) — Visita da Sra. Carter ao Brasil. DCN n.º 56/7.6.77/Seção I.

Francisco Libardoni (MDB-Santa Catarina) — Visita da Sra. Carter ao Brasil. DCN n.º 56/7.6.77/Seção I.

Jorge Moura (MDB-Rio de Janeiro) — Visita da Sra. Carter ao Brasil. DCN n.º 56/7.6.77/Seção I.

Joel Ferreira (MDB-Amazonas) — Aplicação do PROGIRO no Amazonas. DCN n.º 56/7.6.77/Seção I.

Antonio Bresolin (MDB-Rio Grande do Sul) — A visita da Sra. Carter ao Brasil. DCN n.º 56/7.6.77/Seção I.

Francisco Rocha (MDB-Rio Grande do Norte) — Presença do Brasil no Salão Internacional de Aeronáutica, Le Bourget, Paris. DCN n.º 57/8.6.77/Seção I.

Gomes do Amaral (MDB-Paraná) — Visita da Sra. Carter ao Brasil. DCN n.º 57/8.6.77/Seção I.

Ruy Codo (MDB-São Paulo) — Visita da Sra. Carter ao Brasil. DCN n.º 57/8.6.77/Seção I.

José Mandelli (MDB-Rio Grande do Sul) — Participação da FUNBRAER no 32.º Salão de Aeronáutica e Espaço, França. DCN n.º 60/14.6.77/Seção I.

Fernando Lira (MDB-Pernambuco) — Eleições na Espanha. DCN n.º 61/15.6.77/Seção I.

Daso Coimbra (ARENA-Rio de Janeiro) — Investimentos estrangeiros no País. DCN n.º 61/15.6.77/Seção I.

Paulo Marques (MDB-Paraná) — Afirmação da Primeira Dama dos EUA de que da próxima vez virá em companhia do Presidente Carter. DCN n.º 61/15.6.77/Seção I.

Léo Simões (MDB-Rio de Janeiro) — Condecoração do Cônsul da Bélgica, Charles Wolkovier, com a Ordem do Cruzeiro do Sul. DCN n.º 62/17.6.77/Seção I.

Nina Ribeiro (ARENA-Rio de Janeiro) — O Brasil e o contexto do poder mundial. DCN n.º 62/17.6.77/Seção I.

José Zavaglia (MDB-São Paulo) — Aniversário do Pontificado Paulo VI. DCN n.º 64/21.6.77/Seção I.

José Bonifácio Neto (MDB-Rio de Janeiro) — Indicação do Embaixador Italo Zappa para a República Popular de Moçambique. DCN n.º 70/29.6.77/Seção I.

índice

síntese	3
 geisel homenageado pelo corpo diplomático estrangeiro	
discursos do presidente geisel e do núncio apostólico no brasil, no clube naval de Brasília, durante a homenagem prestada ao chefe da nação	9
 o discurso de silveira na reunião da oea em granada	
discurso do ministro de estado das relações exteriores, em granada, por ocasião da segunda sessão das conversações informais da vii assembléia-geral da oea	13
 o dia internacional para a eliminação da discriminação racial	
discursos do chanceler azeredo da silveira e do presidente do senado federal, senador petrônio portella, na cerimônia comemorativa ao dia internacional para a eliminação da discriminação racial	17
 opanal: brasil quer a proscrição de armas nucleares na américa latina	
discurso do embaixador paulo cabral de mello no v período de sessões da agência para a proscrição das armas nucleares na américa latina (opanal)	23
 itamaraty instala cursos de aperfeiçoamento de diplomatas e de altos estudos	
discurso de azeredo da silveira na solenidade de formatura da turma de 1976 do instituto rio-branco e comemorativa ao dia do diplomata	25
 novos cursos começam a funcionar imediatamente	
apresentação do diretor do instituto rio-branco sobre os cursos de aperfeiçoamento de diplomatas (cad) e de altos estudos (cae)	27
decreto 79.556, instituindo o sistema de treinamento e qualificação na carreira de diplomata	29
portaria 450, baixando normas para o cad	29
portaria 451, baixando normas para o cae	30
edital do diretor do instituto rio-branco, abrindo as inscrições para o primeiro cad e o primeiro cae	31

governo brasileiro recebe o ministro da educação de cabo verde

discurso do ministro da educação e cultura, ney braga, no almoço oferecido ao ministro da educação de cabo verde, carlos reis; resposta do representante cabo-verdiano 35

itamaraty condecora ministro cabo-verdiano

discursos de azeredo da silveira e de carlos reis, na solenidade em que o representante cabo-verdiano recebeu a grã-cruz da ordem de rio-branco 37

comunicado de imprensa brasil-cabo verde

comunicado conjunto brasil-cabo verde divulgado ao final da visita de carlos reis a Brasília 39

os projetos de cooperação entre brasil e cabo verde

texto divulgado pelo gabinete do ministro de estado das relações exteriores sobre os projetos de cooperação brasil-cabo verde 41

consultores latino-americanos realizam assembléia no itamaraty

discurso do chanceler azeredo da silveira e do engenheiro diego ferrer fernandez, na sessão de encerramento da iv assembléia plenária e forum de debates da federação latino-americana de associações de consultores (felac) 43

oitava reunião da subcomissão de transportes brasil-argentina

discurso do secretário geral do ministério das relações exteriores, ramiro saraiva guerreiro, na solenidade de assinatura da ata final dos trabalhos da viii reunião da subcomissão de transportes da comissão especial brasileiro-argentina de coordenação (cebac); e discurso do chefe do departamento econômico do itamaraty, paulo cabral de mello, na abertura desses trabalhos 47

o ministro das relações exteriores da nigéria em Brasília

discursos de azeredo da silveira e de joseph n. garba por ocasião do banquete oferecido ao chanceler nigeriano 51

declaração conjunta brasil-nigéria

discursos dos chanceleres brasileiro e nigeriano ao assinarem a declaração conjunta brasil-nigéria; e o texto da declaração conjunta brasil-nigéria. 58

chanceler brasileiro faz em paris avaliação do diálogo norte-sul

discurso do ministro de estado das relações exteriores na reunião ministerial da conferência de cooperação econômica internacional 63

a visita da esposa do presidente norte-americano

relato da visita de rosalynn carter ao brasil 67

brasil, uma das alternativas mais viáveis para investimentos

discurso de silveira por ocasião do almoço oferecido aos membros do brasilinvest s/a 69

o acordo de cooperação com a agência espacial européia

discurso do chanceler azeredo da silveira ao assinar o acordo de cooperação com a agência espacial européia (programa ariane) 71

relações diplomáticas

concessão de agrément	73
designação de embaixadores brasileiros	73
entrega de credenciais	74

relações comerciais

delegação comercial da hungria faz contatos no brasil	75
aumento do comércio bilateral com a iugoslávia	75
missão econômica de gana visita o brasil	76

tratados, acordos, convênios

cooperação técnica e científica entre brasil e cabo verde. acordo básico de cooperação técnica e científica entre o brasil e a república de cabo verde	77
--	----

acordo brasil-agência espacial européia para utilização de meios de rastreamento. acordo entre o brasil e a agência espacial européia para o estabelecimento e utilização de meios de rastreamento e de teledetecção a serem instalados no território brasileiro	78
--	----

brasil e irã assinam acordo de intercâmbio comercial. tradução não-oficial do texto em inglês do acordo comercial entre o brasil e o império do irã	80
---	----

promulgação e aprovação de acordos

atos diplomáticos promulgados	81
atos diplomáticos aprovados pelo congresso nacional	81

excertos e ênfases

embaixador de trinidad e tobago deixa suas funções em Brasília	83
Itamaraty condecora princesa e empresários nórdicos	83
embaixador português é condecorado ao se despedir do brasil	84
na despedida, embaixador coreano recebe a cruz do sul	85

mensagens

mensagem de Videla a Geisel ressalta a amizade brasileiro-argentina	87
---	----

notícias

comissão mista brasil-uruguaí trata da lagoa mirim	89
delegação norte-americana discute no itamaraty o direito do mar	89
brasil e rfa negociam acordo de transportes marítimos	90
em Brasília, o subsecretário de estado americano, Terence Todman	90
grande comissão franco-brasileira faz reunião no fim do ano	90
ciclo de treinamento de especialistas em promoção comercial	91

congresso nacional

discursos no Senado Federal	93
discursos na Câmara dos Deputados	93